UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

SIMONE PIÑEIRO BRESSAN ROBLES

Do trabalho psíquico no Centro de Referência de Assistência Social – Entre o sujeito de direitos e o sujeito dos vínculos: o papel do psicólogo no CRAS.

São Paulo

2017

SIMONE PIÑEIRO BRESSAN ROBLES

Do trabalho psíquico no Centro de Referência de Assistência Social – Entre o sujeito de direitos e o sujeito dos vínculos: o papel do psicólogo no CRAS.

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Bressan, Simone Piñeiro Robles.

Do trabalho psíquico no Centro de Referência de Assistência Social: entre o sujeito de direitos e o sujeito dos vínculos / Simone Piñeiro Bressan Robles; orientadora Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2017.

177 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Grupo operativo 2. Vínculo 3. Sujeito de direitos 4. Vulnerabilidade social 5. CRAS I. Título.

HM251

Nome: BRESSAN, S. P. R. Do trabalho psíquico no Centro de Referência de Assistência Social – Entre o sujeito de direitos e o sujeito dos vínculos: o papel do psicólogo no CRAS.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Prof. Dr.:_____

Instituição:_____

Julgamento:_____

DEDICATÓRIA

*Ao meu companheiro Lucas e minha filha Elisa,
por todo amor, alegria e compreensão
que enlaçam nossa família...*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes pela acolhida generosa, pela orientação enriquecedora, pelos ensinamentos valiosos para academia e para a vida.

À minha mãe Concepcion Piñeiro Bressan, meu pai José Darci Farias Bressan e minhas irmãs Daniela e Natalia que sempre apoiaram e incentivaram minhas escolhas.

Ao meu companheiro Lucas Robles e minha filha Elisa pela paciência, compreensão e apoio nesse percurso.

Às amigas Sati, Laíla, Carol Bonfim, Juliana Walendy, Ana Cris, Flavia, Mel, Paty, Clara, Michelle, Glaucia, Carol Patto, Renata Fratini, Renata Zanelato, Juliana Fernandes, Lili, Camila Ribeiro, Bel, Camila Tamantini pelas partilhas da vida toda.

Aos meus companheiros de trabalho do CRAS Itapegica, especialmente Diego Caniza e Rosilda Alves por compartilhar da experiência de acompanhamento multidisciplinar no CRAS e pelas trocas no cotidiano de trabalho.

À gestão da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social da Prefeitura de Guarulhos pela colaboração para realização da pesquisa, especialmente Cleire Fernandes.

Aos amigos de pesquisa do LAPSO, especialmente Fernanda Cinalli, Elizangela Barbosa e Ed Otsuka.

Às mulheres participantes da pesquisa, usuárias do serviço do Centro de Referência de Assistência Social Itapegica, pela colaboração, comprometimento e confiança.

Ao Terreiro de Umbanda Caboclo Mata Virgem, aos guias espirituais e aos sagrados Orixás pelo apoio espiritual.

À Sonia Negrão e Eros Voluzia pelo apoio no caminho.

À Prof. Dra. Adailza Sposati pela honra de ter sua participação na banca examinadora.

Ao Prof. Dr. Pablo Castanho pelas diversas contribuições fundamentais no decorrer da pesquisa.

Gratidão!

*“A Máquina
funciona como fole de vai e vem
incrementa a produção do vomito espacial
e da farinha de mandioca
influi na Bolsa
faz acostamento de espáduas
e menstrua nos pardais*

*A Máquina
trabalha com secos e molhados
é ninfômana
agarra seus homens
Vai a chás de caridade
ajuda os mais fracos a passarem fome
e dá às crianças o direito inalienável ao
sofrimento na forma e de acordo com
a lei e as possibilidades de cada uma”
(Manoel de Barros, A Máquina:
A Máquina segundo H. V., o jornalista)*

RESUMO

BRESSAN, Simone Piñeiro Robles. Do trabalho psíquico no CRAS – Entre o sujeito de direitos e o sujeito dos vínculos: O trabalho do(a) psicólogo(a) no CRAS. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A presente dissertação tem como objetivo investigar o trabalho do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A Assistência Social como campo organizado de trabalho em uma política pública apoiada em um sistema único, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se configurou desde sua instituição em 2004 como um dos principais postos de trabalho dos psicólogos inseridos em políticas públicas. O psicólogo compõe necessariamente as equipes ao lado dos assistentes sociais, em uma oferta de serviço multidisciplinar que visa o fortalecimento dos cidadãos como sujeito de direitos, através de um trabalho que favoreça o desenvolvimento da autonomia, o empoderamento e o protagonismo dos usuários da política pública, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O público-alvo do SUAS são as famílias, grupos, comunidades e indivíduos que estão com seus direitos violados ou em risco de serem violados, pessoas que vivenciam situação de vulnerabilidade social. Situado na Proteção Social Básica, o CRAS é considerado a porta de entrada do SUAS, atua na prevenção das situações de vulnerabilidade social e riscos sociais e sua principal oferta é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), tendo como prioridade de oferta de atendimento o trabalho com grupos. Partimos do pressuposto de que a especificidade do trabalho do psicólogo onde quer que esteja inserido é o trabalho com a subjetividade e, no nosso caso, com a intersubjetividade. Para a presente pesquisa, utilizamos como referencial teórico a psicanálise que compreende o sujeito do inconsciente como sujeito do grupo, cujos autores compreendem que a constituição do sujeito se dá a partir do vínculo e da intersubjetividade, tanto do ponto de vista da transmissão psíquica inter e transgeracional, quanto das diversas relações que estabelecemos ao longo da vida, onde somos constituídos mutuamente através das alianças inconscientes (Kaës) e do contrato narcísico (Aulagnier). Como metodologia, realizamos um grupo de acompanhamento familiar do PAIF, com duração de 14 encontros de uma hora e meia e a participação de 15 famílias, apoiados na técnica do grupo operativo (Pichon-Rivière). O grupo operativo é um dispositivo de trabalho psicossocial que considera o sujeito do vínculo integrado à sua realidade social e à produção grupal e tem potencial transformador através da centralidade na tarefa do grupo. Durante o processo grupal, observamos a relação entre as situações de violência vivenciadas pelas famílias em suas mais variadas formas, suas repetições, seus efeitos-afetos (medo, humilhação, vergonha, raiva, resignação) e a evasão escolar dos filhos. À medida que puderam criar um espaço psíquico compartilhado continente para elaboração psíquica dos emergentes grupais e reconhecimento de si como sujeito dos vínculos, puderam atribuir sentidos à condição de sujeito de direitos e superar alguns aspectos da situação de vulnerabilidade social que as trouxe ao CRAS. Assim, compreendemos que o trabalho do psicólogo no CRAS está relacionado com garantir o espaço de escuta, continência e elaboração psíquicas frente às questões sociais, onde a intersubjetividade e as produções subjetivas estejam legitimadas como parte fundamental do processo de fortalecimento do sujeito de direitos.

Palavras-Chave: Grupo operativo, sujeito de direitos, vulnerabilidade social, vínculo, CRAS.

ABSTRACT

About the psychic work in the center of social assistance reference – between the subject of rights and the subject of bond

The aim of this dissertation is to investigate the work of the psychologists in the Center of Social Assistance Reference (CRAS). Since its implementation in 2004, the Social Assistance, as an organized field of work in a public policy supported by a single system (the Single System of Social Assistance - SUAS) has become one of the main work posts for psychologists inserted in public policies. The psychologist composes necessarily the teams together with the social assistants, offering a multidisciplinary service that aims at strengthening citizens as a subject of rights, through a work that promotes the development of autonomy, the empowering and the importance of the users of the political policy, as well as the strengthening of the family and community attachment. The target public of the SUAS is: families, groups, communities and individuals that have had their rights violated or that are in risk of being violated, people who have experienced situations of social vulnerability. Situated in the Basic Social Protection, CRAS is considered the door to SUAS, acting to prevent situations of social vulnerability and social risk, and the main service offered is the Protection and Whole Support to Families (PAIF), whose priority is to offer support to groups. It is assumed that the nature of the work of the psychologist wherever he/she is acting is the subjectivity and, in our case, the intersubjectivity. For the present research, we used as a theoretical reference the psychoanalysis that understands the subject of unconsciousness as a subject of the group, whose authors understand that the constitution of the subject starts from the bond and the intersubjectivity, from the point of view of the inter and transgenerational psychic transmission as well as the many relations that are established throughout life, where we are mutually constituted through unconscious alliances (Kaës) and from narcissistic contract (Aulagnier). As a methodology, we formed a family support group in PAIF which lasted 14 sessions of one hour and a half each and with the participation of 15 families, based on the operative group techniques (Pichon-Rivière). The operative group is a psychosocial action plan that considers the bond subject integrated to his/her social reality and to his/her group production and has a transforming potential due to its central role in the group. During the group process, we observed the relation between the situations of violence experienced by the families in many different ways, its repetitions, its effects-affects (fear, humiliation, shame, anger, resignation) and the school dropouts of kids. As long as the families could create a shared psychic space that guarantees the psychic elaboration of the group emergent and the recognition of the self as bond subject, families could ascribe meaning to the condition of subjects of rights and overcome some aspects of the situation of social vulnerability that led them to CRAS. This way, we understand that the work of the psychologist in CRAS is related to guaranteeing a place for listening, continence and psychic elaboration regarding social matters, where the intersubjectivity and the subjective productions are legitimated as fundamental parts of the strengthening of the subject of rights.

Key-words: Operative group, subject of rights, social vulnerability, bond, CRAS.

LISTA DE SIGLAS

CRAS	Centro de Referência Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referencias em Psicologia e Políticas Públicas
CRP	Conselho Regional de Psicologia
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. Dos descaminhos na assistência social. Apresentação do problema da pesquisa, objetivos e justificativa.....	pag. 11
2. Cidadania (des)velada: exclusão social e sua relação com a violência de estado – uma digressão necessária.....	pag. 23
3. A Assistência Social como dispositivo de biopolítica e biopoder: riscos e contradições.....	pag. 30
4. A PNAS, o SUAS, a Proteção Social Básica, o CRAS, o PAIF e o sujeito de direitos.....	pag. 41
5. Sujeito de direitos, sujeito do vínculo: a centralidade na intersubjetividade na política de assistência social.....	pag. 62
6. A função psíquica da rede e seus territórios de pertencimento.....	pag. 80
7. A dimensão do enquadre e do metaenquadre e sua relação com os grupos.....	pag. 86
8. O grupo operativo como dispositivo de trabalho social com famílias e de pesquisa.....	pag. 98
8.1. Da teoria da técnica com grupos operativos.....	pag. 98
8.2. Da análise dos dados.....	pag. 101
8.3. Análise do Processo Grupal e sua interface com a prática <i>psi</i>	pag. 160
9. Considerações Finais.....	pag. 166
10. Bibliografia.....	pag. 171
11. Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	pag. 175

Do trabalho psíquico no CRAS – Entre o sujeito de direitos e o sujeito do vínculo.

1. Dos descaminhos na Assistência Social. Contextualização da pesquisa, colocação do problema, objetivos e justificativa.

Foi no ano de 2009 que iniciei minha jornada no trabalho na política pública de Assistência Social. Havia cinco anos da publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e quatro anos da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Tratava-se de um novo campo que se abria para mim, e dada a sua recente criação, também o era para os colegas que lá já trabalhavam. Era um campo vasto, desafiador e complexo, que ainda está em franco crescimento para a psicologia e que ainda sugere um lugar em construção para os trabalhadores que por ele vão se aventurar.

Ao chegar pela primeira vez no meu local de trabalho e me apresentar, perguntei ao coordenador da Proteção Social Básica, quem me recebeu na Secretaria de Assistência Social, qual seria minha atribuição no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sem saber ao certo ainda o que era o CRAS, afinal o concurso que eu havia prestado era para “especialista em saúde”... Ele, muito honestamente, me respondeu: “não sei, mas estes textos podem te ajudar” e me entregou a Política Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social, e algumas cartilhas que envolvem o trabalho com essa política pública. Era mês de fevereiro, e entre um bloco e outro, passei o carnaval tentando entender do que se tratava aquele novo trabalho que a mim se apresentava.

É claro que percorrer aquelas linhas não me deu a dimensão do que se apresentaria no decorrer dos dias, meses e anos, mas ia construindo um universo, um campo de referência que sustentasse a minha prática e me guiasse na nova caminhada através das diretrizes, normativas, vocabulários, leis que desenham o enquadramento institucional e vão delineando os limites, possibilidades e potencialidades da tarefa.

Minha primeira proposta de trabalho como psicóloga no CRAS foi montar dois grupos de adolescentes e jovens, com cerca de 30 jovens cada, com atendimentos semanais de 2 horas, nos períodos da manhã e tarde. Esses jovens eram beneficiários do Programa Ação Jovem e tinham o direito e o dever de participar desse grupo socioeducativo, caso o município o ofertasse.

Os encontros com os jovens, ainda nos moldes de grupo socioeducativo, foram baseados em discussões com o apoio em filmes, textos, poesias, elaboração de fanzines, cartazes, colagens, esses jovens passearam pelos diversos temas que povoam a vivência da adolescência, refletiram, debateram, se emocionaram, estabeleceram pontos de confiança, identificação, vínculos, atravessaram suas crises, fortalecidos nesse espaço de trocas, cooperação e acolhida, participaram das Conferências Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Infância e Adolescência e por esse trabalho fomos premiados na I Mostra de Práticas Inovadoras promovida pelo CRP/SP.

No final desse primeiro ano trabalhando no CRAS, recebi um convite para ser coordenadora da equipe e um dilema se impôs, pois esse trabalho envolveria o afastamento dos atendimentos diretos com os usuários e uma exposição maior ao jogo de forças institucional, que muitas vezes também está enredado no jogo de forças da política partidária, além do desafio de coordenar uma equipe e ser responsável pelo planejamento, supervisão, monitoramento, articulação e avaliação do trabalho como um todo.

Foram 8 meses coordenando um CRAS, tentando implementar um modelo de coordenação mais democrático e até mesmo auto-gestionário, buscando mobilizar um exercício junto com a equipe técnica, administrativa, operacional e estagiárias, de construção de um espaço constante de estudo e reflexão acerca do SUAS e da Tipificação que estava recém-publicada, em um processo coletivo de planejamento e execução de propostas de trabalho que apontassem para uma possibilidade de maior protagonismo e reconhecimento dos usuários do serviço como sujeitos e maior trânsito e articulação no território. Naquele momento, fomos a primeira cidade brasileira a implantar conselhos gestores nos CRAS, importante dispositivo de participação popular e controle social, era uma gestão oxigenada, menos vinculada

aos interesses político-partidários, composta principalmente por profissionais engajados com a consolidação do SUAS.

A minha saída, assim como a de outros colegas coordenadores foi marcada pela mudança de gestão que tornou insustentável os processos de trabalho com a política pública de assistência social comprometida ética e politicamente com seus usuários. Em um movimento de repressão dos nossos trabalhos em favor dos interesses da política partidária por parte da nova gestão, deixei voluntariamente meu cargo para voltar a trabalhar como psicóloga, agora em outra unidade de CRAS, em virtude de uma transferência compulsória.

Foram dois anos no primeiro CRAS, outros dois anos no segundo e agora quatro anos no terceiro CRAS, onde atuo no momento, todos no mesmo município. O contexto dessas transferências nas mudanças de gestão está relacionado à violência institucional, uma violência simbólica que desconsidera o vínculo que construímos com os usuários, comunidades e território, a despeito desses vínculos serem a matéria do nosso trabalho. Não raro, nessas transições, os novos gestores desqualificam o trabalho que realizamos e impõem “novos e melhores processos” que favorecem a desarticulação e desmotivação das equipes técnicas. Trata-se de uma constante estratégia de enfraquecimento da categoria, que despotencializa nossa conduta ético-política e instrumentaliza a gestão dos benefícios para ser explorada nas campanhas eleitorais.

É comum o sentimento de impotência e indignação entre os técnicos sociais, que vivenciam como efeitos desse processo, a desmotivação, o não-reconhecimento e um certo desligamento libidinal do trabalho, que podemos considerar como uma tentativa de preservação narcísica da identidade pessoal e profissional dos trabalhadores, com o intento de separar tais processos institucionais violentos de suas práticas. No entanto, a busca como busca de proteção tem um preço alto e oposto, que é o do esvaziamento libidinal do trabalho disparando um movimento de repetição alienada, burocratizada, das práticas que envolvem o trabalho no CRAS e consequentemente um ataque narcísico, pois somos constituintes dos processos institucionais.

Tais sentimentos são muito parecidos com aqueles que acolhemos nos atendimentos com os usuários do serviço: sujeitos muito fragilizados e despotencializados em sua produção desejante em detrimento de sua proteção diante da violência a que está exposto por fazer parte da camada social que é depositária de todos os infortúnios da sociedade. Nesse sentido, a alienação de cunho religioso é especialmente eficaz, já que uma doação de alimentos, por exemplo, é nomeada na dimensão da benção, do milagre, mas que para se configurar como tal, a complementaridade é o sujeito assujeitado, destituído de sua potência.

As condições de trabalho no CRAS no mais das vezes são bastante precárias. As orientações técnicas do CRAS determinam que para implantação do equipamento em um CRAS que referencia 5000 famílias e atende 1000 famílias por ano deveria ter no mínimo uma recepção com 12m², duas salas de atendimento com capacidade para 10 pessoas com 12m², 2 salas de atendimento de uso coletivo com capacidade para 30 pessoas com 35 m², 1 sala administrativa com 20m², 1 copa com 5m² para preparo de lanches aos usuários e espaço para equipe de referência; espaço para banheiros com 10m², além de obrigatoriedade das acessibilidade em todos os espaços. (Orientações Técnicas CRAS pag. 54). Com relação à equipe de referência mínima, deveria ser composta por 4 técnicos com nível médio e 4 técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS, além do coordenador de nível superior, concursado, com experiência na área. (Orientações técnicas CRAS, pag. 61) No entanto, o que encontramos nos CRAS na cidade de Guarulhos, por exemplo, que goza de gestão plena, com repasse máximo de verbas do governo federal, são equipamentos sem sala de atendimento, equipes técnicas incompletas, sem recursos básicos como impressora, lanche para os usuários, carro para visitas, coordenadores sem formação na área social.

No entanto, passados 08 anos, apesar das adversidades, continuo buscando compreender qual o meu papel como psicóloga no CRAS, de como a legitimação da escuta e do trabalho com a subjetividade e, especialmente, a intersubjetividade estão implicadas no trabalho psicossocial, através da atuação da psicologia. Investigar como ela se constitui no interjogo da produção social e psíquica nas

situações de extrema pobreza e exclusão social, marcadas pela transmissão psíquica, cultural e social, tão evidentes nas repetições que observamos no atendimento com famílias e comunidades.

Finalmente, a presente pesquisa se propõe a levantar a questão: “Qual é o papel do psicólogo no CRAS?” A pergunta aparentemente simples, envolve considerar e indagar algumas dimensões que pretendemos tratar no percurso desenvolvido: do que se trata a assistência social como política pública, quais são seus objetivos, quem é o usuário do serviço, como se insere a questão da subjetividade e da intersubjetividade em um universo remetido às privações materiais e sociais - portanto concernentes ao registro da realidade concreta, como o psicólogo social pode intervir de modo ético-técnico-político, a partir de sua singularidade e especificidade de um saber-fazer? E em nosso caso particular, terá pertinência a presença da psicanálise na assistência social?

Há um movimento de construção em torno da identidade profissional do psicólogo no campo assistência social, que potencializa mais um espaço de criação de novos modos de fazer da psicologia e do serviço social que ainda não está claro a não ser pelo que não deve ser seu campo de trabalho, a saber, a psicoterapia. Abrimos a reflexão para o sentido de invenção de um campo na assistência social do trabalho do psicólogo relacionado com os grupos operativos de Pichon-Rivière (1991) e a construção do conceito de sujeito do grupo de René Kaës (2005), ofertando espaços que propiciem a circulação livre da palavra, a construção de novas narrativas, individuais, familiares e comunitárias, no investimento dos espaços psíquicos compartilhados como tendo a dupla função psíquica de continência das angústias produzidas dentro e fora do grupo e elaboração simbólica pelo aparelho psíquico grupal, na intersecção entre o material, o social e o psíquico, entre o sujeito de direitos e o sujeito do inconsciente.

Julgamos pertinente também, associado ao objetivo principal da pesquisa, investigar o modo de atendimento psicossocial grupal circunscrito ao psicólogo social inserido no CRAS, especialmente o trabalho psíquico inerente e seus desdobramentos e efeitos, articulando os conceitos de vínculo, intersubjetividade, escuta, interpretação, elaboração e rede, em uma abordagem psicanalítica.

A pertinência da psicanálise como referencial teórico no trabalho do psicólogo no CRAS se manifesta de variadas maneiras. Podemos observar que os dois campos, o serviço social e a psicologia social apoiada na produção teórica da psicanálise dos vínculos, compartilham de um campo semântico comum: conceitos como vínculo, escuta, rede, relação, família, repetição, reprodução, entre outros, transitam de um campo a outro, embora muitas vezes não tenham o mesmo significado conceitual. Veremos que podemos promover um diálogo interessante e profícuo.

Desde a invenção da psicanálise, é evidente o interesse pelo fenômeno social, de grupo, família ou mesmo dos grupos internos, formados pela internalização das relações sociais e afetivas através das fantasias inconscientes e da produção subjetiva. Notamos a estreita relação entre os dois campos como propõe Freud em *Psicologia das Massas* e *Análise do Eu*: não existe psicologia individual que não seja ao mesmo tempo social, já que é próprio do humano estar em relação e comunidade e que o sujeito se constitui necessariamente na relação com o outro, ou seja, no vínculo.

Podemos destacar em Pichon-Rivière um avanço no que diz respeito ao explicitamento de tais relações: ao transitar da Psicanálise à Psicologia Social; reivindica a ruptura com o pensamento do sujeito considerado como indivíduo para a compreensão de que esse sujeito está inscrito e constituído numa determinada cultura, tempo histórico, relações e histórias familiares, situações econômicas, que lhe conferem a incidência de uma perspectiva materialista em sua constituição tão importante quanto suas produções psíquicas singulares.

Nesse momento, Pichon-Rivière atribui à psicanálise um papel fundamental no que diz respeito ao desvelamento das questões inconscientes que atravessam os sujeitos e os grupos, mas não somente, também reconhece a contribuição marxista materialista-histórica e dialética, na qual esse sujeito está co-determinado por suas condições sócio-históricas e os papéis que assume e que tem determinadas funções na economia psíquica grupal. Além da contribuição da Gestalt de que o grupo é uma construção nova, diferente do que é a simples soma de suas partes. Assim, Pichon-Rivière compreenderá um acontecimento de um sujeito como emergente do grupo a que está inserido no aqui-agora concreto do grupo.

Acreditamos que o termo “materialista” em Pichon-Rivière deva ser visto antes de tudo como uma referência ao homem em situação. Trata das relações que se estabelecem no dia a dia e que tomam forma devido a uma infinidade de elementos, dentre os quais os papéis que são atribuídos à linguagem, à cultura e à história de um povo, à situação econômica, à história pessoal etc. Nesse sentido, o termo “concreto” ou “material” refere-se a um princípio de concatenação universal que se dá no momento e na história. Na visão pichoniana, a história é fundamental para compreender o presente e projetar o futuro. Assim, “material” é antes de tudo uma referência ao caráter multideterminado do homem no mundo em seu processo histórico. (Castanho, 2012)

Observamos que a assistência social como práxis igualmente tem no referencial materialista histórico dialético uma importante contribuição, assim conceitos como reprodução social, repetição e relação (especialmente a luta de classes e o binômio dominador/dominado) estão igualmente presentes, por se configurarem fundamentais para a compreensão da reprodução da exclusão social e da pobreza, bem como na psicologia social, com conceitos que dizem respeito ao nosso objeto mesmo de trabalho: o sujeito de direitos e as redes que lhe sustentam – a família, o vínculo, a escuta, o grupo.

Desse modo, observamos um terreno propício, mas também bastante acidentado, para articular esses diversos saberes (psicanálise, psicologia social e assistência social), uma vez que apesar de previstos nas normativas da política pública de assistência social pelo viés da interdisciplinaridade, a psicanálise pode ser tida como uma *transgressão* no campo da assistência social por apostar na escuta e interpretação dos conteúdos inconscientes, trabalho que pode ser capturado pelo termo interdito “psicoterapêutico”.

Propomos talvez a invenção de uma clínica na assistência social (e a diferenciação entre clínica e psicoterapia): um espaço de escuta, interpretação e elaboração psíquica grupal e/ou familiar que diz respeito aos sofrimentos e fragilidades relacionadas às questões sociais e vinculares vivenciadas pelos sujeitos, grupos, famílias e comunidades, que os dificulta inclusive a devir como sujeito de direitos.

Não pretendemos encerrar a questão, mas apenas esboçar uma contribuição a partir desse determinado referencial teórico, da psicanálise que compreende o sujeito do inconsciente como sujeito dos vínculos. Assim, assumimos os limites e

riscos que a própria escolha por um determinado olhar sobre um determinado campo confere, sabendo que a partir de outros olhares, outras nuances e caminhos podem ser trilhados, dada a complexidade de todo o fenômeno que se articula com o humano.

Iniciamos nossa discussão teórica, privilegiando a reflexão ético-política, no segundo capítulo com uma discussão acerca do conceito de exclusão social na sua dimensão dialética que envolve pensar a exclusão social como inclusão social precária e os atravessamentos ideológicos que essa reflexão carrega, nos preparando para tatear esse território arenoso da assistência social com mais prudência.

Situamos no terceiro capítulo a problemática da Assistência Social a partir dos conceitos de *biopolítica* e *governamentalidade* de Foucault, onde no registro macropolítico, essa política pública se inscreve como dispositivo de controle e investimento da vida a serviço do fortalecimento do capitalismo, enquadramento sócio-político-econômico-jurídico ao qual estamos submetidos e que tem como objetivos assegurar o acúmulo de capital e a livre concorrência, administrando as problemáticas sociais sem enfrentá-las em absoluto. Veremos então, que entre seus objetivos temos duas posições antagônicas hegemônicas, dentre outras, que conferem um jogo de forças, muitas vezes escamoteado da reflexão de nossa práxis: de um lado investe-se na autonomia e protagonismo do sujeito, de outro em sua adaptação ao sistema capitalista e todas as formas sociais de sujeição com seus efeitos psíquicos inevitáveis, entre eles os sofrimentos decorrentes do desamparo, da vergonha e da humilhação, todos encarnações da violência e sobretudo, a violência de Estado.

No quarto capítulo procuramos descrever, a partir de seus marcos legais, a política pública de assistência social, como direito de cidadania e dever do Estado, seu modo singular de gestão fundado na descentralização político-administrativa, na matricialidade sociofamiliar e na territorialização, organizada na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, devendo desenvolver serviços, programas e projetos que favoreçam a emergência sujeito de direitos, com protagonismo e autonomia. Também marcamos a convocação do(a) psicólogo(a) como profissional necessário(a) para compor as equipes básicas dos equipamentos de assistência

social e apresentamos as orientações técnicas específicas para essa práxis, que oferecem elementos, diretrizes e objetivos fundamentais do ponto de vista ético-político, mas muitas ambiguidades nas dimensões teórico-metodológica e técnico operativa. Ambiguidades que pretendemos explorar.

No quinto capítulo, a psicanálise é apresentada como sustentação teórica ao trabalho do psicólogo no CRAS, onde trabalhamos a ideia de que a despeito do usuário da política pública de assistência social ser o sujeito de direitos, entendemos que o objeto privilegiado da psicologia é a subjetividade e seus modos de subjetivação - suas manifestações, processos, efeitos. O que indica que o sujeito da psicologia, a partir do referencial psicanalítico com o qual trabalhamos, é o sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo. Ainda procurando delimitar melhor o nosso campo, na perspectiva da psicanálise que opera com a intersubjetividade, chegamos ao ponto que o sujeito do inconsciente é também o sujeito dos vínculos, ou como diria Kaës, singular e plural. E articulamos a discussão a um dos fundamentos do trabalho socioassistencial, a matricialidade sociofamiliar, que nos interpela sobre a filiação, as transmissões psíquicas e a noção de sujeito em constante transformação a partir dos vínculos e suas vicissitudes. Sustentamo-nos então na trama conceitual de Kaës, Freud e Pichon-Rivière para compreender como se dá o trabalho psíquico na intersubjetividade e nos grupos.

No sexto e sétimo capítulos, abordaremos os aspectos psicanalíticos referentes ao enquadramento do trabalho, a função psíquica da rede de proteção social básica, da intersetorialidade e do trabalho no território, lançando mão dos conceitos de Bleger e Benghozi, especialmente os conceitos de enquadramento, metaenquadre, depósito, continência, malhagem e vínculo.

O oitavo capítulo traz o nosso método de pesquisa, nosso trabalho de campo e a análise de dados, a saber, o processo de acompanhamento familiar em grupo no âmbito do PAIF ofertado em um CRAS na cidade de Guarulhos, observando as manifestações e efeitos do trabalho psíquico no grupo, bem como suas potencialidades e limites nos processos de transformação do grupo e dos sujeitos no grupo, no sentido da superação das vulnerabilidades sociais apresentadas, donde a vulnerabilidade social comum a todas as participantes é a evasão escolar dos filhos,

e assim oferecer possibilidades técnico-operacionais e teórico-metodológicas com relação ao papel da (o) psicóloga (o) no CRAS.

Sabemos que o trabalho da psicanálise de grupos, especialmente vinculado ao trabalho em políticas públicas e mais ainda na assistência social, provoca uma dupla subversão: por um lado, no âmbito da própria instituição psicanalítica, o caminho inaugurado por Kaës propondo uma terceira tópica que dê conta de pensar a metapsicologia dos processos grupais através de seu conceito *princeps* das alianças inconscientes e por Pichon-Rivière no que diz respeito a uma técnica grupal que sustente um processo analítico de grupo, com os grupos operativos, ainda hoje provocam questionamentos sobre sua legitimidade como se a psicanálise vinculada a uma clínica psicanalítica fosse a verdadeira psicanálise.

Por outro lado, nas políticas públicas, e particularmente na Assistência Social, muitos são os entraves e as resistências sobre a pertinência da psicanálise no atendimento aos usuários, como se do caminho da clínica associado ao terapêutico para a clínica ampliada¹ possível nos equipamentos de cuidado e proteção social, os sujeitos que tornados objetos das políticas públicas não pudessem ter reinvestido seu lugar de sujeito.

No entanto, a contribuição da psicanálise onde quer que esteja inserida é promover a condição de fala do sujeito, restituindo sua capacidade de nomear o seu desejo, o que propicia as condições de devir sujeito, denunciando o movimento burocrático da captura do sujeito para ser objeto da política pública. O risco da psicanálise reenviada ao (interdito) terapêutico, a partir do olhar reducionista sobre a psicanálise entendida como teoria e técnica de psicoterapia individual está a serviço do sufocamento do sujeito pelas regras, procedimentos e burocracias presentes nos serviços e que muitas vezes também colocam em risco os objetivos e interesses das políticas públicas e suas instituições.

Sustentar essa dupla subversão nas instituições, que implica os sujeitos envolvidos em processos de mudança e invenção subjetiva não é uma tarefa fácil e

¹ Conforme nos apresenta Torossian e Rivero em seu artigo “Políticas públicas e modos de viver – A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade.”, onde propõe o conceito de clínica ampliada na assistência social articulado com a noção da escuta do sujeito do inconsciente e legitimação de sua produção subjetiva nos serviços de proteção social. Desenvolveremos tal questão no quarto capítulo da presente pesquisa.

quase sempre se associa a um certo nível de angústia, que nos dispusemos a enfrentar.

Claro está que a psicanálise, enquanto teoria e técnica tem suas limitações para dar conta do fenômeno social que está em jogo nas políticas públicas, na medida em que a dimensão social está diretamente atravessada pelas determinações político-econômicas e socioculturais nos âmbitos macro e micro-políticos, produtoras das situações de desigualdade social que atravessam gerações excedendo absolutamente seu escopo teórico e técnico, mas certamente poderá ser um dos instrumentos que contribuem para a transformação social, a saber, restituir a condição de sujeitos cotidianamente negada aos cidadãos da sociedade capitalista pós-moderna, incluindo aí, nós, profissionais das políticas públicas, para que possam finalmente emergir como sujeito de direitos e protagonistas de sua trajetória.

Os autores que convocamos para tal empreitada, René Kaës, Pichon-Rivière, Pierre Benghozi e José Bleger trabalham na perspectiva da intersubjetividade e apresentam uma complementaridade de conceitos que articulados, enriquecem nossa possibilidade de análise dos dados. Salientamos que o eixo principal da construção teórica de tais autores é o conceito de vínculo, em sua dimensão inconsciente.

Nas proposições teórico-práticas construídas por Pichon-Rivière, efetivamente através do conceito de Grupo Operativo, podemos observar o processo grupal a partir do conceito de vínculo, dos papéis emergentes que comunicam as questões do grupo, especialmente suas fantasias e defesas, e do desenvolvimento do grupo com relação à sua aprendizagem suportada pela tarefa. René Kaës por outro lado, nos fornece elementos para observar, a partir das alianças inconscientes e dos pactos e contratos que a sustentam, a dupla existência do sujeito, em sua dimensão singular e grupal, não apenas em sua dimensão social, portanto, mas também em sua dimensão intrapsíquica e intergeracional. Benghozi com seu conceito de malhagem nos permite pensar as implicações inconscientes do atendimento intersetorial e a importância dessa articulação com as demais políticas públicas para proporcionar o desenvolvimento da função protetiva das famílias, conforme preconiza o PAIF, com capacidade de continência psíquica para enfrentar as adversidades inevitáveis. E por fim, Bleger com seus estudos sobre a função

psíquica do enquadramento nos possibilita identificar o impacto dos recursos materiais e condições objetivas para o trabalho com a subjetividade.

Desse modo, acreditamos que a articulação entre os autores escolhidos se faz não apenas pertinente, como necessária, para melhor apreensão do complexo objeto da pesquisa, qual seja investigar o papel do psicólogo no CRAS e o modo de atendimento psicossocial em sua dimensão inconsciente, tendo em vista que:

(...) a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência social – preocupadas em promover a emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros –, contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e da cidadania. (Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS., pag. 17, 2007)

Entendemos então que o trabalho do psicólogo social no CRAS está na intersecção entre o sujeito de direitos e o sujeito dos vínculos, ou seja, numa zona intermediária, de fronteira e, portanto como veremos, de passagem, de elaboração, de potencial de transformação, senão da realidade concreta diretamente, certamente do modo como o sujeito se posiciona e se potencializa a partir do seu desejo diante dela, com os riscos, preços e benefícios que se tem a partir daí.

Não podemos deixar de colocar que toda ação social é também ação política. Assim, o papel do psicólogo no CRAS não poderá perder de vista sua ação como sujeito político, engajado no compromisso ético-técnico-político vinculado ao exercício da profissão, ou seja, na defesa dos direitos humanos, da singularidade dos sujeitos, do reconhecimento dos impactos da violência do Estado observados especialmente na dimensão do sofrimento apresentado pelos usuários do serviço, da legitimidade da diversidade das composições familiares, dos múltiplos elementos que compõem o território, visando colaborar em sua práxis para a construção de uma realidade mais justa e igualitária.

2. Cidadania (des)velada: exclusão social e sua relação com a violência de estado – uma digressão necessária.

A política pública da Assistência Social confronta-se cotidianamente com a complexidade dos fenômenos que envolvem as vicissitudes das famílias que estão em situação de exclusão social ou de inclusão social perversa, já que as famílias não ficam de fora do sistema, mas estão incluídas de forma precária e perversa, assumindo inclusive um papel social – o papel do explorado, do excluído, do dominado, depositário dos restos e detritos que a sociedade não quer reconhecer como seu produto e que inclusive dá condições para a manutenção da classe dominante e das desigualdades sociais.

Na introdução do livro “As artimanhas da exclusão” (2014), Sawaia adverte que devemos pensar em termos de uma dialética da exclusão/inclusão:

Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (Sawaia, 2014)

Sawaia aponta que há no mínimo três dimensões da exclusão social: “a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento.” (Sawaia, 2014) Tal apontamento traz à tona as questões da ética e da subjetividade nos fenômenos de exclusão e, ainda, a ideia de que a “exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro.” (Sawaia, 2014).

De fato, os atendimentos no CRAS, na medida em que acolhem as questões referentes aos processos de exclusão social, nos dão indícios dos efeitos dos sofrimentos fruto das problemáticas do não-pertencimento e não-reconhecimento social, com suas implicações subjetivas, éticas e políticas. Notamos a presença da resignação, apatia, vergonha, humilhação, abandono, baixa auto-estima, desmotivação, auto-desvalorização, desqualificação pessoal.

As contínuas situações de privações, que atravessam gerações, levaram Cruz e Guareschi a retomar Castel e seu conceito de *desfiliação*, que implica “o estado de pobreza como o resultado de várias rupturas de vínculos, e não exclusivamente a

questão econômica.” (CRUZ e GUARESCHI, pag. 19) A vulnerabilidade social é entendida como um processo, não como um estado, no cruzamento da precariedade do trabalho e da fragilidade dos vínculos socio-familiares e o conceito de desfiliação procura dar conta desse fenômeno dentro dessa complexidade que lhe é própria, ampliando as reflexões em torno da exclusão social.

Nos atendimentos, podemos observar que a vivência da desfiliação é de uma ordem absolutamente violenta e excessiva do ponto de vista psíquico, causando um tipo de sofrimento próprio da experiência destituída de representação simbólica, que transborda a possibilidade de pensar. Ancorada na dimensão de impensável e inominável, associada à exposição cotidiana ao uma cultura baseada em consumo e qualidade de vida medida por padrões de consumo, põe-se em marcha um processo igualmente intenso de alienação do desejo e a reificação dos sujeitos, tomados pela urgência da necessidade e da privação.

Essa reificação dos sujeitos nós percebemos de forma trágica nos dependentes químicos, nos aviõezinhos do trafico, nas garotas que são leiloadas aos 12 anos ao “dono da boca”, nas adolescentes grávidas do “paredão” ou da “tábua”², nos adolescentes mortos pelo uso do “lança perfume”³, nos meninos e meninas que cometem ato infracional num ato desesperado de reconhecimento pelo tênis ou celular que poderão “ostentar”. São sujeitos-objetos substituíveis, intercambiáveis, que perderam sua singularidade, tragados de modo serial pela violência social que ataca e reativa os submundos das favelas.

Dessas contradições do exercício da cidadania baseado em acesso a serviços e bens de consumo, tal como é posta no capitalismo, surge o questionamento quanto à expressão “sujeito de direitos” e como podemos mobilizar esse sujeito de direitos no âmbito do PAIF. O sujeito de direitos precisa antes de tudo ser considerado um sujeito. Sujeito que tem uma história, que tem desejos, que tem identidade, que tem redes de pertencimento, de práticas, de referências culturais, religiosas e morais, um sujeito singular. Todos esses diferentes aspectos

² Durante atendimento no CRAS, nos deparamos algumas vezes com a expressão “filho do paredão” ou “filho da tábua”, a respeito das adolescentes e mulheres que engravidam nos bailes funks e não saberiam identificar quem é o pai do bebê.

³ No trabalho no CRAS, ao menos uma vez por mês, temos a notícia de que um adolescente morreu usando lança-perfume. Diante da letalidade da droga e do baixo preço, há inclusive uma campanha nas periferias buscando conscientizar os jovens sobre o perigo da droga.

presentes na vida de cada um de nós, quando ligado a um contexto de exclusão social é facilmente associado a uma realidade indesejável, desvalorizada, criminalizada, menor. Frequentemente, em nome da dignidade e da garantia de direitos de cidadania testemunhamos esse sujeito passando a ser objeto da ação de uma política pública e de uma política pública fragmentada das demais. Um breve relato pode auxiliar no evidenciamento desse processo de dessubjetivação do sujeito de direitos.

“Em um dia de trabalho qualquer, entre as diversas demandas de um cotidiano no CRAS na cidade de Guarulhos, recebemos a notificação de famílias que estão com risco de perder o benefício do Programa Bolsa Família, pois seus filhos não estão frequentando regularmente a escola. Ao realizar a visita domiciliar para a família em questão, me deparei com um cenário de guerra: há diversas construções demolidas pela metade, em ruínas, e outras de madeira que permanecem em meio aos escombros... trata-se de uma desocupação, em que as famílias estão indo para novas unidades habitacionais entregues pela prefeitura no escopo do direito à moradia. Como não encontro a família em questão, a despeito de ainda estar morando lá, em meio aos escombros, solicito aos vizinhos que entreguem uma convocação para que compareçam ao CRAS. No dia agendado, a responsável familiar comparece junto de duas de suas filhas. Relata que irão mudar na semana que vem. Suas caras são de tristeza, desapontamento, de que essa mudança não faz o menor sentido... Dentre os questionamentos que elas traziam, elas manifestavam o fato de viverem naquele bairro há mais de vinte anos e conhecerem os donos dos comércios locais, seus agenciamentos para bicos principalmente com catação de materiais recicláveis, o namorado da filha mais velha que não está entre os “contemplados”, os 20 km que separam os dois bairros, a mudança de um bairro mais central para a periferia, a preocupação com a obrigação com contas mensais de condomínio, água e luz, o desconforto de morar em prédio, não mais em casa, dentre outras coisas que não apareceram ali na sua narrativa...”

Conforme ela ia expressando claramente o sentimento de imposição com relação ao direito adquirido e conquistado, percebia uma dimensão de violência de dessubjetivação em diversos níveis: afetivo, emocional, material, simbólico... A conquista de um direito a colocava no lugar de objeto de uma política pública e não

de sujeito de sua própria história, ela não se reconhecia ali, e além do encaminhamento para seu novo CRAS de referência pouco poderia ser feito no sentido de apoiá-la para se apropriar de sua nova condição ou para que pudesse se reorganizar de alguma outra forma; o trabalho de transformação simbólica (se for realizado) será a *posteriori* da mudança concreta e aí podemos entrar no campo do sofrimento, ou seja, da vivência destituída de sua capacidade para ser pensada e incorporada, de ser desejada e escolhida, de ser exercício de liberdade, mas sendo imposta ao sujeito (de direitos)-objeto-da-política-pública-de-bem-estar-social. E não faltarão críticas e julgamentos se ela vender seu apartamento e voltar para a favela.

Essa situação, entre tantas outras que comportam essa invocação do Estado como violador de direito ao promover o acesso ao direito e que são comuns no cotidiano de um CRAS, nos coloca a questão das estratégias de dominação e atravessamentos ideológicos que permeiam as políticas sociais e como vamos construir uma atuação ético-política e técnica-operacional no campo de trabalho na assistência social. Precisamos nos assegurar e nos comprometer de que nossa atuação está sempre implicada com o sujeito, famílias, coletividades que estão no nosso território, e no caso específico da psicologia, de que está afinada com a produção subjetiva dos usuários. Como bem problematizam Cruz e Guareschi:

O desafio está colocado: como trabalhar com os programas de orientação e apoio sóciofamiliar de forma a promover autonomia, os direitos das famílias, sem que essa ação se transforme em mais um veículo de controle? (Cruz e Guareschi, p. 32, 2014)

Do mesmo modo, nos perguntamos, certamente as famílias devem acessar o direito à moradia, educação, trabalho, saúde, renda, alimentação e viver com dignidade, essa é a nossa luta. Mas como será esse caminho a ser percorrido? Quais os dispositivos que podemos construir e oferecer às famílias para que possam vivenciar o acesso aos direitos sociais, emergir como *sujeitos de direitos* e não como *objetos de uma política pública*. Ou seja, avaliar “que relação perversa nos mantém atados às ‘ideologias do poder’, ‘direita ou esquerda’, e nos condena a manter o ‘sempre igual’ na aparência de rupturas transformadoras?” (Fernandes, 2005)

Assim, o trabalho com a afirmação da cidadania é no mais das vezes contraditório e angustiante, ao presenciarmos inúmeras vezes, diariamente, em nome da cidadania, processos de dessubjetivação dos usuários, que está

relacionado ao processo de desfiliação e exclusão social, onde o direito básico à escolha e à liberdade é amputado pelo próprio órgão de proteção social, a saber, o Estado:

É curioso que a cidadania, por outro lado, é também o direito de permanecer no lugar, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória. O capitalismo predatório e as políticas urbanas que privilegiam interesses privados e o sistema de circulação acabaram, muitas vezes, por descaracterizar bairros, expulsar moradores como favelados (remoção por obra pública, reintegração de posse), encortiçados (despejos, remoção, demolições), moradores de loteamento irregulares, sem teto, num nomadismo sem direito às raízes. (Veras, p. 2014)

Nessa lógica, um dos principais desafios do trabalho do psicólogo que atua nas equipes técnicas dos CRAS parece ser trabalhar na perspectiva da garantia ao acesso aos direitos sociais e individuais e o desenvolvimento de uma condição de cidadania pela ação do Estado, sendo o Estado um dos maiores violadores dos direitos; compreender a fronteira entre a heterogeneidade moral a ser legitimada e reconhecida, e as intervenções no sentido de garantir a proteção social de pessoas que estão em situação de extrema vulnerabilidade social, negligência, omissão ou mesmo violência; e compreender que pactos e alianças inconscientes dão suporte e sustentação psíquica para manter no nível das gerações, sujeitos assujeitados, na sua relação e co-determinação com o social.

Mello em seu artigo “A violência urbana e a exclusão dos jovens” nos provoca e nos convoca a pensar:

Como conciliar a democracia com todas as violências e violações de direitos mais elementares que parecem constituir o cotidiano de alguns segmentos da população? Como construir e manter representações positivas de si mesmo, quando elas são sistematicamente depreciadas pela sociedade como um todo? (Mello, 2014, p. 131).

Para ilustrar de forma simples o que está em jogo no âmbito das questões acerca da moralidade e da normatização, uma criança pobre que ficou sem ir pra escola 15 dias, pois a mãe passou por uma cirurgia e não pôde levá-la, será reportada ao conselho tutelar; enquanto que a criança rica que passa 15 dias na Disney com a mãe durante o período letivo sequer será questionada. E temos aqui um recorte moral, cultural, econômico de diferentes tratamentos, condutas e normativas com relação a uma mesma questão: uma criança ficou 15 dias sem ir pra

escola. Dentro desse mesmo tema, notamos a diferença entre a exigência de frequência escolar de uma criança que é membro de uma família que recebe o Programa Bolsa Família, de 85%, e da família que não recebe o benefício, 75%. Devemos interpretar tal diferença como ação do Estado pela proteção social ou penalização da pobreza? Ou seja, crianças que tem o benefício e tem frequência escolar entre 75% e 84%, a despeito de cumprirem a exigência escolar, serão punidas pelo programa e terão seus benefícios suspensos. Como questionam Cruz e Guareschi:

(...) como compreender a contrapartida (condicionalidades) do programa, nas áreas de saúde, educação e assistência social? Se o PBF fosse concebido exclusivamente como um direito social, porque a exigência de condicionalidades? (Cruz e Guareschi, 2014, p. 23).

Assim, os atendimentos no CRAS, na medida em que acolhem as questões referentes aos processos de exclusão social, nos dão indícios dos efeitos dos sofrimentos e violências, fruto das problemáticas do não-pertencimento, não-reconhecimento social, e não acesso ou acesso precário aos direitos sociais.

No caso das classes subalternas, a aquisição da identidade é problematizada pelo forte sentido de discriminação, vivido diariamente sob a forma de humilhação que situa seus integrantes, em relação ao poder, como cidadãos de segunda categoria. (Mello, 2014, pag. 135).

Diante do grave quadro que se esboça com relação a questão social, refletimos também sobre os espaços potenciais de transformação social que podemos identificar e investir atualmente no Brasil, e a política pública da assistência social, e mais especificamente, a proteção social básica, parece ser um lugar profícuo de reconhecimento social e legitimação das identidades consideradas marginais e fomento dos movimentos sociais e redes de solidariedade nos territórios, pelos seus objetivos fundamentais de convivência familiar e comunitária e fortalecimento de vínculos. No entanto, é preciso que se faça esse resgate crítico acerca da constituição da Assistência Social no Brasil, marcada pelo assistencialismo e que se note que o Estado *poderia* ser o garantidor legítimo de direito, se no capitalismo não encarnasse sua disposição por ser o principal violador da condição de sujeitos e, mais especificamente, de sujeito de direitos. Não podemos perder de vista que:

As possibilidades de modificação dessas 'estruturas' e da entrada em circulação dos processos psíquicos que gerariam mudanças nas configurações grupais supõem múltiplas intervenções. Quebrar o ciclo dessa violência quando ela se manifesta para garantir a dominação e o triunfo de poderosos é necessário e outro desafio a enfrentar. A violência "não pode ser transformada, convertida em força de criação e de amor, senão quando cada um tiver reconhecido em si mesmo a dupla face da violência, muitas vezes negada." (Fernandes, 2005).

Marcamos assim nosso posicionamento crítico e a crença de que "a busca de conhecimento deverá fortalecer nossa ação social na produção de políticas públicas que permitam trabalhar as contradições, as ambiguidades, as múltiplas ideologias que as determinam." (Fernandes, 2005), abrindo caminhos possíveis de enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais.

A psicologia é convocada como saber fundamental ao atendimento às famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade ou risco social, uma vez que compõe necessariamente as equipes técnicas de atendimento, desde a publicação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004. A dimensão subjetiva inerente às problemáticas vinculadas às questões sociais está legitimada e busca seu amadurecimento como práxis já institucionalizada, mas também instituinte.

Ademais, se faz necessário incluir a essa reflexão o contexto histórico, cultural, político, social e econômico, alcunhado pós-modernidade, que assevera a diluição dos vínculos no culto ao individualismo em detrimento do coletivo, às relações de competição ao invés de cooperação, produzindo modos de relações perversos e alienados, a fragmentação dos sentidos, a descontinuidade e a apropriação de toda produção pelo capital, que rapidamente metaboliza como bem de consumo e lucro, destituindo os sentidos produzidos pelos sujeitos, asseverando ainda mais o contexto de sofrimento daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, os usuários do serviço da assistência social, os sujeitos de direitos.

3. A Assistência Social como dispositivo de biopolítica e técnica de governamentalidade: uma reflexão crítica a partir de Foucault.

O Campo da Assistência Social no Brasil foi inaugurado institucionalmente na década de 30 do século XX, tendo como principal função a contenção das crises agravadas pela luta de classes e reivindicações trabalhistas no início do Estado Novo. “O Serviço Social surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade.” (Iamamoto/Carvalho, 2001). Caracterizado como prática fragmentada e sem continuidade, o serviço social atendia a cada necessitado com o mínimo necessário para calar a sua revolta e prolongar o seu silêncio ante as profundas desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo e pela herança da fundação do Brasil como sociedade escravocrata, patriarcal e coronelista. Assim, durante todo o século XX, a área foi se desenvolvendo como prática de caridade religiosa, benemerência do Estado, assistencialismo, ajuda aos pobres e necessitados, concessão de privilégios, moeda de troca.

Após a abertura democrática e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência social passa a ter um novo status, lugar e papel na sociedade. Passa a integrar a seguridade social, ao lado da previdência social e da saúde, como direito universal, não contributivo, dirigido a quem dela necessitar.

Atravessar a passagem entre uma política compensatória de garantia dos mínimos sociais com o objetivo de oprimir os trabalhadores impulsionados pela luta de classes, para uma política pública de proteção social, de garantia de direitos e fortalecimento da cidadania na direção dos direitos humanos – com todas as contradições que essa pretensão carrega já que estamos vivendo sob o regime político-econômico capitalista neoliberal – implica o enfrentamento ao risco da desmobilização da indignação e revolta dos sujeitos, frente às violações de direitos provocadas pelo Estado capitalista. O Estado afirma em seu discurso (e com seus dispositivos de discurso, como as leis, a constituição, as políticas públicas) a sociedade de direitos, mas não inclui na sua lógica de funcionamento as condições de atualização desse discurso na realidade. Assim, as demandas e questões sociais se travestem como queixa, a queixa é tratada com procedimentos e a revolta é capturada em alguma lista de espera em algum programa social do qual o sujeito

tem direito. Nada é negado, tudo é capturado, compartimentalizado e individualizado.

A mudança paradigmática partindo do assistencialismo à política de garantia de direitos prevê uma mudança radical desde as formações acadêmico-universitárias até os padrões sociais, culturais, políticos, morais e ideológicos.

Nessa transição a assistência social se vê atravessada por diversificados e múltiplos fluxos antagônicos, assimétricos, polifônicos, que se traduzem pelo seu legado histórico de ação de caridade e assistencialismo visando a manutenção do poder dominante; pela luta de classes alargando tensões e denunciando o agravamento da miséria fruto das desigualdades sociais inerentes ao capitalismo, ao processo histórico de fundação do Brasil; pelos hiatos da qualificação profissional na área; pelo surgimento de um campo e uma práxis da assistência social, do serviço social, da psicologia social, do direito e outros saberes envolvidos; pelos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos; pelos usos político-partidários dos dispositivos da política pública de assistência social; pelas características da sociedade pós-moderna consumista e individualista, cujas instituições sociais estão em profunda transformação; entre outros elementos que produzem desdobramentos e reverberações dissonantes, que potencializam e vulnerabilizam a construção da política pública ao mesmo tempo.

À primeira vista, somos tentados a imaginar uma mudança no registro das relações entre Estado e a Sociedade Civil usuária da política pública da assistência social. Entretanto, acompanhando Foucault em seu curso de 1976, intitulado “Em defesa da sociedade” podemos observar que ainda estamos inscritos no registro das tecnologias disciplinares dos corpos sob uma nova roupagem, a *biopolítica ou biopoder*, onde de forma massificada temos o controle e a garantia de produção dos sujeitos na sociedade, uma força reguladora mais do que disciplinarizadora, capaz de aplacar problemas sociais em favor da manutenção do poder do Estado. Funcionando sob a equação “fazer viver e deixar morrer” ⁴, o biopoder intervém

⁴ Foucault, em seu curso “Em defesa da sociedade” de 1976, propõe uma genealogia do poder, introduzindo a soberania medieval e as guerras como analisador. Desenvolve então a noção de que o poder do soberano envolve um “fazer morrer e deixar viver”, com a estratégia de dominação vinculada sobre o poder de decisão de vida e morte de seus súditos. Com a modernidade e o desenvolvimento do poder disciplinar e, mais adiante no séc. XIX, do biopoder regulador

sobre a vida, incidindo sobre as massas no sentido de normatizar e regular a vida, investindo em sua própria energia de criação, produção, de nascer (ou não) e os modos como se dão esses processos.

É em relação a estes fenômenos que a biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (Foucault, 2005, pag. 291)

Se a disciplina é uma tecnologia de poder para controlar e domesticar os corpos no nível individual, a biopolítica “lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder.” (Foucault, 2005, pag. 293) Trata-se de

(...) estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; (...) de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las(...) (Foucault, 2005, pag. 293-294)

No cotidiano de trabalho é comum escutarmos frases como “estamos enxugando gelo”, a sensação de que o trabalho está sendo capturado pelo sistema moral-social-econômico a que estamos inseridos, já que muitas vezes temos a impressão ou a constatação de que se por um lado trabalhamos com o desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos usuários do serviço, por outro é inerente à biopolítica a captura do desejo a serviço do capital no sentido de que todo o trabalho feito será no sentido de incluir o usuário na cadeia produtiva “trabalho - contas a pagar - qualificação profissional” e na maioria das vezes de forma absolutamente precária. Um exemplo disso é o programa “Bolsa auxílio ao desempregado” pertencente à Secretaria de Trabalho do Município de Guarulhos, em que o usuário desempregado há mais de um ano, após uma seleção, presta

serviços gerais à prefeitura em carga horária de 20 horas semanais e recebe meio salário mínimo e uma cesta básica. E ainda há políticos se promovendo em palanque para entrega de cartões de programas de transferência de renda e vagas nesses programas, alimentando o velho ciclo assistencial-coronelista.

Com a análise de Foucault acerca do surgimento das novas tecnologias disciplinares baseadas na estatística e no controle da população, constatamos o risco e a aposta que todo trabalhador da assistência social banca ao se engajar ético-politicamente no seu campo de trabalho, pois há uma nebulosidade entre a política de garantia de direitos e o assistencialismo, entre o programa social que de fato promove autonomia e favorece o investimento do sujeito na vida segundo o seu desejo e aquele que adapta a capacidade produtiva do sujeito aos interesses do sistema capitalista, onde por vezes o problema não é o programa em si, mas como ele é trabalhado com as famílias.

As implicações vão desde a impregnação sociocultural do assistencialismo, o uso político-partidário da política pública e como os recursos materiais e subjetivos devem ser mobilizados para que haja mudanças individuais e coletivas. O assistencialismo é uma das encarnações da biopolítica: disciplina, sufoca, moraliza, paralisa. Trabalhar com a cidadania é o oposto: potencializa, liberta, humaniza, movimenta e legitima a solidariedade e o vínculo. Há uma zona cinzenta entre esses dois pólos, onde cabem práticas assistencialistas com roupagem de práticas emancipatórias. Práticas moralizantes com aparência de defesa de direitos. É uma zona perigosa e insidiosa, que gera um grande desgaste para os profissionais que trabalham na Assistência Social.

O que está em jogo é um certo regime de verdade, e ao mesmo tempo dispositivo de dominação e controle, que produz uma regulação e uma ação governamental que não dividirá os homens em livres e submissos, mas uma massa onde todos os homens “livres” estarão regulados a partir do que se deve ou não fazer, uns em relação aos outros, em uma vigilância recíproca, desde o lugar que ocupam definido pelo Estado, que não pode ser excessivo, mas que deve garantir a sua manutenção e seu fortalecimento, a partir do fortalecimento econômico liberal. Tal fenômeno está claramente expresso no sentimento de vergonha e humilhação vinculado a presença das famílias no CRAS: “Seu não precisasse eu não estava

aqui”. “É muita humilhação ter que falar da minha vida inteira pra receber o Bolsa-Família”. “Eu sempre trabalhei, não sou vagabundo.” E por aí... o imaginário vinculado ao usuário da assistência é de quem não quis estudar, trabalhar, vagabundo, drogado, de modo algum é relacionado como produto da estrutura social em que vivemos.

Tal é o registro do Estado Mínimo, onde políticas públicas preventivas embora apoiadas pelos avanços conquistados no sec. XX com relação aos direitos humanos estão articuladas com a relação custo/investimento econômico que representa ao Estado para intervir em agravamentos. Se assim não o fosse, não existiriam pessoas no limite do interventivo o tempo todo, que só sofrerão a intervenção, quando tencionarem a relação entre ganho/custo, e pior, nunca no lugar de sujeitos, mas de objetos de uma política pública. A regulação no nível das intervenções no Estado Mínimo não se dá pelo direito, mas pelo interesse do mercado.

Há uma aliança biopolítica entre capitalismo e assistência social, que se não problematizada, mesmo com relação às condições para o surgimento da PNAS⁵, do SUAS⁶, do CRAS⁷, do PAIF⁸, podemos ser capturados pela ideologia capitalista meritocrática, que afirma que dando condições para as pessoas em situação de vulnerabilidade social desenvolverem suas potencialidades elas poderão superar suas vulnerabilidades, o que remete à individualização e culpabilização do sujeito frente a situação de exclusão social, sendo que é da estrutura do capitalismo promover e produzir a desigualdade social, ou seja não se trata apenas de acesso a recurso, mas à dinâmica da estrutura. É preciso trabalhar desde a análise desse inter-jogo e não apenas legitimar, mas criar condições e agenciamentos em que os espaços de reflexão e resistência a esse funcionamento perverso possam surgir, como por exemplo os movimentos de ocupação de áreas urbanas não utilizadas, já que uma das principais ideologias hoje é justamente a da aquisição da casa própria, seja por unidade habitacional de *interesse* social... seja por financiamento e todos os contratos e contas que vem daí....

⁵ Política Nacional de Assistência Social.

⁶ Sistema Único de Assistência Social.

⁷ Centro de Referência de Assistência Social.

⁸ Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família.

Quando se afirma que há uma aliança entre as políticas de assistência e o capitalismo, seja regulando as relações e acordos entre países, seja regulando as relações entre populações em situação de exclusão social e as demais camadas sociais, é porque elas nascem garantindo que essa parcela da população participe do mercado desde que o mínimo seja investido e o máximo seja devolvido. É desse ponto de vista que temos a Assistência Social como um dispositivo de governamentalidade, de técnica de controle biopolítica e assujeitamento.

A racionalidade da organização social contemporânea está a serviço do crescimento econômico para o fortalecimento do próprio mercado e não pelo desenvolvimento da sociedade no sentido de sua qualidade de vida, em busca de justiça social. Como evidencia Foucault, “o essencial do mercado é a concorrência, ou seja, não é a equivalência, mas, pelo contrário, a desigualdade.” (Foucault, 2012, p. 157)

A questão da governamentalidade no neoliberalismo será a de regular as regras do jogo que garantam o livre funcionamento do mercado e a garantia de que todos os sujeitos estarão jogando o jogo, o que Foucault nomeou como “as condições de existência do mercado”. A assistência social poderá então se compreendida nessa chave de entendimento, ou seja, como dispositivo de governamentalidade que dará condições mínimas para que todos entrem de alguma forma no jogo da produção e fortalecimento do capitalismo.

Trata-se simplesmente de assegurar, em geral, não a manutenção de um poder de compra, mas um mínimo vital para aqueles que, a título definitivo ou provisório, não possam assegurar a sua própria existência. É a transferência marginal de um máximo para um mínimo. Não é de toda regulação para uma média. (Foucault, 2012, p.187).

Assim, a questão da assistência social ou de uma política social e seus assistidos irá se organizar para minimizar os efeitos da pobreza, e se apoiará na ideia de que o sujeito possa ter acesso ao mínimo de bens de consumo, mas que tenha também frustrações suficientes para que deseje retornar ao jogo produtivo tal como preconiza o sistema político-econômico, ou “fazer com que as pessoas não tomem este subsídio suplementar como uma espécie de modo de vida que as impediria de procurar trabalho e de voltar ao jogo econômico.” (Foucault, 2012, p. 258) No neoliberalismo não há busca por transformação social, há apenas o

estabelecimento de determinado limiar de pobreza ou extrema pobreza para atender o sujeito como cliente da política social⁹, desconstruindo seu potencial de resistência e combate da lógica opressora e injusta ao qual está inserido. É por isso que os serviços socioassistenciais são o ponto central e estratégico da política pública de assistência, pois incidem na (re) construção dos potenciais de resistência, organização e intervenção coletiva junto com os usuários em seus territórios.

Diferente do mercado que é globalizado, não territorializado, capilarizado por todo o planeta, a sociedade civil possui identidades, são grupos singulares integrados por interesses coletivos, culturas, subjetividades. O mercado está engendrado na sociedade civil, mas ameaça esse laço, por suas forças serem absolutamente opostas. Foucault reconhece na sociedade civil “uma matriz de poder político”, isso porque sendo a sociedade civil uma constante histórica e todo agrupamento ter como emergência certas relações de poder, papéis e funções dos sujeitos nos conjuntos, a partir do momento que há o homem, há coletividade, há poder como efeito do grupo, ainda que seja para ser equalizado como podemos observar em certas organizações indígenas das Américas com estruturas mais libertárias, anárquicas e auto-gestionárias¹⁰.

(...) A estrutura jurídica vem sempre depois, após o fato do próprio poder.(...) Portanto, o homem, a sua natureza, os seus pés, as suas mãos, a sua linguagem, os outros, a comunicação, a sociedade, o poder, tudo isso constitui um conjunto solidário que é precisamente característico da sociedade civil. (Foucault, 2012, p.375)

E a sociedade civil por ser essa identidade que é composta por multiplicidades, com dimensões e interesses diversos será também o motor da história, a mesma vocação que carrega para se integrar é igualmente condição para se transformar, através dos jogos mesmos dos interesses e multiplicidades.

Constante histórica como fenômeno de organização humana, mas também invenção moderna enquanto conceito, já que é o par complementar do Estado

⁹ Uma discussão importante acerca desse tema encontra-se no livro “O mito da assistência social”, de Ana Elizabete Mota.

¹⁰ Nos textos de Eduardo Viveiros de Castro e Pierre Clastres podemos conhecer organizações e coletividades tribais que vivenciam o poder de modo absolutamente anárquico fundado em valores como bem-comum, a solidariedade, o apoio mútuo, o respeito à coletividade, a auto-gestão, chegando muitas vezes a partir de sua cosmologia ao limite do indiferenciado entre o eu e o outro sem no entanto indicar qualquer questão psicopatológica. Tais estudos colocam em cheque a defesa neoliberal de que este é o capitalismo é o único sistema político-econômico de organização.

moderno e só surge com ele. Um modo de organização social absolutamente integrador, totalitário, heterogêneo e suficientemente massificado à medida do modo de controle administrativo e capilarizado que é biopoder, que conta como um de seus principais dispositivos a assistência social. A sociedade civil é uma potencialidade, mas também uma emergência do processo histórico atrelado à dominação planetária do capitalismo:

Um governo onipresente, um governo ao qual nada escapa, um governo que obedece as regras de direito e um governo que, porem, respeita a especificidade da economia, será um governo que dará origem a sociedade civil, que dará origem a nação, que dará origem a sociedade, que dará origem ao social. (...) A sociedade civil é como a loucura, é como a sexualidade. É aquilo a que eu chamaria realidades de transação, ou seja, é no jogo das relações de poder e daquilo que lhes escapa incessantemente que nascem, de certa maneira na interface dos governantes e dos governados, essas figuras transacionais e transitórias que, por não terem existido desde sempre, não são menos reais e a que se pode chamar, no caso presente, a sociedade civil. (Foucault, 2012, p.366-367)

Essa relação entre a sociedade civil e o Estado de direito, entre o direito e uma racionalidade prática governamental está fundada e articulada, desde sua emergência no sec. XVIII, na economia política, princípio organizador do Estado neoliberal, cujo objetivo primordial é garantir o fortalecimento do Estado a partir do que é útil e eficiente economicamente, sendo as questões como os direitos humanos subalternas a esse objetivo maior.

Assim, Foucault provoca um deslocamento da centralidade do direito público no Estado moderno – Estado Mínimo – para a centralidade alinhar-se com a lógica de mercado baseada no regime de verdade ora posto, determinado pela questão do interesse, onde o direito está encarnado como mercadoria, a cidadania como bem de consumo, o usuário como cliente:

A partir da nova razão governamental – e este é o ponto de descolagem entre a antiga e a nova, a da razão de Estado e da razão do Estado mínimo -, o governo só pode intervir, só tem domínio direto sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode ter domínio, só tem legitimidade, fundamentação em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesses tornem tal indivíduo ou tal coisa, ou tal bem, ou tal riqueza, ou tal processo, em interesse para os para os indivíduos ou

para todos os indivíduos ou para os interesses afrontados de tal indivíduo com o interesse de todos, etc. (Foucault, 2012, p.74).

Lembrando que essa noção de interesse está especificamente articulada e sustentada na centralidade da economia política e do liberalismo na governamentalidade, assim o que está em jogo não é o bem comum, mas o determinado regime de verdade produzido, que no liberalismo diz respeito ao utilitarismo, a livre concorrência e ao valor de troca:

Questão fundamental do liberalismo: qual é o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas? (Foucault, 2012, p. 75).

De onde se articula o pensamento de Foucault, ou seja, de como é possível a emergência de um determinado regime de verdade com seus dispositivos e relações de poder, podemos assim também pensar quais são as condições para o surgimento da PNAS, SUAS, CRAS, PAIF e da centralidade conjunta de psicólogos e assistentes sociais para a composição das equipes nos CRAS, qual o papel do psicólogo no CRAS, quais as forças de resistência e quais são as forças reacionárias que estão imbricadas nessa construção.

Ou seja, de que a assistência social tem essa composição ambivalente de política de fortalecimento do sujeito de direitos, mas também de invenção de certas condições da participação de todos no mercado, num equilíbrio entre o interesse individual e o interesse coletivo desde o ponto de vista do fortalecimento do mercado. Assim nascem as políticas de assistência, seja regulando as relações e acordos entre países, seja regulando as relações entre populações em situação de exclusão social e sociedade, garantindo que essa parcela da população participe do mercado desde que o mínimo seja investido e o máximo seja devolvido. É desse ponto de vista que temos a Assistência Social como um dispositivo de governamentalidade, de técnica de controle biopolítica.

A questão da governamentalidade no neoliberalismo será a de regular as regras do jogo que garantam o livre funcionamento do mercado e a garantia de que todos os sujeitos estarão jogando o jogo, o que Foucault nomeou como “as condições de existência do mercado”, ou citando o neoliberalismo alemão “o quadro”. São os dispositivos de intervenção em nível de investimentos em

determinado setor de produção, região, população, educação, técnico para que haja ali um retorno de capital. A assistência social pode então se compreendida como dispositivo de governamentalidade que dará condições mínimas de que todos entrem de alguma forma no jogo da produção e fortalecimento do capitalismo. Daí a introdução dos programas de transferência de renda, de moradia popular, do reconhecimento do trabalhador informal ou terceirizado na cadeia produtiva. Diferentes formas de participar do jogo, ainda que de forma degradante, indigna ou desigual.

A intervenção governamental deve ser discreta ao nível dos próprios processos econômicos, tal como, pelo contrário, deve ser maciça quando se trata deste conjunto de dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos e, em geral, sociais, que vão se tornar cada vez mais objeto da intervenção governamental. (Foucault, 2012, p.185).

Uma política social sempre terá em si uma certa oposição, contraposição ao funcionamento liberal, buscando uma certa compensação dos efeitos perversos da desigualdade social inerente ao capitalismo, que é fundado sob o signo da livre concorrência e da desejável acumulação de capital, produtora das desigualdades.

Ou seja, trata-se de admitir que há um enquadramento sócio-institucional imposto a todos os sujeitos, que organiza suas vidas baseado na política econômica, independente do desejo ou motivações desses sujeitos, de uma violência inaugural a todos que nascem sob o signo da cidadania a serviço do capitalismo; e de admitir que a assistência social, nas bases em que está construída, é um dos dispositivos garantidores da manutenção de tal enquadramento:

Cabe à sociedade e à regra do jogo imposta pelo Estado fazerem com que ninguém seja excluído desse jogo em que a pessoa se encontra sem nunca ter querido explicitamente nele participar. É a noção de que a economia é um jogo, que já regras de jogo da economia garantidas pelo Estado e que o único ponto de contato entre o econômico e o social é a regra da salvaguarda que faz com que nenhum jogador seja excluído. (Foucault, 2012, p.256).

Fundado então sobre as leis do mercado, a prática governamental tem como alvo a sociedade, o ambiente social para “fazer com que o mercado seja possível”. (Foucault, 2012, p. 190) E mais do que o sujeito do consumo ou o sujeito econômico, o que interessa ao mercado é o sujeito produtivo, sujeito empresa,

explorado, terceirizado, registrado, trabalhador formal ou informal. Nessa lógica de sociedade e sujeitos-empresa neoliberal surge então a noção de capital humano, sendo a remuneração, o rendimento em relação a um certo tipo de investimento na competência-máquina da qual o sujeito é seu portador. Investimentos em educação, formação, mas até mesmo investimento familiar de afetos e vínculos que envolvem também uma economia psíquica.

Com o conceito de governamentalidade estamos em pé de analisar as relações de poder, de dominação e subjugação na sociedade a partir de sua organização político-econômica, que dará caras de uma sociedade livre e bem-sucedida. O Estado neoliberal tem como função definir as regras do jogo e garantir sua aplicação. Além disso, deve também aplacar essa frieza da lógica empresarial e concorrencial e garantir uma atmosfera integradora, um enquadramento político e moral que seja unificador, pelo investimento nas instituições como a família, os grupos, as culturas, as identidades. Ou seja, a questão do Estado é como administrar a manifestação do sujeito econômico, o sujeito de direitos e o sujeito do desejo. O sujeito econômico aporta ainda a dimensão do sujeito de interesse, que é o sujeito movido de forma egoísta pelo seu interesse de crescimento econômico ou de reconhecimento social, independente dos efeitos que cause em outros sujeitos, o que do ponto de vista econômico abarca também uma posição positiva de que seu “sucesso” beneficia o coletivo pelo crescimento econômico. No entanto, esbarra com a noção de sujeito de direitos, que está intrínseca a noção de contrato e das obrigações a anulações de si que envolvem todo contrato.

4. A LOAS, a PNAS, o SUAS, a Proteção Social Básica, o CRAS, o PAIF e o sujeito de direitos.

Como vimos, o campo da assistência social é marcadamente complexo, assim como o próprio campo social, que abarca contradições, potências e múltiplos jogos de forças entre interesses, atores e diferentes esferas da sociedade. Está situada no fogo cruzado entre desigualdade e justiça social, tentando mediar o impossível e remediar os sofrimentos objetivos e subjetivos que advém da impossibilidade. Tentaremos entender então a particularidade da assistência social no Brasil e como o trabalho do psicólogo pode se inserir nessa instituição, pela afirmação da vida, ou seja, buscando evitar a captura biopolítica.

A Assistência Social como política pública organizada tem seu momento inaugural na promulgação da Constituição Federal de 1988, momento simbólico de abertura política democrática, de encerramento de um período de ditadura militar de quase 30 anos, um momento que havia um cenário de esperança política e desejo de mudanças efetivas na sociedade, no sentido de uma sociedade mais justa e igualitária, baseada em garantia de direitos básicos de cidadania.

Apesar de sua aspiração pela transformação, continuou carregando na prática o histórico de assistencialismo e exploração da miséria para fins de dominação dos excluídos e manutenção das estruturas de poder. Assim, sua construção a partir daí é bastante contundente, no sentido de marcar a transformação política necessária para que a construção teórica transbordasse os textos e realmente se disseminasse no cotidiano de trabalho com os dispositivos socioassistenciais.

Na Constituição de 1988, a Assistência Social passa a compor o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e a Saúde. Como política pública universal, não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado em garantir que todos os sujeitos tenham assegurados seus direitos básicos de cidadania.

Em 1993, buscando definir a estrutura da política pública de assistência social, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social, conhecida como LOAS, que resitua a assistência social como política pública de seguridade social não contributiva, a qual conta com um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e

da sociedade no atendimento às necessidades básicas dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

A partir da LOAS temos diretrizes para a execução da política pública, sendo elas a descentralização político-administrativa entre os entes federativos, bem como o co-financiamento, e o comando único em cada esfera de governo, trazendo mais autonomia para os municípios executarem suas ações adequando-as aos seus territórios e especificidades, mas garantindo uma unidade e coerência tanto dentro dos municípios, quanto entre os entes federativos; a garantia da participação popular e do controle social na construção e fiscalização da política pública; e a responsabilidade do Estado na condução da política pública em cada esfera de governo.

Institui também os objetivos da política pública, sendo esses objetivos mais bem delimitados desde a aprovação do Sistema Único da Assistência Social, inicialmente instituído através de uma Norma Operacional Básica em 2005 e posteriormente aprovado por lei, em 2011, e que altera a LOAS. Seus objetivos são de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos. Isso quer dizer que no âmbito da proteção social, é preciso garantir a promoção da vida e reduzir seus danos e riscos, especialmente nos ciclos de vida mais vulneráveis, especificamente: a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; bem como o fortalecimento da instituição eleita como pilar da garantia de proteção social, que é a família. Como aponta Sposati: “Primeiro cabe à família, depois à sociedade, e por fim, ao Estado assegurar um conjunto de direitos à criança e ao adolescente.” (Sposati, 2009).

Ainda no escopo da proteção social, temos a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência à vida comunitária, o amparo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e ao acesso ao Benefício da Prestação Continuada¹¹. E com relação à vigilância socioassistencial, temos a possibilidade de uma ação preventiva, no sentido de analisar o território e estabelecer as relações entre as vulnerabilidades e riscos presentes, as potencialidades e a capacidade protetiva das famílias,

¹¹ O Benefício da Prestação Continuada é a garantia de um salário mínimo para pessoas com deficiência ou idosos com mais de 65 anos, que tenham renda per capita inferior a 1/4 de salário mínimo.

buscando fortalecer as redes que favorecem a proteção da vida. De forma afirmativa, Sposati propõe o exercício de “caracterizar o que não é pobreza” (Sposati, 2009), identificando quais os padrões básicos de inclusão social e se as famílias e comunidades de fato estão acessando esse básico, saindo desse ciclo de combate a pobreza com ações pontuais.

Sposati nos esclarece que se trata não apenas de um aprimoramento e construção de um novo aporte legal, mas uma mudança de mentalidade e de gestão da política pública de assistência social:

Um modelo de proteção social não contributiva para o Brasil não resulta simplesmente da implantação de novos programas de governo, mas de uma mudança mais forte que exige do gestor público assumir um novo papel baseado na noção de usuário (e não no carente ou assistido), de seus direitos e da responsabilidade do Estado em se comprometer com a capacidade das famílias educarem seus filhos tratando-as como núcleos básicos de proteção social. (Sposati, 2009).

Em seus princípios, a LOAS inaugura uma abertura fundamental quanto a sua práxis e oferta de serviços, que é a “supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica” (LOAS, art. 4, item I). Ou seja, o público alvo da assistência social, antes de ser avaliado por sua situação econômica, deverá ser acolhido a partir de sua situação social, compreendida como o conjunto amplo de fatores que determina a situação de vulnerabilidade social de uma família, um grupo ou de um sujeito.

Assim, questões como o perfil do território em que reside a família, presença de conflito familiar ou violência doméstica, histórico contínuo de desemprego, vivência de situação traumática, incidência de problemas de saúde graves, tais como dependência química, doenças incapacitantes, irão influenciar bastante sua situação de vulnerabilidade social. Por exemplo, há territórios em que temos maior quantidade de recursos, outros em que há a presença ostensiva do tráfico de drogas, há aqueles que não têm sequer saneamento básico, e ainda aqueles que configuram áreas de risco de desabamento ou alagamento, entre outras infinitas possibilidades de arranjos no território. Toda essa complexidade de fatores está em jogo quando atendemos uma família, além das questões da própria dinâmica familiar, que facilitam ou dificultam o trabalho com vínculos.

Ainda nos princípios da Assistência Social segundo a LOAS, apresenta-se a universalização do acesso a todos os direitos sociais na integração com as demais políticas setoriais, o respeito à dignidade, igualdade e autonomia dos usuários, a garantia da oferta de serviços de qualidade, além do direito à informação sobre os serviços e benefícios ofertados pelo Estado.

As diretrizes da Política Nacional de Assistência Social acompanham a LOAS, marcando a descentralização político-administrativa que acentua o trabalho com o princípio da territorialização, a participação popular, a responsabilidade do Estado em cada esfera de governo em gerir a política pública e a centralidade na família para atendimento, concepção e implementação dos dispositivos socioassistenciais.

Apresentam-se como objetivos da Política Nacional de Assistência Social:

(...) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, pag. 18).

Dos três objetivos apresentados pela PNAS ao menos um dirige-se particularmente a problemática dos vínculos, das relações de filiação e afiliação, que como veremos adiante abarca as possibilidades de continência e recursos psíquicos necessários ao enfrentamento de situações de crises e privações materiais ou simbólicas e a importância do investimento no trabalho com vínculos nos dispositivos socioassistenciais. Quando nos deparamos com a descrição dos usuários da assistência social, fica ainda mais nítida a emergência do trabalho com vínculos no âmbito da assistência social e a composição necessária do psicólogo junto às equipes.

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e

alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, pg. 18-19).

Podemos reconhecer o público da assistência social no Brasil como as diversas minorias sociais, que estão em desfavorecimento social, político, econômico e cultural e que estão sujeitos a diversos tipos de ruptura e apartação social. Sujeitos, famílias, grupos expostos a diversas vulnerabilidades psicossociais fruto das relações de dominação e desigualdades sociais, que combinadas produzem o asseveramento do rompimento com o vínculo social ou a condição de cidadania e também do sofrimento psíquico. Podemos dizer que uma mulher é parte de uma minoria social, pois há um histórico de dominação patriarcal no nosso país. Ou então que um negro é uma minoria social, pois está atravessado pelos séculos escravocratas que introjetaram o racismo em nossa cultura. Uma mulher negra está duplamente vulnerável dentro da nossa cultura. Se for idosa e pobre certamente suas dificuldades serão ainda maiores. Se estiver em um território com poucos recursos, acrescentam-se os sofrimentos a que ela está exposta. Se tiver uma filha dependente química e cuidando de seus 03 netos suas dificuldades serão ainda maiores. Se não for alfabetizada está ainda mais vulnerável. Acolher essas experiências inclui não só o trabalho objetivo de acesso a benefícios de transferência de renda, às políticas setoriais, aos seus direitos de cidadania, mas também o trabalho com a subjetividade, com o sofrimento psíquico e com a produção desejante. Temos uma dimensão clínica, que não é necessariamente psicoterapêutica, mas possivelmente veremos algum desses efeitos. Essa dimensão clínica é a dimensão da escuta, da transformação, do fortalecimento, da reinvenção de si em um processo de reflexão apoiado nos grupos e constituição de vínculos. Trataremos de especificar esses processos mais adiante.

A conquista da instituição de um Sistema Único de Assistência Social para a gestão de forma descentralizada e participativa, integrando todos os serviços, benefícios, programas e projetos, públicos e privados, tendo como instância coordenadora o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conferiu a unidade e continuidade almejada no campo da assistência social, além da autonomia necessária aos municípios para a realidade de cada território, garantindo a integralidade que deve ter uma política de garantia de direitos.

Temos, portanto, um alinhamento técnico-operativo, ético-político, administrativo e institucional em todos os serviços de assistência social, sejam eles de execução direta (públicos) ou indireta (ofertados pela sociedade civil organizada), monitorado e fiscalizado por órgãos de controle social com composição de gestores, trabalhadores e usuários dos serviços, que são os conselhos municipais, estaduais e federal, todos com responsabilidade deliberativa.

Ainda sob o marco legal da LOAS, da PNAS e do SUAS temos a instituição da organização da Assistência Social em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A proteção social básica tem por definição, segundo o art. 6 A, item I da LOAS, ofertar o:

Conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Já a Proteção Social Especial, tem por responsabilidade, segundo o art. 6 A, item II, o:

Conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Para Sposati, a proteção social é um modelo que busca dar garantias da reprodução social das condições de vida pautadas na justiça social, na dignidade humana e no acesso a direitos. Além disso, a proteção transcende o amparo, pois supõe a preservação e afirmação da vida, antecipando as situações de risco e na tentativa de intervir antes que elas ocorram. Nesse sentido, a Política Nacional indica o que ela deve afiançar: a segurança de sobrevivência, a segurança de convívio e a segurança de acolhida, criando uma rede de ações, dispositivos e objetivos, que ofereça uma continência ao enfrentamento às vulnerabilidades sociais.

A ideia de proteção social exige forte mudança na organização das atenções, pois implica em superar a concepção de que se atua nas situações só após instaladas, isto é, depois que ocorre uma “desproteção”. Ela exige que se desenvolvam ações preventivas. Por decorrência, deste entendimento é que a assistência social no

modelo brasileiro de proteção social não contributiva passa a ter três funções conforme explica a Política Nacional de Assistência Social – PNAS-2004. Para além da proteção ela deve manter a vigilância social e a defesa de direitos. (Sposati, 2009)

A Política Nacional de Assistência Social ora vigente foi publicada em 2004 e contou com um grande esforço coletivo na sua constituição, sendo provocada pela Conferência Nacional de Assistência Social ocorrida em 2003, aprovada como proposta dessa Conferência e levada a cabo pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, juntamente com os conselhos nacional, estaduais e municipais, organizações sociais, gestores, intelectuais e cidadãos. Sua origem está marcada pela participação popular, pelo controle social, pelos jogos de força e interesses políticos, pela produção intelectual e acadêmica, que lhe atribuem uma consistência legal e teórica, mas que ainda não emergiu de todo na prática.

Observamos uma profunda ambiguidade nos discursos acerca das políticas sociais. A crítica aos mínimos sociais¹², que legitima a garantia de condições básicas e fundamentais para a dignidade humana, pela afirmação das diferenças e da singularidade dos sujeitos, pelo reconhecimento das desigualdades sociais e propostas de ações de inclusão social, é atravessada por uma crítica atual de parte da sociedade brasileira defensora do golpe que sofremos em agosto de 2016¹³, que defende a meritocracia, o corte dos programas socioassistenciais, críticas que tem ganhado mais força paulatinamente e que também fragilizam toda essa construção possível entre 1988 e 2015.

Nesse período, além da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e da Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social em 2005 (transformado em lei em 2011) – e com ela a institucionalização dos CRAS – surgiram diversas outras normativas que

¹²Segundo Potyara (2002) “*Mínimo e básico* são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de *menor*, de *menos*, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental*, *principal*, *primordial*, que serve de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. Por conseguinte, a nosso ver, o *básico* que na LOAS qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga.”

¹³Trata-se do golpe político-parlamentar que depois o governo de centro-esquerda representado pela presidente Dilma Rousseff e retomou o curso de dominação de certa elite brasileira conservadora no poder.

balizam a consolidação da Assistência Social no Brasil: a Norma Operacional Básica / Recursos Humanos em 2006, os Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social, em 2007, as Referências Técnicas para atuação dos psicólogos no CRAS em 2007, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas – CRAS ambas em 2009, as Orientações Técnicas para Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) em 2012, além das resoluções, notas, normativas emitidas pelos órgãos afetos como CRP, CFP, CFESS, CNAS, MDS, avolumando o esforço de amadurecimento e fortalecimento da política pública de assistência social, isso apenas no âmbito da Proteção Social Básica, nosso foco de pesquisa, mas inúmeras normativas, cartilhas e orientações também são produzidas na Proteção Social Especial.

Assim, a assistência social vem construindo seu corpo técnico, teórico e prático, seus dispositivos, seus modos de saber e fazer, sua práxis, suas possibilidades de intervenção sociais em busca de vir a ser uma política pública de garantia de direito. Ou seja, uma política pública que atua onde os direitos dos cidadãos estão vulneráveis ou em risco de serem violados (Proteção Social Básica) ou, então, já foram violados (Proteção Social Especial). E que pretende construir uma sociedade que tenha um aparato político, jurídico e social cujo compromisso é de garantir uma vida digna para todos e todas:

(...) a proteção social não é demandada pelo fato de que essas crianças e adolescentes sejam pobres ou ricas, mas como valor de uma sociedade que se quer justa, solidária e voltada para o avanço social em seu futuro. (Sposati, 2009).

Situado na Proteção Social Básica, o CRAS é a unidade pública estatal que referencia esse campo de atuação no território, sendo porta de entrada da rede socioassistencial, composta também pelas entidades de assistência social e as unidades de proteção social especial. Segundo o art. 6 – C, parágrafo 1 da LOAS, “O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.”.

Um grande desafio no trabalho com proteção social e especialmente na Proteção Social Básica é avançar na ideia de que embora estejamos atendendo uma família singular na sala de atendimento, ou a um grupo de famílias, o trabalho social dirige-se às coletividades, pois no horizonte da emancipação as conquistas sociais só se concretizam quando afeta a todos os sujeitos daquela sociedade, ela está naquilo que sustenta os entre corpos, está mesmo compondo e selando um novo pacto social, fundamentando o modo de vinculação a que se quer chegar, fundado na justiça social.

O Centro de Referência de Assistência Social é um equipamento público estatal, descentralizado, que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais precisamente a Proteção Social Básica. Segundo a Política Nacional de Assistência Social, são objetivos e público-alvo da Proteção Social Básica:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).¹⁴

Assim como em toda a política de assistência social trabalho desenvolvido no CRAS baseia-se em dois eixos estruturantes, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, que se configuram como pontos estratégicos para propiciar a garantia do fortalecimento da convivência familiar e comunitária, que se estabelece como importante via de acesso à proteção social.

Desse modo, o CRAS está organizado para atender um território circunscrito, em que para além dos limites geográficos, estão implicadas ali subjetividades, manifestações culturais, sociais, políticas e religiosas, modos de organização familiares e comunitários, identidades, registros de pertencimento, entre outras particularidades que são consideradas para compreender tanto as vulnerabilidades sociais presentes na região, como também as potencialidades que ali habitam e estão muitas vezes invisíveis a olhares mais desatentos e hegemônicos. Ou seja:

¹⁴

Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como para seu enfrentamento. (...) O território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade. (Orientações Técnicas CRAS, 2009).

Essa forma de organização também foi elaborada no sentido de realizar a gestão do território, proporcionando a ação de vigilância socioassistencial que deverá se articular com o trabalho em rede com as demais políticas públicas, a sociedade civil, a rede socioassistencial, as redes de apoio comunitárias (associações amigos de bairro, ações e organizações espontâneas da comunidade) e o sistema de garantia de direitos, evitando assim a lógica da fragmentação dos serviços ofertados no território.

Já a matricialidade sociofamiliar está de acordo com o reconhecimento da família como instituição primordial de proteção para seus membros, cuja configuração não está restrita a laços de consanguinidade, mas também de sua organização a partir de laços afetivos. A família é entendida como unidade fundamental de proteção, independente de sua composição (nuclear, monoparental, extensa, reconstituída, indivíduos sem laços consanguíneos, homoafetiva), e a matricialidade sociofamiliar está fundada na responsabilidade do Estado de proteção social às famílias, garantida pela LOAS. Assim,

A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família com núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (p. 12, Orientações técnicas CRAS, 2009).

O CRAS desenvolve serviços, programas e projetos, vinculados ou não a benefícios de transferência de renda¹⁵, no sentido de promover o acesso aos direitos

¹⁵ Programas com repasse de valor mensal de modo a complementar a renda familiar, com critérios de avaliação em torno da análise socioeconômica.

sociais, garantidos pelas diversas políticas públicas, e na prevenção de situações de risco e vulnerabilidades às quais as famílias estão sujeitas, pela insegurança de renda ou alimentar, conflito familiar, negligência, violência, violações decorrentes de preconceitos, discriminação, exclusão, ou por qualquer situação em que os vínculos familiares e comunitários estejam em risco de serem rompidos.

A questão e o conceito de vulnerabilidade social gravitam nas relações entre a disponibilidade e a falta de acesso aos serviços e políticas públicas, dos recursos materiais e simbólicos presentes no território, envolvendo a ruptura dos vínculos familiares, comunitários, de trabalho, devido aos traumas sociais vivenciados; tendo a superação da vulnerabilidade inscrita nos efeitos e potencialidades que a experiência cotidiana de acessá-los carrega levando a legitimação do estatuto de cidadão efetivamente a cada sujeito. Como aponta Torossian e Riviero (2014):

O conceito de vulnerabilidade destaca um olhar que prioriza a análise do acesso da população a serviços e políticas públicas e de cidadania, olhando não somente para a escassez de recursos, mas, principalmente, para a potencialidade da população em lidar com recursos existentes. (Torossian e Riviero, 2014).

Sposati também nos auxilia a evidenciar o que está em jogo quando estamos nos reportando à questão da vulnerabilidade social:

Os riscos e vulnerabilidades sociais decorrem de contingências humanas, do próprio ciclo de vida, de contingências geradas por deficiências, como também, decorrem de fatores relacionais e do convívio humano desde o núcleo familiar até o societário. Aqui ocorrem violações de várias montas e significados como: transgressões, agressões, expropriações, discriminações, apartações, exclusões, marginalizações, desfiliações, desagregações, privações, contingências enfim, um múltiplo de situações que vão da sociabilidade à segurança e respeito à dignidade humana e à cidadania. O próprio trabalho é uma forma de relação social e societária e, nele também, estão contidas possibilidades de ocorrências dessas desproteções além das específicas do mundo do trabalho como insalubridade, não descanso, acidentes, etc. (Sposati, 2009).

O principal serviço ofertado pelo CRAS é Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que justamente alia o entrecruzamento e combinação desses diversos elementos que compõem a proteção social básica:

O serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a

ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (Tipificação dos serviços socioassistenciais, pag. 6).

Com relação ao PAIF, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais nos indica como objetivos:

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (Tipificação dos Serviços socioassistenciais, Resolução n. 109, de 11/11/2009, pag. 07).

A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais define ainda quem são os usuários do PAIF especificamente:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial: Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. (Tipificação dos Serviços socioassistenciais, Resolução n. 109, de 11/11/2009, pag. 07).

Notamos que desde a descrição de quem são os usuários da política pública de assistência social de modo geral até o público específico do Serviço de Atendimento Integral à Família, serviço ofertado exclusivamente pela equipe técnica do CRAS, a centralidade do vínculo na compreensão dos fenômenos de exclusão e vulnerabilidade social é evidente. Entendemos que o vínculo inicialmente abordado como relação consistente entre sujeitos, como inclusão social, como fator de proteção para os membros da família, fator de pertencimento social e identitário,

poderá também a partir de nossa abordagem teórico-metodológica ser considerado em sua dimensão inconsciente sem, no entanto, configurar-se como prática terapêutica, mas sim como uma contribuição analítica no trabalho psicossocial no CRAS.

Ademais, segundo os cadernos de Orientações Técnicas do PAIF – vol. 1 e 2, dentre as aquisições esperadas para fortalecer a função protetiva das famílias, estão as seguranças de acolhida, de convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento de autonomia¹⁶, implicando as noções de empoderamento¹⁷ e protagonismo¹⁸ dos usuários do serviço que deverão passar a se reconhecer como sujeito de direitos, membros de certos grupos e coletividades, inseridos em uma sociedade capitalista que imprime uma certa ideologia social, política, cultural e econômica, com seus jogos de força, desigualdades, modos de vida, e como se haver com isso de formas igualmente coletivas.

Ao definir a matricialidade sociofamiliar e a territorialização como organizadores da política pública e o fortalecimento dos vínculos como objetivo primeiro dos serviços do CRAS, os dispositivos de atendimento com grupos, no qual o vínculo é o principal elemento, emergem como instrumento privilegiado no trabalho social.

Com as Orientações Técnicas sobre o PAIF – vol.2 nos é apresentada uma definição de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de

¹⁶ “Capacidade do indivíduo, famílias e comunidade de elegerem objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de colocá-los em prática sem opressões. Tal apreensão se opõe à noção de autossuficiência do indivíduo perante as instituições coletivas ou à ausência de coerções sobre preferências individuais, incluindo os direitos sociais que visam protegê-lo.” (PAIF vol. 1)

¹⁷ Palavra originada do inglês: “empowerment”. “Empoderamento diz respeito a um processo não apenas de emancipação individual, mas de aquisição de uma consciência coletiva da dependência social (os seres humanos são dependentes entre si) e da dominação política (as sociedades humanas são organizadas sob ideologias, que têm por finalidade manter o *status quo* estabelecido). (...)Empoderamento significa, em geral, a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes” (PAIF. Vol. 1)

¹⁸ “Capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de exercer a independência e a autodeterminação na sua vida pessoal, na convivência social e profissional e em sua participação na vida coletiva, imprimindo visibilidade pública aos seus anseios, interesses, necessidades, demandas e posicionamentos como sujeitos de direitos e seus modos próprios de expressá-las.” (PAIF. Vol.1)

direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros com sujeito de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de abrangência. (Orientações técnicas PAIF, vol. 2, pag. 12).

Observamos novamente, a partir da definição de trabalho social com famílias no PAIF, o investimento na proteção, promoção e afirmação da vida através do trabalho com vínculos desde o entendimento que a família é o principal agrupamento que confere ao sujeito recursos objetivos e subjetivos para se constituir como sujeito de direitos, bem como o dever do Estado de garantir o desenvolvimento da função protetiva da família pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A porta de entrada no CRAS é a acolhida, que pode ser realizada em grupo, de forma particularizada ou então em visita domiciliar. É o momento que a(s) família(s) tem acesso a informações com relação ao funcionamento da política pública de assistência social, em que se inicia o processo de escuta qualificada que dá origem ao estudo social da família, à compreensão do interjogo de suas vulnerabilidades e potencialidades, e a partir daí estabelecer um plano de ação conjuntamente com a família.

Os atendimentos no CRAS estão previstos em duas modalidades: atendimento e acompanhamento, sendo diferenciados pelo tempo de vinculação no CRAS, curto prazo (atendimento) ou médio e longo prazo (acompanhamento). Ambos podem ser realizados de forma particularizada, com indivíduos ou famílias, ou de forma coletiva, organizados em grupos de famílias e/ou indivíduos, através das ações do PAIF. Todavia, a orientação é priorizar para a oferta dos atendimentos coletivos, já que as questões que envolvem as situações de vulnerabilidade e exclusão social estão engendradas no âmbito do social e, na nossa abordagem, estejam sustentadas pela intersubjetividade na forma das alianças e pactos inconscientes.

Para que essas modalidades de vinculação dos usuários no CRAS se realizem, (seja de curto, médio ou longo prazo) lançamos mão das ações do PAIF: a acolhida, as ações particularizadas, os encaminhamentos, as oficinas com famílias, os grupos de acompanhamento e as ações comunitárias. Trata-se de um mosaico de oferta de serviços, onde o usuário tem livre circulação entre eles, a depender de sua demanda e de seu desejo.

Conforme as Orientações Técnicas sobre o PAIF – vol. 2, as oficinas com famílias são propostas de atendimento em pequenos grupos, com até 15 famílias, para situações de intervenções em curto prazo, pontuais, com a função de desenvolver um espaço de convivência familiar e comunitária e reflexão sobre as vulnerabilidades sociais e a condição inalienável de cidadania e sujeito de direitos de todos.

O foco é o desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias em sistematizar e refletir sobre uma dada questão, que diz respeito à experiência vivenciada, sendo estimuladas a: conhecer seus direitos; conviver com a diversidade, reduzir preconceitos, discriminações, estigmas no âmbito familiar e comunitário; desenvolver e/ou fortalecer redes de apoio social; compor iniciativas de participação social; identificar e fortalecer as potencialidades do território e estabelecer diretrizes para mudança; conhecer as formas de apoio do Estado para fortalecimento da função protetiva da família; identificar situações com potencial de risco social, buscando atuar na sua prevenção. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, vol. 2, pag. 35).

Já as ações comunitárias são eventos que abarcam um número indefinido de pessoas, podem ser realizadas como palestras, campanhas ou eventos, que agregam diversos grupos na comunidade em prol de um objetivo comum, incentivando a mobilização social, os vínculos comunitários, a sociabilidade, a comunicação entre as pessoas, a participação cidadã, o sentimento de pertença, coletividade e organização em comunidade.

A ação particularizada é um momento individualizado com a família ou um de seus membros para aprofundar e trabalhar questões singulares referentes ao processo específico daquele grupo familiar, bem como acolher questões em que as famílias não se sentem confortáveis para trabalhar nos processos grupais. No entanto a família deve ser sempre incentivada a participar dos atendimentos coletivos ofertados no CRAS, visando o fortalecimento de sua rede e vínculos comunitários. As ações particularizadas podem ocorrer tanto no CRAS quanto nas

visitas domiciliares, especialmente em casos de mobilidade reduzida do responsável familiar. Também é um dispositivo importante para famílias que tem dificuldade de vinculação ao serviço.

Os encaminhamentos são as orientações e direcionamentos das famílias aos recursos, serviços, benefícios, projetos socioassistenciais ou das políticas intersetoriais e tem como principal objetivo a promoção do acesso das famílias aos seus direitos e ao exercício da cidadania.

Ao desenvolvimento das ações do PAIF, o estabelecimento do vínculo entre profissionais e usuários do serviço é fundamental.

O vínculo entre os profissionais e as famílias favorece o atendimento, pois democratiza e horizontaliza as práticas profissionais, construindo laços de compreensão, confiança, respeito e a valorização dos saberes da família. Destaca-se que o trabalho realizado com pessoas, e entre pessoas, necessita ser entendido como uma relação dialética, onde as duas partes modificam e são ao mesmo tempo modificadas. (Orientações Técnicas sobre o PAIF, vol. 2, pag. 49).

Assim, o atendimento familiar no PAIF realiza-se através da inserção pontual da família ou algum de seus membros em um ou mais dos serviços descritos acima.

Já o acompanhamento familiar é dirigido a famílias que estão atravessadas por múltiplas vulnerabilidades sociais, apresentando uma demanda de intervenção mais complexa e de longo prazo. Nele a família estabelece compromissos juntamente com o técnico de referencia, estabelecendo um Plano de Acompanhamento Familiar, com objetivos definidos, mediações periódicos, inclusão nas ações do PAIF, buscando uma superação gradativa das vulnerabilidades sociais. O acompanhamento familiar pode ser realizado de forma particularizada ou em grupo, nesse caso, um grupo de famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social semelhantes.

O caderno de Orientações técnicas sobre o PAIF, vol. 2, também indica o perfil das famílias que devem ser priorizadas para o acompanhamento familiar: famílias contrarreferenciadas pelo CREAS ao CRAS após desligamento do PAEFI, famílias com beneficiários de BPC menores de 18 anos, fora da escola, famílias em que o descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família decorre de

situações de vulnerabilidade social¹⁹, Famílias do Plano Brasil sem Miséria, e demais famílias que, conforme avaliação técnica, demandem o acompanhamento para acessar direitos ou desenvolver a sua função protetiva. Todo acompanhamento familiar deve ser aceito e consentido pela família, a partir de seu desejo de participar e construído com sua participação.

Como todo serviço planejado, executado, monitorado, o momento de avaliação é fundamental para qualificar o trabalho, promover as mudanças necessárias, reconhecer os êxitos, resituar a família em sua trajetória, desde a superação das vulnerabilidades sociais vivenciadas e acesso aos direitos. Assim, estabelece-se como indicadores para o alcance dos objetivos do acompanhamento familiar:

Fortalecimento da capacidade protetiva da família; Reconhecimento do Estado na garantia de ações com foco no aumento da capacidade protetiva das famílias; Fortalecimento dos vínculos comunitários; Prevenção da ruptura dos vínculos familiares; Potencialização do protagonismo e autonomia das famílias; aumento da capacidade de organização e atuação das famílias no território; Promoção do acesso a serviços socioassistenciais e serviços setoriais. (Orientações técnicas sobre o PAIF, pag. 81).

Espera-se com a execução do PAIF a redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS, prevenir a ocorrência de riscos sociais, seus agravamentos e reincidências, aumentar o acesso a serviços socioassistenciais e intersetoriais e melhorar a qualidade de vida das famílias referenciadas no CRAS. (Tipificação dos serviços socioassistenciais, p. 9).

Além da oferta do PAIF, o CRAS também é responsável pela articulação da rede socioassistencial no território, cuja responsabilidade é ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos²⁰. Caso o CRAS tenha condições (estrutura, RH, materiais), poderá ofertar também esse serviço, desde que não comprometa a oferta do PAIF aos usuários. Também deve promover a articulação intersetorial em seu território de abrangência. Bem como realizar a busca ativa, principal dispositivo da vigilância socioassistencial, garantindo seu caráter protetivo, proativo e preventivo.

¹⁹ Tal é o perfil estabelecido para o trabalho de campo da presente pesquisa.

²⁰ “Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de risco social.” (Tipificação dos serviços socioassistenciais, pag. 09, 2009)

Procuramos enfatizar a dimensão dos serviços socioassistenciais que são o grande ponto de virada da assistência social que está sendo instituída no país, embora os programas de transferência também representem uma parte importante de desenvolvimento de autonomia e empoderamento e represente um dispositivo no âmbito da segurança de acolhida. Como nos esclarece Sposati:

Um programa de transferência de renda que opera o direito ao benefício, não é, e não pode ser por si só, agente do desenvolvimento social. Ele oferece sustento, mas não sustentabilidade. Esta tem que ser alcançada por um conjunto de ações sociais e econômicas. (Sposati, 2009).

Ademais, a interdisciplinaridade é um princípio norteador do trabalho da equipe técnica, o que possibilita o encontro de vários campos de saberes atuando conjuntamente para o enfrentamento às vulnerabilidades presentes no território de abrangência do CRAS. Um ponto de tensão presente no trabalho do CRAS é quanto ao papel do psicólogo. Muitas vezes o trabalho com a subjetividade rapidamente é apontado como psicoterapêutico, restringindo nesse adjetivo as múltiplas possibilidades de trabalho psicossocial a partir da escuta, da interpretação, e da simbolização. Segundo as Orientações Técnicas do CRAS (2009):

Os profissionais de psicologia não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS. Assim, esses profissionais não devem 'patologizar' ou categorizar os usuários do CRAS nos seus atendimentos, mas intervir de forma a utilizar dos seus recursos teóricos e técnicos para: a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência da vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários; e c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS. Esses profissionais devem fazer encaminhamentos psicológicos para os serviços de saúde. (pag. 65).

O documento "Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS, traz a seguinte definição: "A atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas."(p. 17). Mais adiante, aponta que:

Os psicólogos no CRAS devem promover e fortalecer vínculos sócio-afetivos, de forma que as atividades de atendimento gerem

progressivamente independência dos benefícios oferecidos e promovam a autonomia na perspectiva da autonomia. (p. 19)

Dentre as atribuições dos técnicos de nível superior em geral nos CRAS, ressaltamos algumas que estão mais diretamente relacionadas com nosso objeto de pesquisa:

Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência; Mediação de grupos de famílias do PAIF; Realização de atendimento particularizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; (...) Acompanhamento de famílias em descumprimento de condicionalidades. (Referências Técnicas para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS, pag. 63).

Durante os atendimentos no CRAS, percebemos que as famílias que procuram o serviço vivenciam uma problemática complexa onde estão emaranhadas e retroalimentadas questões de ordem social e questões de ordem psíquicas, de sofrimentos associados às condições sociais e às reproduções geracionais. São histórias e vicissitudes de miséria extrema, carência das necessidades básicas como alimento, saneamento básico, luz e água; situações de negligência, violência, abuso, exploração; pouco ou nulo acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, moradia, trabalho e renda, ruptura de vínculos nos processos de migração em busca de condições melhores de vida, ou seja, situações de descontinuidades e sofrimentos intermitentes que dificultam as famílias para enfrentar suas vulnerabilidades sociais.

Como artífices que somos todos, as pessoas que chegam ao CRAS, criam o seu artifício de vinculação, uma demanda inicial que podem forjar para que sejam atendidas no serviço. No geral, a pessoa em situação de vulnerabilidade social que procura o CRAS é a mulher, chefe de família, que tem renda instável e precária e um número razoável de filhos. Essa demanda inicial, normalmente sustentada apenas no auxílio por apoio material, no mais das vezes não abarca a complexidade de suas vulnerabilidades, mas cria um caminho, abre uma trilha de reflexão sobre a realidade vivenciada e as possíveis mudanças de escritura e tessitura da própria história.

Acolher com dignidade e disponibilidade essa pessoa, artífice que apresenta sua fragilidade através de uma invenção, para se adequar a um lugar rígido (e frequentemente inatingível) de atendimento, como ter o perfil de renda mensal familiar per capita inferior a R\$170,00, é reconhecer e dar legitimidade a sua história e abrir caminho para a reconstrução de sua potência de criação de novos caminhos.

Portanto, escutar e dar condições de fala ao usuário do serviço do CRAS em sua dimensão psíquica, acessar o seu campo do desejo, dos pactos e alianças inconscientes, dos vínculos, daquilo que está em negativo e não consegue ser nomeado é um grande desafio, desafio que se faz necessário quando notamos sua influência na manutenção de dinâmicas familiares que seguem reproduzindo situações de vulnerabilidade social incessantemente. Repetindo suas palavras mudas que não conseguem se inscrever, cultivando sentimentos de impotência, frustração, desmotivação, incapacidade, humilhação, vergonha, raiva, indiferença. Não se trata de patologizar a pobreza, mas de evidenciar que a desigualdade social gera sofrimento psíquico e que este deve ser considerado nos atendimentos no CRAS, já que o modo como lidamos com ele produz impactos nas possibilidades das famílias e comunidades trilharem seus caminhos de superação de suas vulnerabilidades.

A clínica na assistência implica em romper a identificação do sujeito que recorre à Assistência Social como alguém que vem “pedir algo”, visando não devolver a resposta somente na via do recurso material, mas, sim, abrir um espaço de fala. Isso recoloca a condição de sujeito desejante e de enigma sobre o ser. (Soares, Susin e Warpechowski, 2014).

Trabalhar com a construção de espaços de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários disponíveis e acessíveis aos usuários de acordo com suas necessidades, desejos e demandas, visando promover maior possibilidade de espaços de identificação e pertencimento, fundamentais para acolher às problemáticas associadas à exclusão social desloca até mesmo os lugares e papéis em que se articula o encontro com o usuário do serviço:

É necessária uma postura ativa. A iniciativa se coloca primeiramente do lado do psicólogo até que o sujeito possa, ele próprio, demandar, sustentar e exigir o atendimento. (...) É necessário que o profissional através de seu reconhecimento, escuta e intervenção lhe empreste muitas vezes seu desejo. Pois de todo esse lugar de desvalia, de dejetos em que se encontra o sujeito miserável, o que lhe sobra é um

apacamento da posição desejante. (Soares, Susin e Warpechowski, 2014).

Esse artifício é uma defesa e uma estratégia de sobrevivência. Poderá estar nomeado com um pedido referente a uma realidade concreta, mas carrega também os sofrimentos que advém da injustiça social. O pedido de cesta básica e da inclusão nos programas sociais de transferência de renda está nomeando, em negativo, as vicissitudes associadas ao sofrimento social, seja de violência, negligência ou omissão do estado que assevera os processos de exclusão social, seja de violência doméstica ou comunitária, seja de exploração e precarização no trabalho, sejam os conflitos familiares acentuados nas transformações culturais e morais contemporâneas.

Atendida apenas a demanda concreta, o mal-estar e o sofrimento se perpetuam sem lugar para nomeação, significação, simbolização. No registro assistencialista, pode-se atender ao pedido e fornecer a cesta básica; ou pode-se oferecer um novo registro de atendimento que é o proposto pelo PAIF: acolher a família, fornecer a cesta básica e oferecer os espaços coletivos de reflexão e articulação de sentidos, que propiciem a emergência dos sujeitos e seus vínculos, seus traumas, vicissitudes e desejos, que possibilitem a reconstrução da intersubjetividade desde outro lugar, baseado no respeito-mútuo, no reconhecimento de si mesmo e do outro como sujeito histórico e de direitos, e a partir daí, de uma reorganização da demanda, possibilitar uma mudança de trajetória.

A aposta que fazemos na escuta clínica é supor este sujeito capaz de interrogar-se sobre sua história, naquilo que lhe é original, nos traços que o marcaram para além do lugar que a cultura o reconhece – da pobreza, do dejetivo – e abrir caminho para a construção de novos traços identificatórios a partir das narrativas individuais. (Soares, Susin e Warpechowski, 2014).

Entendemos que ao realizarmos a proposta de trabalho e pesquisa em grupos de orientação psicanalítica nos CRAS, estamos adentrando o campo das alianças inconscientes, dos espaços psíquicos intermediários, das fantasias, desejos e sintomas partilhados, das formações inconscientes que são comuns e partilhadas, ou seja, das produções psíquicas no espaço da família, do grupo, da comunidade, das instituições e da sociedade e que tem efeitos quanto a criar condições de superação das vulnerabilidades sociais.

5. Sujeito de direitos, sujeito do vínculo: a centralidade na intersubjetividade na compreensão do sujeito.

Para nos organizarmos no espaço-tempo, no trabalho, na vida, é comum que a gente ceda a um impulso de compartimentar nossa multiplicidade inerente à existência, para ter um panorama mais racional e linear dos fatos e intervenções. Mas precisamos resistir e reconhecer a complexidade da subjetividade em suas inúmeras facetas, produções e representações, se quisermos desenvolver um trabalho que possa afirmar a vida em suas diversas formas. Dito isto, podemos dizer que o sujeito de direitos é ao mesmo tempo o sujeito do vínculo, o sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo, o sujeito pós-moderno, o sujeito atravessado por transmissões psíquicas, relações geracionais, inter e transgeracionais, histórias de vida, do seu grupo, de sua cultura, da humanidade, mitos, bricolado como um mosaico sempre inacabado, sempre em produção.

Desde Freud²¹, sabemos que o sujeito do inconsciente é constituído através de um jogo complexo de identificações (primeiramente com a mãe ou a pessoa que cumpre sua função, posteriormente pai, irmãos e demais atores do convívio familiar e social) e dividido pelo recalque da satisfação direta de suas pulsões (sexuais e destrutivas), em uma troca simbólica por segurança e vida em comunidade. Atravessar essas vicissitudes psíquicas que buscam sua elaboração especialmente com a resolução do Complexo de Édipo singular a cada sujeito, inscreve o sujeito na cultura em que estamos inseridos e nos códigos partilhados: inscrição em uma realidade simbolicamente compartilhada através da linguagem, especialmente a fala, e regulada através de contratos e pactos civilizatórios, que em Kaës são denominados como estruturantes: O pacto narcísico, o pacto entre os Irmãos e a aliança com o Pai e o contrato de renúncia à satisfação imediata dos objetivos pulsionais, nomeando os interditos estruturantes do psiquismo (a proibição do incesto, a proibição do parricídio e do fratricídio).

Freud sustenta ali²² que a renúncia mútua à satisfação imediata dos objetivos pulsionais é a condição para que se constitua uma 'comunidade de direito' que, em troca, é a avalista ou a garantia de

²¹Nesse texto nos apoiamos especialmente em *Mal estar na civilização*, *Totem e Tabu* e *Introdução ao Narcisismo*.

²²Kaës refere-se ao texto freudiano *Mal-estar na civilização*.

segurança de cada um e torna possíveis as relações de amor e a cultura. (Kaës, 2014, pag. 92).

A divisão pelo recalque as pulsões instaura um limite entre a consciência e o inconsciente, permeada pelo campo intermediário pré-consciente e possibilita a emergência do sujeito, e com ela, do limite entre o sujeito e o outro. Os sujeitos estão conectados pela estrutura do vínculo, igualmente dividida, ou seja, no vínculo temos elementos conscientes (comunicação, interação, expressão) e inconscientes (alianças, pactos, atos falhos, sonhos, espaços psíquicos comuns e partilhados).

Desse modo, Kaës sustenta em sua obra que o sujeito do inconsciente é o sujeito do vínculo, pois é no vínculo que acontece o próprio processo de subjetivação, na articulação entre o processo intersubjetivo e o trabalho interno, a partir especialmente do contrato narcísico, das transmissões e identificações vivenciadas pelo infans, pois

(...) a história de sua formação como Eu é ao mesmo tempo a de sua sujeição a esse lugar, e a das distancias que o sujeito terá de experimentar e sustentar em relação a esse lugar prescrito (...). O sujeito do inconsciente se forma na divisão entre seu próprio fim e sua inscrição nos vínculos intersubjetivos. (Kaes, 2011, pag. 226).

Segundo Kaës, as alianças inconscientes são a matéria psíquica dos vínculos e, portanto, a condição de produção inconsciente. Constituem para os sujeitos três funções psíquicas primordiais: uma função de ligação, uma função estruturante e uma função defensiva. A função de ligação, uma das principais funções inconscientes, está associada ao trabalho mesmo da pulsão de vida, enquanto investimento e fortalecimento do sistema psíquico. Ter a função de ligação também significa a função de separação, de contorno, de limite entre o eu e outro, fundamental para a emergência do sujeito. A função estruturante da aliança diz respeito à introjeção das leis e contratos estruturantes da psique, dos vínculos e do pacto social, ou seja, a proibição do incesto, o recalque da satisfação direta das pulsões, a inscrição na filiação tornando o sujeito elo – herdeiro – beneficiário - servidor da cadeia (trans)geracional. Já função defensiva relaciona-se com o negativo, com os não-ditos, os conteúdos não-simbolizados partilhados, já que representam um conteúdo excessivo, que colocam o sujeito em risco, e formam a matéria psíquica do pacto denegativo. Segundo Fernandes,

Aliança inconsciente é pensada como uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar, em cada um deles, certos processos, certas funções, ou certas estruturas das quais eles tiram um benefício tal que, a ligação que os mantém juntos toma para a vida psíquica um valor decisivo. (Fernandes, 2005)

Podemos então desdobrar que no momento que há separação e ligação, há um espaço intermediário, uma fronteira permeável em que, para Kaës seguindo Freud, Winnicott e Bion (que também trabalharam a função dos espaços intermediários, transicionais), se operam as transformações simbólicas, ou seja, as possibilidades de elaboração de conteúdos que até então compunham o registro do negativo, porque excessivos para o psiquismo, e podem a partir das trocas e do vínculo ser metabolizados nessa zona comum, no encontro dos recursos psíquicos do eu e do outro e mais de um outro. É a ponte que propicia a travessia entre o inominável, o indizível, o negativo do mal-estar, do sofrimento, do sintoma até a possibilidade de nomeação, representação, simbolização. Temos aqui uma sustentação inconsciente da importância do trabalho de fortalecimento de vínculos nos atendimentos do PAIF, já que o vínculo carrega essa potência de ser espaço compartilhado de transformação simbólica, de via de acesso ao desejo de cada sujeito no encontro com o outro, ao saber sobre si na relação com o outro ou mais de um outro.

Segundo Kaës, “o psiquismo humano repousa sobre três pilares principais: a sexualidade infantil, a fala e os vínculos intersubjetivos.” (2001, pag. 18). Pilares que estão articulados desde o nascimento do bebê, que por chegar ao mundo em uma condição absolutamente dependente e prematura, necessita dos cuidados ininterruptos da mãe (ou quem assume essa função) para sobreviver no mundo e vai aprendendo a ser e estar no mundo, a nomear o seu desejo através da fala do outro, sendo sustentado, tendo continência de suas experiências de desamparo e de satisfação através do psiquismo materno, sendo nutrido por sua matéria afetiva e orgânica. O psiquismo humano se constitui no encontro com outros psiquismos, na intersubjetividade, no vínculo. As produções e formações intrapsíquicas estão atravessadas e compõem a rede complexa da intersubjetividade e da transubjetividade. Pois tendo a intersubjetividade como modelo de constituição psíquica, o próprio aparelho psíquico se constitui e se organiza a partir de ligações formando grupos internos, ou uma ‘grupalidade’ interna, arranjando-se em núcleos

de fantasias, sintomas, pelo caminho das associações. (Kaes, 1997, pag. 102). A despeito disso, o aparelho intrapsíquico e a intersubjetividade possuem lógicas próprias, mediadas pelas alianças inconscientes.

Do mesmo modo, como o sujeito se constitui na intersubjetividade, ele não se encerra como produção nas relações familiares da primeira infância, ao contrário, ele é um artífice de si mesmo, que se constitui incessantemente nos vínculos e através deles, nas relações que estabelece, estando o tempo todo em construção.

Entre as alianças, algumas são totalmente inconscientes enquanto outras não o são, mas todas *produzem* o inconsciente e passam assim a fazer parte da formação do inconsciente de cada sujeito. (Kaës, 2014).

Como aponta Kaës no retorno a Freud, especialmente em Introdução ao Narcisismo, ao ser submetido a uma cadeia da qual ele é elo, beneficiário, servidor e herdeiro, o sujeito inicialmente apoiado na fala materna e no contrato narcísico terá o seu psiquismo instituído pela e na intersubjetividade, mas também concomitantemente terá função instituinte nos processos de transformações psíquicas coletivas. Para Kaës,

A intersubjetividade é aquilo que partilham esses sujeitos formados e ligados entre si por suas sujeições recíprocas – estruturantes ou alienantes – aos mecanismos constitutivos do inconsciente: os recalques e as negações em comum, as fantasias e os significantes partilhados, os desejos inconscientes e as proibições fundamentais que os organizam. (Kaes, 2011).

A questão da intersubjetividade na relação inicial da mãe com o bebê parece portar o modelo e as características de mediação e metabolização psíquica desenvolvida nos grupos, já que a mãe exercendo a função alfa, tal como descrita por Bion (Estudos psicanalíticos, 1967), é responsável por ser continente aos afetos do bebê, metabolizar seus conteúdos psíquicos, ainda não simbolizáveis pela linguagem, como um empréstimo de psiquismo, um aparelho de elaboração e transformação simbólica da mãe para o bebê. Gradativamente, o bebê se apropriando da linguagem, vai ganhando autonomia e maturidade para compor com cada vez mais autonomia esse processo e se desligando da simbiose com a mãe. Essa composição é um modelo para todas as relações que o sujeito irá desenvolver, ou seja, de que é nos espaços psíquicos intermediários, e muitas vezes compartilhados, que as transformações e elaborações simbólicas ocorrem, seja nos

intrap síquicos ou intersubjetivos. A intersubjetividade permeia toda a vida psíquica do sujeito e

(...) se constrói num espaço psíquico próprio a cada configuração de vínculos. Isto é o mesmo que dizer que a questão da intersubjetividade consiste no reconhecimento e na articulação de dois espaços psíquicos parcialmente heterogêneos, dotados cada um de lógicas próprias. (Kaës, 2014).

Piera Aulagnier, uma das referências para Kaës na concepção do sujeito como sujeito do grupo, introduz o conceito de contrato narcisista para pensar o metaenquadre psíquico intergeracional que dá o suporte social para o psiquismo se desenvolver. Algo “que ocorre na cena extra-familiar”. (Aulagnier, pag. 146). Trata-se da pactuação entre a criança e seu meio social, que oferta suporte narcísico para ambas as partes, no sentido de inscrever a criança em um discurso de origem, de pertencimento e identitário, em troca de garantir ao meio social a perenidade de seus discursos, propiciando “uma função metapsicológica mantida pelo registro sociocultural.” (Aulagnier, pag. 16), ou seja, a inscrição psíquica do bebê/criança no laço social.

Trata-se igualmente da lei que submete o próprio discurso materno e paterno, um conjunto de instituições anteriores aos pais, cujos discursos sustentam o fundamento mesmo das instituições, a legitimam, garantindo sua permanência. Algo que a autora associa como o discurso ideológico que atravessa o liame social.

O contrato narcísico já está posto antes mesmo da criança nascer, ele está implicado no pré-investimento que a família e o grupo projetam na criança que chegará ao grupo (desejada ou não), sobre os lugares que ocupará na sociedade, o que irá transmitir do modelo sociocultural, sua função identificatória e de continuidade do grupo e família ao qual está inscrita. Tal investimento oferta a criança um discurso de origem, que dá condições a um registro possível de projeção sobre o futuro a partir desse trabalho psíquico de historização, conferindo um suporte identificatório para além da história familiar, lhe permitindo sua singularização, mas com a garantia do aporte identificatório e de pertencimento em ser sujeito do grupo. Nesse contrato, são signatários a criança e o grupo.

O sujeito, ao aderir ao campo social, se apropria de uma série de enunciados que sua voz repete: esta repetição lhe traz a certeza da existência de um discurso, no qual a verdade sobre o passado está

garantida, tendo como corolário a crença na possível verdade das previsões sobre o futuro. (Aulagnier, 1979, pag. 149).

No entanto, esse já aí anterior ao sujeito beneficiário e elo da cadeia não será vivido apenas como um presente recebido a quem acaba de chegar à comunidade humana... Segundo Aulagnier, há também uma dimensão de violência, no sentido da impossibilidade representar essa oferta de sentidos feita pela mãe, pai, corpo social ao infans com seu aparelho psíquico sem recursos para produzir sentidos. A mesma dimensão de sujeição a que se refere Kaes, quanto à formação do sujeito. Na medida em que eles são impostos no vínculo vão compondo matéria psíquica que desenvolve o psiquismo sempre aquém de sua simbolização, que estará apto a representar apenas após essa representação.

Para Aulagnier, representação é a faculdade psíquica equivalente à metabolização orgânica. Ou seja, transformar uma matéria psíquica heterogênea ao psiquismo em uma matéria homogênea a ele, introjetar, simbolizar, tornar parte de si mesmo, integrar ao sujeito no trabalho da pulsão de vida. Enquanto a matéria psíquica não pode ser representada, é sentida como violência, pelo excesso de estímulo que não pode ser compreendido, pela impossibilidade de ser integrada, e ter assim seu aspecto mortífero em relação ao sujeito.

Ela descreve três processos psíquicos de representação, que vão se desenvolvendo gradativamente conforme o infans vai desenvolvendo sua capacidade para representar. São eles, o originário, o primário e o secundário. E mais, toda representação está articulada com uma informação libidinal, que é a própria energia de investimento psíquico em busca de uma experiência de prazer ou evitação de desprazer. Prazer aqui designado como afeto e força de vida que faz com que o sistema psíquico realize sua própria finalidade. Um investimento narcísico a serviço da vida.

Assim, o psiquismo se forja no encontro com o outro, com todo o ônus e bônus que isso significa. Aulagnier propõe o conceito de 'processo originário' para pensar a representação da matéria psíquica que não pode ser elaborada pela narrativa da fantasia (processo primário) ou por um significante que possa nomeá-lo (processo secundário), mas apenas percebida como afeto pelo transbordamento de sentido que possa representar. No registro originário, no encontro arcaico com o

corpo e a psique materna, o infans vivencia a fantasia de auto-engendramento, (ou seja, percebe-se absolutamente indiferenciado entre eu e Outro – não há eu ou outro, é um puro sensível) e apenas pode representar a qualidade dos afetos recebidos desse Outro como prazer ou desprazer. Esse ainda não representável terá como referente uma produção própria ao seu sistema, o pictograma. É representável e autorreferente e está no registro do indizível pelo excesso de informação própria dos encontros inaugurais dos acontecimentos:

Quanto mais retrocedemos em sua história, mais esta antecipação se apresenta com todas as características de excesso. Excesso de sentido, excesso de excitação, excesso de frustração, assim como excesso de gratificação ou de proteção. O infans é continuamente solicitado além de sua possibilidade de resposta e o que lhe é oferecido está sempre aquém – ‘a menos’ – em relação a sua expectativa, que visa o ilimitado e o atemporal. (Aulagnier, 1979, pag. 35).

Sabendo que desde o nascimento até o contrato narcísico (para pensar em um limite estruturante, embora sejamos acometidos pela experiência do excesso durante toda a vida) somos submetidos a necessárias violências que são subjetivantes, que nos inserem numa lógica anterior a nossa existência e ao desejo de um outro e outros, podemos imaginar que a possibilidade de compor com esse pré-existente para emergir como sujeito tenha a ver com a possibilidade de se singularizar com o apoio do outro no sentido de afirmar a vida como invenção de cada sujeito na relação com outros? Que a elaboração de conteúdos excessivos e integração desses ao sujeito através da nomeação e registro nos processos primário e secundário se dão necessariamente no trabalho do espaço intermediário da intersubjetividade, de onde exatamente esteve engendrado?

Desse ponto de vista, dentro de um contexto de exclusão social e violências de Estado, familiares e urbanas, onde as privações e desamparos geram maior insegurança no trânsito social, o espaço da escuta e elaboração e não apenas da orientação, provavelmente emergem como dispositivos que dão condições do sujeito falar por si, devir, singularizar-se, possibilitando o desenvolvimento de sua autonomia.

Uma das funções inconscientes responsáveis por esse processo, ou seja, de permitir a constituição do sujeito e a ligação com o outro e outros, apesar das violências a que está submetido é o pacto denegativo. Uma função intersubjetiva

das alianças inconscientes que terá sempre uma função co-recalcante onde os dois lados da aliança tem benefícios com tal operação, ainda que secundários. Assim, o pacto denegativo tem uma dupla função: estruturante e defensiva.

O pacto denegativo comporta, portanto, duas polaridades: uma é organizadora do laço e do conjunto intersubjetivo, a outra é defensiva. Cada conjunto particular se organiza positivamente sobre investimentos mútuos, sobre identificações comuns, sobre uma comunidade de ideias e de crenças, sobre um contrato narcísico, sobre modalidades toleráveis de realizações de desejo. Cada conjunto se organiza também negativamente sobre uma comunidade de renúncias e de sacrifícios, sobre apagamentos, sobre rejeições e sobre recalcamientos, sobre um 'deixado de lado' e sobre restos. O pacto denegativo contribui para esta dupla organização. Ele cria no conjunto do não-significável, do não-transformável: zonas de silêncio, bolsões de intoxicação, espaços-lixeiros ou linhas de fuga que mantém o sujeito estrangeiro à sua própria história. Nos casais, nas famílias, nos grupos e nas instituições, as alianças, contratos e pactos inconscientes sustentam, principalmente, o destino do recalcamiento e da repetição. (Kaës, 2000, pag. 46)

Seguindo nosso percurso, podemos considerar então a centralidade da intersubjetividade na produção subjetiva e nos processos de subjetivação e assim, reconhecer a potencialidade do trabalho da intersubjetividade na assistência social, a partir de seu dispositivo privilegiado: os grupos. Isso quer dizer que as possibilidades de invenção dos recursos subjetivos fundamentais para o enfrentamento de suas vulnerabilidades, ou seja, de sentidos atribuídos pelo sujeito que estejam a favor da vida e que lhe possibilitam agir com maior fortalecimento, empoderamento e autonomia, nos momentos de crise social, material, financeira, estão potencializadas no trabalho com vínculos, através dos grupos e mesmo dos atendimentos familiares.

Kaës apoiado nas contribuições de Anzieu, Bion, Winnicott e Aulagnier, além obviamente das trilhas da intersubjetividade em Freud, irá formular o axioma: "O inconsciente é estruturado como um grupo". Entendendo que as formações inconscientes se estruturam como grupos internos e que o psiquismo se constitui na intersubjetividade, inicialmente investido pela cadeia intergeracional, tendo os pais como responsáveis pela transmissão, e posteriormente e continuamente pelos grupos a que o sujeito pertence ao longo da vida. O inconsciente é então, apesar de estruturado na primeira infância e na fase denominada edípica, invenção e processo

de instituição incessante pelos vínculos e alianças que estabelece nos grupos e instituições em que circula.

Cada vínculo organiza-se assim, positivamente, sobre investimentos mútuos, identificações comuns, sobre uma comunhão de ideais e crenças, sobre modalidades toleráveis de realizações de desejos. Cada vínculo e cada conjunto organizam-se, também, negativamente, sobre uma comunidade de renúncias e sacrifícios, sobre apagamentos, rejeições e recalques, sobre um 'deixar de lado' e sobre 'restos'. (Kaës, 2005, p. 132-133)

René Kaës sustenta em sua obra a ideia de que os grupos são, também, modalidades de atendimento que propiciam a escuta e interpretação de conteúdos inconscientes específicos, que são da ordem do vínculo, de outro modo inacessíveis, inaugurando uma possibilidade de atendimento que aponta para outra lógica de trabalho psíquico e social, para a lógica das coletividades e dos vínculos, das alianças inconscientes que sustentam tais vínculos, do que está no entre os corpos, do que habita a intersubjetividade, do que transcende e atravessa o intrapsíquico.

Nessa perspectiva, os grupos são dispositivos que, juntamente aos benefícios e programas que compõem uma rede de contenção daquilo que é da ordem concreta da realidade, irão possibilitar uma transformação simbólica dos traumas associados às situações de vulnerabilidade social, que aponte para a melhoria da qualidade de vida dos usuários do serviço, ou seja, trajetórias e narrativas transformadoras da realidade atualmente vivenciada.

Ao propor o conceito das alianças inconscientes, e sua função de produção de subjetividade, Kaës indica que as produções e os efeitos inconscientes são igualmente partilhados, ou seja, que a partir dos contratos e pactos inconscientes outras formações vão compondo o arranjo dos vínculos dos quais o sujeito é parte. Para tal arranjo, Kaës forjou o conceito de aparelho psíquico grupal:

O aparelho psíquico grupal é a construção psíquica comum dos membros de um grupo para constituir um grupo. Sua característica principal é assegurar a mediação e a troca de diferenças entre a realidade psíquica nos seus componentes intrapsíquicos, intersubjetivos e grupais e a realidade grupal em seus aspectos societários e culturais. O conceito teórico tem como função dar conta das transformações psíquicas de que os grupos são instrumentos, os suportes e os resultados. (Kaës, 1997, pag. 169).

Assim, Kaës sugere um modelo inteligível que permita captar de que modo se dá a vinculação entre os membros de um grupo, em seu aspecto inconsciente, ou seja, de como é possível mobilizar os grupos internos (fantasias originárias, identificações, complexos, relações de objeto, sintomas, processos oníricos) de cada sujeito em uma aparelhagem grupal, através das projeções, identificações projetivas e introjetivas, por identificações adesivas ou de incorporação, por deslocamentos, difrações e condensações, produzindo formações comuns e partilhadas que ao ser integradas pelo grupo, vão se constituindo como seus organizadores psíquicos e compondo a matéria psíquica das alianças inconscientes, apoiados especialmente nas alianças estruturantes, como o contrato narcísico, que permite assentar as produções subjetivas em um código comum partilhado: a cultura, a linguagem, a história, os mitos de fundação de um povo. (Kaës, 1997, pag.167-180).

Segundo Kaës, o grupo cumprirá para os sujeitos que o compõe diversas funções, dentre elas a função de realização imaginária dos desejos; elaboração e transformação de conteúdos ainda não representáveis; simbolizando-os e integrando-os aos sujeitos; depositário das partes indiferenciadas do psiquismo realizando uma função para-excitatória e, portanto defensiva, na medida em que as angústias guardadas pelo depósito permitem a projeção das fantasias no grupo. Kaës retoma Anzieu, no sentido de correlacionar o funcionamento do grupo ao funcionamento do sonho, no sentido de estar estruturado e proporcionar uma via de acesso ao inconsciente: “Como o sonho, como o sintoma, o grupo é a associação de um desejo que busca seu caminho de realização imaginária e de defesas contra a angústia suscitadas por tais realizações.” (Kaës, 1997, pag. 191).

Vimos então que o aparelho psíquico grupal para se constituir deverá apoiar-se em espaços psíquicos intermediários que darão conta de mediar as trocas simbólicas, realizar a ligação entre realidades intrapsíquicas singulares e heterogêneas entre si, conter e abrigar as angústias, acolher os investimentos, representar as projeções, metabolizar as transformações disparadas pelo encontro entre os sujeitos, produzindo os organizadores psíquicos, ou seja, as formações inconscientes partilhadas e introjetadas pelos membros do grupo. Kaes apoia-se igualmente na teoria da complexidade e do caos para nos fornecer uma imagem

interessante sobre como seria esse processo de engendramento dos organizadores grupais:

A complexidade é o resultado da degradação (entropia) do grupo enquanto sistema inicial, em prol de seus elementos constituintes (os sujeitos membros), com retorno ao fim para a reorganização mais complexa do próprio grupo. Dito de outro modo, o processo de subjetivação a partir do grupo encontra sua matéria e sua energia no declínio episódico da atração grupal para seus sujeitos; a energia e as representações liberadas são transformadas em complexidade segundo a fórmula própria a cada sujeito e podem ser reinvestidas no grupo, que se torna mais complexo em sua organização. (Kaës, 2011, pag. 59).

Dentre os espaços intermediários possíveis no processo grupal, as funções fóricas ocupam lugar privilegiado. Segundo Kaës, Freud utiliza a noção de formação intermediária para dar conta de pensar “o vínculo entre duas ordens descontínuas de realidade”. (Kaës, 2011, pag. 155) As funções fóricas são formações psíquicas que produzem uma ligação entre a cadeia associativa do sujeito singular e a cadeia associativa do grupo:

As funções que realizam certas pessoas que, no grupo, encarnam e representam pontos de ligação: são os porta-palavras, porta-sintomas, porta-sonhos, mas também outros sujeitos portadores de ideais, figuras de morte ou de salvação etc. (Kaës, 2011, pag. 154)

Cabe aqui a questão de interpretar toda fala de um sujeito singular que surge no grupo como algo que diz respeito em algum nível ao próprio grupo, e ainda, que sua emergência no grupo é um elemento que contribui para a emergência de conteúdos singulares de outro ou mais de um outro e a partir da cadeia associativa grupal, ampliar as condições de seus membros de elaboração de conteúdos dos quais ainda não dispunham de recursos internos para metabolizar, e desse modo, poder se apoiar na produção grupal para elaborá-los. Os espaços intermediários cumprem a função de ligação, mediação e transformação. São dessa ordem a pulsão, a fantasia, as formações de compromisso, o sintoma, o sonho, as funções fóricas, as alianças inconscientes (o pacto denegativo, as alianças estruturantes) e o vínculo. Todos em constante circulação e elementos de formação do processo grupal. “Somente a partir desses organizadores internos, os definidores da estrutura do grupo, é permitido pensá-lo como lugar de intervenção a nível das relações entre indivíduo, grupo e instituição.” (Fernandes, 1989, p. 45). Ou seja, a partir da análise da emergência dos papéis, da fantasia inconsciente, das defesas.

(...) o grupo pode ser pensado como uma rede cujos nós formam os emergentes que nos informam sobre o conjunto da rede. Uma concepção de estrutura aberta que se remodela incessantemente, que pode ter seu processo de transformação paralisado e que requisita constantemente os recursos – aliás, imprevisíveis – dos membros do grupo. (Kaës, 2005, pag. 38)

Assim como em Kaës, para Pichon-Rivière, o grupo também é o espaço de emergência e evidência da dinâmica intersubjetiva, conceituada por ele como o “vínculo”. Para ele, o vínculo é “a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento.” (Pichon-Rivière, 2000). E ainda que o potencial de transformação psíquica, ao qual ele chamou de aprendizagem dialética, habita essa estrutura intermediária posta em trabalho pela tarefa no grupo operativo, estrutura que está em constante transformação e movimento, a menos que esteja em sofrimento.

Na perspectiva do grupo operativo, como teoria e técnica grupal, a centralidade na tarefa no grupo, o estabelecimento do enquadre e a interpretação dos emergentes grupais, são as condições para que ocorra o processo grupal: a emergência dos processos transferenciais, do encadeamento de narrativas em associação livre, de significação, integração e transformação, por permitirem a construção de um dispositivo que coloque em marcha processos de identificação entre os membros, estabelecimento de alianças inconscientes, de espaços psíquicos comuns e partilhados por seus membros, para além dos processos defensivos iniciais da pré-tarefa.

O grupo operativo é um grupo centrado na tarefa que tem por finalidade *aprender a pensar* em termos de resolução das dificuldades criadas e manifestadas no campo grupal, e não no campo de cada um de seus integrantes, o que seria uma psicanálise individual *em grupo*. Entretanto, também não está centrado exclusivamente no grupo, como nas concepções *gestáticas*, mas sim em cada *aqui-agora-comigo* na tarefa que se opera em duas dimensões, constituindo, de certa forma, uma síntese de todas as correntes. Consideramos que o doente que enuncia um acontecimento como o *porta-voz de si mesmo e das fantasias inconscientes do grupo*. (Pichon-Rivière, 1991, pag. 105)

Nota-se, portanto, que o trabalho do psicólogo social está relacionado com a intersubjetividade e a transubjetividade, pois trata-se de apoiar o atendimento a sujeitos, famílias, grupos e territórios buscando a gramática dos vínculos, dos laços sociais, da dinâmica de funcionamento psíquico das coletividades, não se limitando

a compreender cada sujeito isoladamente, a despeito dessa dimensão também estar contida nas intersubjetividades. “O grupo operativo é uma técnica (prática) derivada de uma teoria cujo objeto específico é o vínculo, a relação entre o Eu e o Outro.” (Fernandes, 1989, p.17).

Segundo a perspectiva proposta por Pichon-Rivière, a psicologia social está inscrita em uma “crítica da vida cotidiana”. (Pichon-Rivière, 1991, pag. 173) A ideia é que o sujeito imerso na trivialidade do cotidiano está impedido de atentar-se aos diversos atravessamentos ao qual está sujeito e que também é produtor, tendendo a repetir certos padrões de conduta, de pensamento, encarcerando-se em uma estereotipia singular, reproduzindo-a e aderindo a uma reatividade que dificulta seu desenvolvimento no sentido de ter maior autonomia frente a essas transmissões.

Pichon-Rivière inventa o dispositivo de grupo operativo ao compreender que “o lugar que o sujeito ocupa na estrutura institucional, determinado pelas relações de poder, é, por sua vez, determinante da sua condição de liberdade ou aprisionamento (saúde ou doença)”. (Fernandes, 1989, p. 5).

Fundamental pensar de fato o lugar que o usuário da assistência social ocupa na instituição sociocultural e familiar, o lugar que ele vem investido, portador de impotência, vergonha, humilhação, discriminação, exclusão e como mobilizar a emergência de outros lugares, mais potentes, através do grupo. Como propõe Pichon-Rivière, pensar o sujeito em relação a si mesmo com o grupo na dimensão psicossocial, pensar o grupo como estrutura, na dimensão sócio-dinâmica e na dimensão institucional, dos diversos metaenquadres em que aquele grupo se referencia.

Kaës propõem as funções fóricas apoiado especialmente no conceito de Pichon-Rivière de porta-voz. Para Kaës trata-se de uma função que mobiliza os espaços psíquicos intermediários e, portanto, de elaboração e ligação, no trabalho com grupos:

(...) o porta-voz é aquele que, em um grupo, em certo momento, diz algo, e isso é signo de um processo grupal que, até esse momento, se mantinha latente ou implícito, como escondido no interior da totalidade do grupo. (Kaës, 2005, pag. 36-37)

Em Pichon-Rivière, a função do porta-voz está relacionada com o conceito de papel. Ele identificou alguns papéis recorrentes que emergem na cena do grupo e explicitam certos processos grupais, o porta-voz, o bode expiatório como depositário do negativo e dos sintomas do grupo, o líder como portador dos ideais e das fantasias inconscientes do grupo.

Retomando o conceito de papel, consideraremos algumas situações que se apresentam com maior frequência nos grupos operativos. O campo do grupo operativo está povoado por papéis prescritos ou estabelecidos, que definimos em termos de pertença, afiliação, cooperação, pertinência, comunicação, aprendizagem e telê, os quais, representados na forma de um cone invertido, convergem como papéis ou funções para provocar na situação de tarefa a ruptura do estereótipo. (Pichon-Rivière, 1991, pag. 15)

Tais papéis que emergem na cadeia associativa projetada na tarefa e que permitem a interpretação desses sentidos produzidos pelo grupo e manifestos por alguns de seus membros e a metabolização desses conteúdos pelos membros do grupo. Promovendo a circulação desses papéis no grupo, a aprendizagem na espiral dialética estará favorecida. Quanto mais enrijecidos os papéis, mais paralisado está o processo do grupo e maior a manutenção das estereotipias da cadeia associativa, impedindo sua aprendizagem.

A teoria pichoniana pensa a instituição a partir dos papéis possíveis de serem vividos (ocupados) na própria instituição. E a partir do jogo de papéis estabelecidos nos grupos, no que diz respeito à sua maior ou menor mobilidade, ou seja, no que diz respeito à possibilidade de serem ocupados por diferentes indivíduos, que ela será investigada. (Fernandes, 1989, p. 7).

A partir da teoria e da técnica do grupo operativo e de uma psicanálise centrada na intersubjetividade, entendemos que a produção de um sujeito singular no grupo, refere-se sempre a uma certa produção coletiva do grupo, situada no aqui-agora do espaço-tempo grupal, manifesto em seus discursos e cadeias associativas. Assim, os conteúdos emergentes disparados por certo membro do grupo está captando algo que circula nos jogos transferenciais, nos espaços psíquicos comuns e partilhados, constituindo o que Kaës chama de aparelho psíquico grupal. Fernandes aponta que

(...) o que se observa no grupo são circuitos emaranhados de vínculos e sistemas de relação, de identificações, de transferências recíprocas, de redes que possibilitam o deslocamento mais ou

menos duradouro de cargas efetadoras de outras estruturas da organização libidinal. (Fernandes, 1989, p. 25).

Apoiada em Pichon-Rivière, Fernandes aponta o grupo como uma unidade interacional que forma um sistema a partir do espaço e tempo compartilhados entre determinados sujeitos, engendrando uma estrutura interna com funcionamento próprio. “O grupo define-se com a “tríade”: necessidade x objetivo x tarefa”. (Fernandes, p. 46). A questão da necessidade relaciona-se com aquilo que lança o sujeito ao mundo externo, uma tensão interna que o envia ao mundo externo em busca de satisfação. Desde bebê, o sujeito vai se constituindo desde essas experiências de gratificação e frustração, inicialmente dissociadas entre objeto bom e objeto mau, até que seja possível uma elaboração ou uma integração desse objeto que é ambivalente.

Segundo Fernandes, é a partir dessa diversidade de fluxos e confluências que os não ditos e as contradições podem ser denunciados, desvendados, transformados. “O dispositivo grupal explicita os efeitos contra-institucionais, que seriam os elementos instituintes ou latentes que emergem como momentos chaves para a compreensão dos pontos fundamentais.” (Fernandes, 1989, p. 25-26). Ou seja, é o que Pichon-Rivière propõe com relação à tarefa do grupo: analisar as resistências, as contradições, explicitar as ambiguidades, para que o processo de aprendizagem possa fluir na espiral dialética.

Ao discutir a problemática dos registros de um grupo no processo grupal, do emaranhado de elementos que nos interpela a questão da complexidade dos níveis de inscrição desejante de um grupo, sejam eles institucionais, históricos, sociais, políticos, culturais, Fernandes propõe que o grupo não é um dentro estático com relação a um fora, mas tais elementos vão compondo o que é o contexto de um grupo no próprio texto de seu drama encarnado em cada encontro. Ou seja, de que não há um fora dentro do grupo que o determina em maior ou menor grau, mas o aqui-e-agora imanente ao grupo configura sua realidade. (Fernandes, p. 26)

Fernandes aponta ainda que além da tarefa, para que seja possível pensar em vínculo no grupo, é preciso que haja segundo Pichon-Rivière, uma internalização mútua dos sujeitos do grupo, o que ele chamou de “mútua representação interna”.

Essa inscrição interna entre os sujeitos do grupo lhes dá consistência para que se forma a trama vincular.

Nessa inscrição fundadora do grupal há a emergência de um jogo de fantasias, que se expressam no grupo através dos mecanismos de atribuição e de incorporação de papéis. Aqui reconhecemos os fenômenos transferenciais, que determinam as modalidades de interação do grupo e que, quando enrijecidas (cristalizadas), paralisam o processo de aprendizagem do grupo, freando a dialética entre mundo interno e externo. Sabemos que, na rede de interações cada sujeito ocupa uma posição e uma função que determinam expectativas. Tudo, no entanto, obedece a uma lei interna do sistema', dada pelo objetivo. Nesse sentido, os papéis de cada pessoa no grupo são definidos a partir da tarefa, que se volta para o objetivo, seja para alcançá-lo, seja para negá-lo. (Fernandes, p. 47)

O grupo operativo está assentado então sobre as condições de um grupo de sujeitos partilharem o mesmo espaço, tempo, objetivo e tarefa, internalizando reciprocamente cada um dos participantes Pichon-Rivière propõe que esse grupo deverá desenvolver um Esquema Conceitual Referencial e Operativo, seu ECRO, que estabelecerá o modo de funcionamento do grupo. Cada sujeito chega ao grupo com seu próprio ECRO e a partir do processo grupal proporcionado pela tarefa, esse grupo poderá desenvolver o ECRO que será sua própria possibilidade de interação, comunicação e aprendizagem. Entre o momento inicial do grupo até esse engendramento de um ECRO comum há uma série de fantasias e medos, tanto de ataque ao Ego, que seria a ansiedade esquizo-paranoide, quanto de perda do objeto, a ansiedade depressiva. A análise dessas ansiedades permite o estabelecimento do ECRO, a circulação de papéis e a entrada na tarefa. Assim, o coordenador deve em sua interpretação considerar aquilo que emerge no sujeito como sendo porta-voz de si mesmo e do grupo, apontando ao grupo essa dimensão compartilhada.

Quanto ao ECRO, as ideologias têm papel fundamental de sustentação e ocultamento das resistências à mudança experimentadas pelo grupo. Pichon-Rivière define a ideologia como ideias que orientam nossa ação, carregadas de potente carga emocional, mas veiculadas como algo construído racionalmente, apesar de pouca ou nenhuma prova empírica. Elas são importantes organizadores da vida, atravessam as transmissões geracionais via contrato narcísico, mas dão suporte a manutenção das estereotipias, preconceitos, ao enrijecimento psíquico e social. Pichon-Rivière propõe que uma tarefa essencial do grupo operativo é, exatamente,

analisar a infraestrutura inconsciente das ideologias, promovendo uma abertura à aprendizagem em espiral dialética, através da análise das contradições e ambiguidades que fatalmente as ideologias carregam travestidas de certezas alienantes. (O mesmo que discutíamos com Foucault acerca dos regimes de verdade).

É importante ressaltar que o ECRO deve sempre se transformar, pois a própria pulsão de vida aspira a fazer ligação, a expandir-se, a se transmutar no encontro ao que se liga a ela. Assim, um ECRO que deixa de se expandir, de se desenvolver em espiral dialética, já não está a serviço da vida, mas da estereotipia mortífera de Thanatos.

Pichon-Rivière destacou três fases do movimento de elaboração grupal: a pré-tarefa, a tarefa e o projeto. A pré-tarefa caracteriza-se pela inundação das ansiedades de cisão esquizoparanóides, gerando uma dissociação entre pensar, agir e sentir. Ansiedades que devem ser interpretadas, para não enrijecerem e impedirem a realização da tarefa. A tarefa é o momento da elaboração de fato, durante a tarefa é possível que se manifestem ansiedades depressivas causando uma resistência à mudança. Quando a elaboração acontece e há a aprendizagem, entra-se na fase de projeto de reorientação do objetivo do grupo. Esse é o movimento dialético de aprendizagem. Assim, ao coordenador do grupo caberá

(...) identificar as fantasias que emergem nesse confronto com as contradições. (...) Ao analista (coordenador) cabe a função de promover um ajuste entre os momentos de divergência (fragmentação) e de convergência (integração). (Fernandes, 1989, p. 51-52)

A questão da transferência passa pelo conceito de grupo interno e da possibilidade de transito entre a cena do grupo interno e a do grupo externo, que segundo Pichon-Rivière, é sua estrutura dramática de projeção da cena psíquica que permite o encontro, o compartilhar e o acontecer do processo grupal.

Como vimos, considerar a subjetividade e os processos de subjetivação a partir da perspectiva psicanalítica e seu trabalho com o inconsciente nem sempre está necessariamente vinculado a uma dimensão terapêutica. A psicologia social na assistência social tendo como principal atribuição o trabalho com famílias, grupos e

comunidades e os seus processos grupais, familiares e comunitários em articulação com o território em que vivem e ao registro sociocultural a que estão inscritos, pode encontrar na psicanálise que trabalha com a intersubjetividade e considera o sujeito do inconsciente como o sujeito dos vínculos, um dispositivo interessante e que favoreça o engajamento dos usuários em processos que os fortaleça como sujeito de direitos, reconhecendo seu lugar de sujeito desejante. Ao contrário de um dispositivo biopolítico, é possível desenvolver um trabalho que esteja a favor da vida. Esses atendimentos articulados a um enquadramento institucional, com o trabalho em equipe multiprofissional aliando outros saberes, especialmente do Serviço Social, contribuem com o objetivo de fortalecer os sujeitos em sua condição de sujeito de direitos, de cidadão ou cidadã.

Assim, nos indagamos: como se dá o trabalho psíquico no CRAS? O *trabalho psíquico* no trabalho com o PAIF, e especificamente na nossa pesquisa, no grupo de acompanhamento familiar realizado por equipe multiprofissional composta por psicóloga e assistente social no CRAS, explicitando principalmente as dimensões de escuta, interpretação da demanda e elaboração simbólica, bem como os dispositivos de rede de atendimento socioassistencial e intersetorial?

6. A função psíquica da rede e seus territórios de pertencimento.

Para compreender a função psíquica da rede de atendimento, recorreremos ao psicanalista Benghozi (2010), que introduz o conceito de malhagem de continência psíquica, para dar conta do papel de proteção psíquica dos vínculos, sejam eles familiares ou sociais e de grupo. Benghozi entende que existem apenas duas modalidades de vínculos, os vínculos filiativos, que dizem respeito à filiação, colocando em jogo a questão da transmissão psíquica transgeracional desde o ancestral mais primitivo, até os descendentes que ainda não nasceram e daquilo que será transmitido pelo sujeito. E os vínculos afiliativos, relacionados com o vínculo entre irmãos, pais com filhos adotivos, o vínculo conjugal e os demais grupos e instituições a que o sujeito vai se vinculando e pertencendo. A trama vincular vai dando origem às malhagens de continência psíquica, a que Benghozi denominou “malhagem genealógica”, estabelecendo “como modelo com o aparelho psíquico grupal familiar um continente genealógico grupal familiar.” (Benghozi, 2010).

Apoiado nas teorias psicanalíticas que desenvolvem a questão da intersubjetividade, especialmente em Kaes, que desenvolveu o conceito de aparelho psíquico grupal, Benghozi apresenta a noção de um complexo de aparelhos psíquicos grupais familiares ou sociais, que formam malhas de continência psíquica a partir do entrelaçamento dos vínculos de filiação e afiliação, que dão sustentação e continência para os processos psíquicos, ou seja, dão condições de elaboração, contenção, de proteção à realidade intrapsíquica em situações de crise.

A malhagem garante tanto a organização dos vínculos, quanto a figuração do corpo, promovendo um dentro e um fora, dando condições para que o sujeito possa se constituir. Ela permite a constituição da trama dos vínculos e da trama dos discursos que organizam esses vínculos.

Assim como, pelo trabalho da pulsão de vida de produção de novas escritas, a malhagem articula os vínculos, em momentos disruptivos e de intenso sofrimento, o contrário também pode ser desencadeado e ocorrer a desmalhagem dos vínculos. Em função da força de inscrição dos contratos e pactos estruturantes, a desmalhagem está relacionada com o ataque aos vínculos filiativos, através da transmissão psíquica geracional do negativo, ou seja, daquilo que não pôde ser

simbolizado e busca sua elaboração através dos sintomas. O efeito disso é a perda da capacidade de continência e simbolização dos conteúdos excessivos ao psiquismo, colocando tanto o sujeito quanto os grupos ao qual pertence, já que trata-se de um fenômeno intersubjetivo, em situação de risco do ponto de vista psíquico.

Entre a malhagem e a desmalhagem, Benghozi aponta que a remalhagem é a possibilidade de reconstrução dessa malhagem através de neocontinentes-narrativos inscritos através dos vínculos afiliativos:

O que é fundamental é a possibilidade sempre aberta de um trabalho de remalhagem. Em especial, as rupturas do vínculo filiativo podem sempre ser remalhadas pelo vínculo afiliativo. (Benghozi, 2010, pag. 20).

Ou seja, de que a partir dos grupos e instituições de pertencimento é possível fortalecer os sujeitos e restituir uma função continente que havia sido vulnerabilizada ou mesmo rompida pelo ataque aos vínculos filiativos.

Para Benghozi, assim como em Pichon-Rivière, Kaës e Aulagnier, a questão dos mitos e daquilo que foi herdado pelo sujeito através da transmissão pela filiação têm influência determinante em sua capacidade continente pela organização dos vínculos. Um ataque violento aos vínculos pode ser absolutamente mortífero ao sujeito e seu cuidado está associado

(...) a aplicação de um trabalho de desconstrução dos mitos familiares. Trata-se de uma coconstrução que permite a emergência de neocontinentes narrativos míticos alternativos em relação aos continentes familiares genealógicos. (Benghozi, 2010, pag. 26)

As diversas instituições que estão em jogo na questão da garantia de direitos também compõem a malhagem psíquica dos sujeitos. Para dar conta de atender a complexidade das questões sociais, que extrapolam a questão da subjetividade e saúde mental, diferentes saberes, serviços e práticas (socioassistenciais e intersetoriais) se relacionam em rede e se complementam para um mesmo atendimento, oferecendo a ancoragem necessária a um processo de elaboração simbólica que possa promover esse fortalecimento de vínculos ou função protetiva das famílias, conforme preconiza o SUAS, e se configurar como malhagem de continência psíquica importante à superação das situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias que procuram o CRAS.

O continente rede é constituído pela rede de vínculos tecidos entre os intervenientes ou de instituições de competências e de disciplinas diferentes suscetíveis de assegurar um apoio a uma situação partilhada. (Benghozi, 2010).

Trabalhar com essa família requer, então, o acompanhamento em rede dos diversos serviços e políticas públicas, de forma articulada, no sentido de promover acolhida e cuidado ao seu sofrimento associado à complexidade inerente às questões sociais e consequente desenvolvimento de sua autonomia.

Dessa forma, o dispositivo da rede não se configura como apenas uma justaposição dos serviços, mas como uma articulação dos mesmos para se configurar numa complexidade clínica. Considera as diversas áreas de atuação, como a saúde, social, jurídica, cultural, comunitária, formando um novo continente malhagem em rede, para ancorar a construção do continente malhagem familiar.

O CRAS é um equipamento de assistência social desenvolvido de modo a fortalecer os vínculos familiares e comunitários, no sentido de desenvolver a autonomia das famílias e comunidades que procuram o serviço, das que são encaminhadas pela rede de serviço ou das que engajamos no serviço pela busca ativa, ou seja, por ações nas comunidades de investigação de vulnerabilidades e demandas e divulgação dos serviços, programas e projetos.

Todas as famílias atendidas estão vivenciando situações de vulnerabilidade social, seja pela insegurança de renda ou alimentar, conflito familiar, negligência, preconceitos, ou por qualquer situação em que os vínculos familiares e comunitários estejam em risco de serem violados.

Para tanto, além dos programas, projetos e serviços ofertados pelo CRAS, também existe uma equipe mínima de referência para esses atendimentos, composta por no mínimo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e um profissional de nível superior de formação afim (pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional, entre outros). Conta ainda com uma equipe de nível médio para realizar oficinas e grupos de convivência e socioeducativos. Há também o suporte administrativo e operacional, assim como a coordenação técnica e administrativa.

Dentro da própria equipe do CRAS, por ser multidisciplinar, o dispositivo rede já está em questão, onde os diferentes saberes se relacionam e se complementam

para um mesmo atendimento, sem perderem suas especificidades. Outra atribuição do CRAS é realizar a gestão dos serviços socioassistenciais no território. Ou seja, ser referência e suporte para as entidades sociais presentes em seu território de abrangência.

O cotidiano de trabalho do CRAS evidencia ainda a necessidade da construção da rede intersetorial, ou seja, da integração e articulação dos serviços não só da assistência social, como das diferentes áreas de atuação que estão presentes no território e na cidade, sejam eles Conselho Tutelar, Unidade Básica de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Abrigos, Albergues, Associações Amigos de Bairro, Conselhos de direitos de diferentes áreas, rede de ensino, entre outros.

Essa necessidade da construção da rede vem do encontro com a realidade complexa das famílias em situação de vulnerabilidade social, em que chegam ao CRAS com a demanda de inclusão em programa social de transferência de renda, mas que durante a escuta qualificada nos deparamos com as situações de moradia precária, conflito familiar, dependência química, crianças e adolescentes fora da escola, desemprego, desdobramentos psíquicos dos fenômenos de migração, etc. Assim, trabalhar com essa família requer o acompanhamento em rede de diversos serviços e políticas públicas, de forma articulada, no sentido de promover o desenvolvimento da autonomia dessas famílias através da transformação da sua realidade biopsicossocial.

Assim, “a rede é um espaço psíquico transitório” (Benghozi, 2010). Deve se constituir como “um andaime que é necessário pelo tempo do processo, mas que tem, por definição, uma existência estruturalmente efêmera.” (Benghozi, 2010). Nesse sentido, “a rede permite uma nova malhagem de sustentação de situação continente na fase de mutação e de transformação de uma muda de continente”. (Benghozi, 2010).

A rede se estabelece então como um suporte para os vínculos de filiação e afiliação rompidos pela tensão dos conflitos e violências sofridos pela família, promovido pelas diversas vicissitudes da vida relacionadas ou não às mudas de continente próprias dos ciclos de vida. Pode se configurar com um lugar de projeção

e elaboração dos ataques do vínculo presentes nessas situações de intensa vulnerabilidade. Assim,

O vínculo rede é o lugar de depósito, de expressão e de tratamento dos avatares da transmissão psíquica genealógica dos vínculos em sofrimento. Existe uma função de sustentação mútua do sofrimento do vínculo entre os próprios cuidadores. (Benghozi, 2010).

Quando consistente e coerente, a rede pode se configurar em um *neocontinente narrativo*, onde será suporte de elaboração simbólica dos sintomas familiares, propiciando uma remalhagem do continente genealógico familiar e grupal.

Notamos que as famílias atendidas pelo CRAS não sofrem “apenas” as violências reconhecidas socialmente, como violência doméstica, violência urbana ou violência física, mas também as violências silenciosas e insidiosas, a violência da exclusão, da negação da direito, da apartação social, do engodo estatal de ofertar uma política de garantia de direito absolutamente vulnerável. Benghozi conceitua a violência como “dessubjetivadora e simbolicida, ela é destruidora do sujeito. Defino a violência como um ataque contra o vínculo.” (Benghozi, 2010, pag. 53) E completa:

A violência, como sintomatologia de uma patologia de continente, corresponde a vergonha, como organizadora dos continentes genealógicos e da transmissão transgeracional do negativo. (Benghozi, 2010, p. 55).

Segundo o autor, tratando-se de uma patologia de continente, ou seja, de um tipo de sofrimento que leva a uma impossibilidade de simbolização pelo efeito da desmalhagem, o cuidado se refere não ao tratamento do conteúdo *vergonha*, mas à remalhagem dos vínculos filiativos e afiliativos, ou seja, através da inscrição do sujeito em redes de pertencimento vincular que estão associados às mais diferentes atuações da política pública em rede, para dar suporte à remalhagem do seu continente psíquico genealógico familiar e grupal.

Tal é o conceito de metaenquadre, que não se configura como apenas uma justaposição dos serviços, mas como uma articulação dos mesmos para se configurar numa complexidade clínica, mas não necessariamente terapêutica. Considera as diversas áreas de atuação, como a saúde, social, jurídica, cultural, comunitária, formando um novo continente malhagem em rede, para ancorar a construção do continente malhagem familiar. O metaenquadre trabalha a ancoragem de diferentes níveis, da rede das malhas, onde cada profissional, seja psicólogo,

assistente social, conselheiro tutelar, educador social, juiz, trabalha junto para construir essa ancoragem. O metaenquadre pode se configurar como uma malhagem transitória que possibilita conter os processos de mudança de continente necessários à crise familiar que se apresenta.

O metaenquadre deve estar garantido quando a vulnerabilidade é máxima e a proteção está em risco, no que tange à vergonha, ao sofrimento e a à humilhação, todos faces e efeitos da violência, na medida em que comporta a função continente e se encarna como uma espécie de prótese na malhagem, uma malha-suporte que irá conter os processos de remalhagem genealógicas necessárias à elaboração do violência e da remalhagem familiar. Deverá ser um malhagem afiliativa de cuidado em suas múltiplas dimensões, construindo um novo espaço psíquico grupal, um neocontinente de proteção ou um metacontinente.

Observamos ainda que a vulnerabilidade do metaenquadre também se coloca quando analisamos a descontinuidade das equipes de trabalho e entre as equipes de trabalho dos diversos equipamentos, se configurando também como ataque aos vínculos institucionais e colocam a função continente das equipes em risco.

7. A dimensão do enquadre, do metaenquadre e sua relação com o grupo.

Bleger, psicanalista argentino que inicia a discussão sobre a função do enquadre, apresenta no texto “Psicanálise do enquadramento psicanalítico”, a definição do enquadramento como um “não-processo”, “constituído pelas constantes, pelos marcos em cujo interior se desenvolve o processo.” Assim, entendemos que Bleger está definindo o enquadramento como permanências instituídas e pactuadas entre as partes envolvidas no processo, enquanto o processo está ligado com o conjunto das variáveis que dentro daquele contorno protegido podem se desenvolver. As permanências, as constantes, são também as condições de análise de um processo; e no caso do enquadramento psicanalítico ele se define como o papel do analista, os fatores espaciais (ambientais) e temporais, horários, interrupções planejadas, entre outros. (Bleger, p.311)

Outra definição que Bleger indica para a questão da permanência, da manutenção de um conjunto de normas e atitudes, é a de instituição. O enquadramento é uma instituição. E cada instituição a que um sujeito pertence, compõe sua personalidade. “A identidade é sempre – total ou parcialmente – grupal ou institucional.” Ou seja, a identidade se constitui e é configurada pela pertinência que temos a grupos, instituições, família, funcionando “como limites do esquema corporal e núcleo básico da identidade”. (p.313)

O autor nos aponta que sendo as instituições permanências, só damos a perceber sua existência na medida em que faltam ou falham, já que “o que existe para a percepção do sujeito é aquilo cuja experiência lhe mostrou que lhe pode faltar”. (Bleger, p. 313) Desse modo, o enquadramento sendo uma instituição está relacionada com o que há de mais primitivo e indiferenciado, aquilo que sempre está, mas só é perceptivo quando falha.

No nível intrapsíquico, essas permanências indiferenciadas, primitivas, serão nomeadas por Bleger por “não-ego” e constituem o suporte para que o ego possa se desenvolver. No texto “O grupo como instituição e o grupo nas instituições”, ele nomeará como simbiose ou sincretismo, os “estratos da personalidade que permanecem num estado de não discriminação e que estão presentes em toda constituição, organização e funcionamento do grupo”. (Bleger, p.41) Para ele, isso

que não percebemos porque sempre está, esse não-eu, esse indiferenciado corresponde à parte psicótica da personalidade. Ou seja, a parte que carrega níveis de angústia indiferenciada, inominada.

O enquadramento, cumprindo sua função de organizar, de dar contorno ao processo, se torna depositário da parte psicótica da personalidade, exercendo uma função continente para que o ego possa se desenvolver.

O não-ego é a base ou o marco do ego organizado; fundo e figura de uma só Gestalt. Entre ego e não ego (ou entre parte neurótica e psicótica da personalidade) instala-se não uma dissociação, mas uma clivagem. (Bleger, p.317)

Desse modo, as instituições funcionam como limites, fronteiras, zonas intermediárias, campo de mediação entre sujeitos, grupos, organizações, ou o que torna essa intermediação possível, já que assegura a continência das partes psicóticas da personalidade, equaliza as singularidades e propicia aberturas para invenção de sentidos e elaboração simbólica.

Bleger, em seu texto, descreve diversas situações distintas a respeito de diferentes manejos com relação ao enquadre. A questão não é a manutenção rígida do enquadre ou sua mobilidade aleatória, mas na sua flexibilidade implicada com o processo e em relação a ele. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do ego na análise, na família, em qualquer instituição depende da imobilização do não-ego. “A identidade depende da forma em que é mantido ou manejado o não-ego”. (p. 317) Tanto a ruptura quanto a manutenção do enquadramento representam problemas técnicos e teóricos.

O enquadramento é o que está mais presente, assim como os pais para a criança. Sem eles não há desenvolvimento do ego, mas sua manutenção para além do necessário, ou a falta de modificação da relação (no caso do enquadramento ou dos pais), pode significar um fator negativo de paralização do desenvolvimento. (p.231)

Em alguns momentos, na clínica, a manutenção do enquadramento permite mobilizar a parte psicótica da personalidade (não-eu) na medida em que quebra repetições anteriormente estabelecidas com as regras e enquadramentos particulares constituídos pelo sujeito em sua história, ao ter que se moldar ao enquadramento proposto e sustentado pelo analista. Bleger observa que os fenômenos fantasmáticos aparecem pela frustração e pelo choque com a realidade.

A ruptura do enquadramento também possibilita mobilizar a clivagem entre a realidade e a organização onipotente de cumprimento ideal do enquadramento. As descontinuidades, na medida em que suspendem a função de suporte psíquico temporariamente, evidenciam os fantasmas ali depositados. Manejo e manutenção do enquadre mobilizam manifestações do não-ego, das sustentações do ego, e agenciam brechas e processos de desenvolvimento do sujeito.

Toda variação do enquadramento põe em crise o não-ego, “desmente a fusão”, “problematiza” o ego e obriga a reintrojeção, reelaboração do ego ou a ativação das defesas para imobilizar ou reprojeter a parte psicótica da personalidade. (p.320)

O enquadramento é sempre objeto de análise, pois ao fazê-lo adentramos a dimensão do trabalho do intermediário, de abrir o campo da interpretação no vínculo, no espaço compartilhado, assim como também propõe Kaës, onde se faz necessário circular as representações, as invenções de sentidos, de simbolização no encontro com o outro e na aliança que o sustenta. De elaboração vincular, no entre corpos, e entre corpos e espaços-tempos.

E com isto nos confrontaremos com as resistências mais tenazes, porque não se trata de algo reprimido, mas clivado e nunca discriminado; sua análise abala o ego e a identidade mais madura atingida pelo paciente. Não se interpreta o reprimido; cria-se o processo secundário. Não se interpreta sobre lacunas mnêmicas, mas sobre o que nunca fez parte da memória. Não se trata tampouco de uma identificação projetiva; é a manifestação do sincretismo ou a ‘participação do paciente’ (p.322).

A interpretação do enquadramento mobiliza o indiferenciado para ser nomeado e introjetado como objeto interno. “Quanto mais lidemos com a parte psicótica da personalidade, mais devemos levar em conta que um detalhe não é um detalhe, mas índice de uma gestalt, isto é, de toma uma organização ou estrutura particular” (p. 314)

(...) o que se busca sempre é que ele volte a ser estabelecido, ou seja, a interpretação se dirige para isso, o que difere da atitude do analista, quando a interpretação se dirige ao próprio processo. (Fernandes, 1989, p.33)

No que se refere aos grupos, podemos associar esse “não-eu” ao que ele chamou de “não-relação”, uma zona psíquica indiferenciada, não-individuada, que é sustentação de todo grupo, o que ele chamou de “sociabilidade sincrética” (p.41). A sociabilidade sincrética está clivada da sociabilidade por interação, onde a

integração e o desenvolvimento do grupo só poderão ocorrer diante uma imobilização dos aspectos sincréticos da personalidade ou do grupo. A mobilização dos aspectos sincréticos colocam em crise a estrutura e organização do grupo, promovendo uma análise de questões mais arcaicas, de sustentação do grupo, e possivelmente agenciam novos sentidos e transformações necessários para grupos mais paralisados.

Bleger define o grupo como:

(...) um conjunto de pessoas que entram em relação entre si, mas além disso e, fundamentalmente, um grupo é uma sociabilidade estabelecida sobre um fundo de indiferenciação ou de sincretismo, no qual os indivíduos enquanto tais não têm existência e entre os quais opera uma transitividade permanente. (p.43)

A relação e a interação entre os sujeitos só é possível na medida em que compartilhamos determinadas regras e normas silenciosas, permanentes, constantes, que sustentam a invenção de novas regras e sentidos. “Para entrar em interação, é preciso que haja um fundo comum de sociabilidade”. (p.45)

Segundo Bleger, existem dois níveis de identidade grupal, aquela que é dada por um trabalho efetuado em comum e instaura regras de interação e comportamento do grupo e outra que se apoia em uma socialização sincrética, onde os limites estão diluídos, repousando a identidade sobre a filiação ao grupo e não ao que se produz em grupo.

O grupo como instituição é bastante complexo, é um conjunto de instituições, com a tendência de se transformar em uma organização. Quanto mais o grupo se estabelece como organização, mais ele se enrijece e distancia de seu propósito. A cristalização da organização opera no estabelecimento de controle sobre a clivagem entre a sociabilidade de interação e a sincrética, imobilizando esta última, de modo que não abre passagem para as transformações necessárias ao processo.

Em toda organização os objetivos explícitos pelos quais foram criadas sempre correm o risco de passar para segundo plano, colocando em primeiro plano a perpetuação da organização enquanto tal. E isso acontece não somente para proteger a estereotipia dos níveis de interação, mas fundamentalmente, para salvaguardar e assegurar a clivagem, o depósito e a imobilização da sociabilidade sincrética (ou a parte psicótica do grupo). (p.49)

O grupo, nesse caso, se alienou e se burocratizou, está destituído de seus sentidos, onde os meios se transformam nos fins, e o não-dito, o indiferenciado, os níveis sincréticos são novamente clivados e bloqueados, retomando o ciclo de repetição.

Bleger observa, então, uma função iatrogênica da organização de reprodução e manutenção dos sintomas e clivagens que controlam a sociabilidade sincrética, mantendo a estrutura do fenômeno a ser enfrentado.

Qualquer instituição tem tendência a manter a mesma estrutura do problema que ela tenta enfrentar e pelo qual foi criada. Assim, um hospital acaba tendo, enquanto organização, as mesmas características que os próprios doentes. (p.49)

Os fenômenos descritos por Bleger estão amplamente observados nas estruturas e instituições da política pública de assistência social. Como vimos, a história da Assistência Social no Brasil tem início nos anos 1930, no período político conhecido como Estado-Novo, em que tivemos sob governo de uma ditadura populista, em que alguns direitos foram conquistados, muito mais para silenciar as reivindicações populares do que para legitimar uma condição de cidadania dos sujeitos. As práticas do campo da assistência social de 1930 a 1988 se caracterizaram por serem assistencialistas, paternalistas, associadas às “boas-ações” e caridade realizadas pelas primeiras-damas, igrejas e entidades sociais, de forma espontânea, desorganizada e fragmentada sempre associadas a um uso político de manutenção da miséria e despolitização dos oprimidos.

Com a reconstrução do estado democrático brasileiro iniciada em 1988, a assistência social é vinculada à seguridade social, se tornando um direito universal, não contributivo, a quem dela necessitar, garantido pela Constituição Federal. Desde então, com a mudança paradigmática em que passa a ter um estatuto de direito e não mais de benemerência, são muitos os esforços encarnados em legislações, resoluções, normativas para organizar e unificar as ações de assistência social em nível nacional através de um sistema único, o SUAS.

O psicólogo também está inserido em uma lógica institucional, e o trabalho, de potencializador, pode se tornar tão vulnerável quanto as famílias que os procuram, repetindo os mesmos sintomas, sentimentos e funcionamentos daqueles que pretendemos atender. Pois diante da impotência provocada pelo trabalho com a

imensidão de questões que envolvem os problemas sociais, alimentar-se das burocracias das políticas públicas fazendo de seus meios um fim, atendendo a demanda concreta do usuário apenas, acabamos reproduzindo a defesa cindida e alienada próprias das situações de desigualdades sociais e assistimos a uma captura dos sentidos que emperra a circulação dos discursos, encarcera as possibilidades de simbolização em enquadres sem sentido, ora rígidos demais, ora inexistentes, fazendo com que o depósito para as angústias psicóticas esteja ameaçado.

Uma possibilidade de organizar esses diversos enquadramentos que envolvem as políticas públicas, Amarante (2002) propõe a análise dos campos que conceituou de jurídico-político, teórico-conceitual, técnico-assistencial e sociocultural²³, que poderá nos auxiliar a compreender os processos de constituição e instituição da política pública de Assistência Social.

Com relação ao campo jurídico-político, há um investimento em organizar, em nomear, em articular práticas até então dissociadas e fragmentadas, pela via da legalidade política do Estado, na construção do Sistema Único da Assistência Social. Nesse plano abstrato, ainda não encarnado na execução da política pública, o enquadramento está cada vez mais claro a respeito dos serviços que devem ser ofertados, de que modo, com quais objetivos, por quais profissionais, entre outros. De outro modo, as referências propostas desenharam contornos nítidos em que podemos nomear o que está ou deveria estar sendo feito, uma base comum de organização que propicia criação de serviços, reivindicação e respaldo por uma atuação ética, técnica e política.

No campo teórico-conceitual, importantes mudanças foram operadas, como a construção da noção da garantia de necessidades básicas para se viver com dignidade em oposição ao mínimo para sobreviver, que remete a uma condição sub-humana. E a legitimação da assistência social no campo da afirmação da cidadania e dos direitos humanos e não mais em ações fragmentadas de “ajuda”. Esses conceitos delineiam outra dimensão do enquadramento, ou seja, referenciam e organizam os serviços que serão ofertados na Assistência Social.

²³ Conforme os quatro campos propostos por Amarante (1999): Campo teórico-conceitual, Campo técnico-assistencial, Campo jurídico-político, Campo sociocultural.

É no campo técnico-assistencial que o enquadramento se torna mais frágil. A despeito das normativas, legislações e resoluções apontarem diretrizes claras de trabalho e muito consistentes, no sentido de construir uma política pública que trabalhe com o fortalecimento do sujeito de direitos, o que podemos perceber de reprodução fantasmática, do que está em negativo e ainda não elaborado, é o uso político-partidário da assistência social, que se repete desde o surgimento da assistência social no Estado-Novo e mantém como sua principal oferta de serviço os programas de transferência de renda, associados a programas de governo e altamente investidos em períodos de campanha eleitoral.

Como Bleger apontou a respeito da função iatrogênica das organizações, tanto no sentido da manutenção do poder no jogo de forças, quanto na intensificação da clivagem entre os níveis sincréticos e de interação, de modo que a parte psicótica fique imobilizada e depositada de forma rígida e sem possibilidade de buscar novos sentidos e atingir níveis mais complexos de integração. De fato, a partir de mecanismos muito sutis de controle burocrático, vemos a operação de um processo alienante de trabalho, em que a inserção em um programa social passa a ser o fim e não um dos instrumentos para garantir os direitos de cidadania, e mais ainda, instrumentalizado como vetor de votos em campanhas eleitorais.

O CRAS é considerado a porta de entrada da Assistência Social e se propõe especialmente a trabalhar o desenvolvimento do sujeito de direitos, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, entre outros objetivos. A aposta da proteção social básica é de que os sujeitos se fortalecem quando se relacionam e se vinculam com outros, quando se reconhecem entre si e no território em que pertencem.

O público-alvo da política pública de assistência social é o sujeito que apresenta frágil ou nulo acesso aos direitos, fruto das desigualdades sociais presentes no país, principalmente. O campo da cidadania, do sujeito de direitos, é vasto, já que abrange todas as condições individuais e coletivas básicas e dignas para um ser humano existir em sociedade. Quanto mais direitos violados, menos condições de pertencimento à sociedade, menos garantias de viver com dignidade, maior a exclusão social e seguindo o raciocínio de Bleger, menor a possibilidade de

ter suportes da parte psicótica da personalidade para que o ego possa se desenvolver, simbolizar, transformar.

Assim, a aposta do trabalho com grupos vem de encontro com essa demanda e apresenta grande potencial para tratar de questões tão complexas, ao mesmo tempo concretas e abstratas, micro e macro-políticas, extremamente violentas e desubjetivantes. De fato, o público da assistência social está às voltas com questões muito concretas e primeiras: não ter o que comer, não ter onde morar, não ter o que vestir, não ter trabalho, não ter acesso aos serviços públicos, ou comer, morar, vestir, trabalhar e acessar os serviços de forma muito precária, sub-humana ou perversa. O que permanece é o abandono, a exclusão, a impotência.

Porém, a Assistência Social, sendo utilizada com vitrine política partidária e vetorizada como captadora de eleitores, tem alta rotatividade de gestores, reproduzindo a descontinuidade e o papel de manipulação e de controle dos oprimidos, que marcou a sua história. A cada mudança de gestor, há um movimento de desvalorização e desqualificação do trabalho e dos trabalhadores que o executam, articulada com a desconstrução dos serviços que se desenvolvem nos equipamentos. A demanda não é a que vem do usuário do serviço e do enquadramento construído e proposto, mas de como atender o maior número de eleitores possíveis para a próxima eleição. Arriscaria aqui a pensar um quinto campo, em relação ao modelo proposto por Amarante, que seria o Campo administrativo-institucional, ou seja, o campo que se refere aos atravessamentos advindos da gestão na execução da política pública, que determinam em grande parte o que pode ser produzido no campo técnico-assistencial.

Sabemos que a principal estratégia de trabalho para atendimento às famílias que procuram o CRAS é o atendimento em grupo, no entanto as gestões continuam a manter a diretriz no foco no atendimento particularizado, que fragmenta a questão social, individualiza e mantém o verniz da alienação do direito recebido como privilégio. A cada investida da equipe em ofertar um serviço com enquadramento mais estável e pactuado junto com o usuário, há um contra-investimento da gestão em boicotar tais ações e desmontar o trabalho, com argumentos arbitrários e sem conexão com as diretrizes da política pública.

Um exemplo de tal situação é o Programa de Segurança Alimentar, ofertado pelo município de Guarulhos. No referido programa, os usuários para serem dele beneficiados devem passar por avaliação socioeconômica que comprove a vulnerabilidade social vinculada com a insegurança alimentar. O benefício é um vale-alimentação no valor de R\$60,00 mensal com duração de 6 meses, renováveis por quanto tempo a família dele necessitar. Tal iniciativa foi criada em substituição a oferta de cesta básica, no sentido de promover a autonomia do usuário com relação a sua alimentação em uma ação continuada. Em contrapartida, o usuário deve participar de um grupo com encontro mensal com a temática de segurança alimentar. Apesar da clareza do enquadramento proposto, que seria capaz de dar continência às angústias psíquicas sendo delas depositário, vemos ocorrer exatamente o oposto. Algumas famílias que são avaliadas pelo técnico de referência não são atendidas, mas outras que por vezes não são nem referenciadas no CRAS são atendidas... Alguns usuários são desligados do programa sem avaliação técnica nem justificativa... O pagamento do benefício atrasa sem aviso-prévio e quando se recebe algum aviso, o problema é tratado como algo operacional e sem previsão de regularização... A rede de estabelecimentos espontaneamente é enxugada pelo mal gerenciamento do programa... As angústias, sem um enquadramento depositário, passam a se manifestar das mais variadas formas. Tenta-se criar sentido, realiza-se um abaixo-assinado entre os beneficiários de reivindicações de melhorias do programa, mas não é respondido. Fantasias de que o dono do mercado que aceita o vale-alimentação é beneficiário do programa, fantasias de que o técnico não solicitou o benefício, todas carregadas de muita angústia. A estratégia do CRAS foi assumir sua impossibilidade de pactuar um enquadre e garantir a sua parte do acordo e não exigir a presença do usuário na reunião, mas mantendo a oferta dela como um espaço livre e aberto, que seja investido a partir de uma outra lógica que não seja a vinculação ao programa.

Assim, as angústias circulam sem sustentação e continência nos atendimentos do CRAS e colam rapidamente naquilo que há de concreto, as burocracias vinculadas às inscrições nos programas de transferência de renda, que possibilitam um pseudo-enquadramento preliminar, que se perde, ao passar do tempo e com o encontro com a inacessibilidade da lógica de quem entra nos tais programas ou não; novamente as angústias circulam sem possibilidade de

deposição e continência, e portanto, sem horizonte de estabelecimento de relações de confiança e construção de vínculo... Mas ora, era esse o trabalho, fortalecimento de vínculos, no entanto, repousado nas malhas da burocratização e da manutenção da organização e do poder da política partidária, vemos cumprir a análise de Bleger sobre a reprodução dos sintomas a que sofrem os nossos usuários, fragilização dos vínculos, falta de enquadramento, não pertencimento, intensificação das angústias psicóticas, na instituição e a função iatrogênica de manutenção da condição de sofrimento a que chegou o usuário, maquiada pelo pseudo-acesso à política pública.

No que diz respeito ao Campo sociocultural, a assistência social continua sendo associada ao lugar da ajuda, do assistencialismo, da caridade. O nível de exigência da qualidade do serviço por partes dos usuários é muito baixo. Certa vez, em reunião do Conselho Gestor, dizíamos que a equipe estava incompleta e que a instância de controle social precisava pressionar a gestão quanto a isso, e a resposta da presidente do Conselho Gestor, uma usuária do serviço, foi de justificar que sendo o espaço do CRAS tão precário, não precisaria de equipe completa. Provavelmente, em um conselho gestor de uma UBS essa não seria a resposta caso faltasse um médico, um enfermeiro, um psicólogo na equipe. A assistência social é vista como um “favor” do estado, estando o usuário a mercê de suas arbitrariedades, o que confere um funcionamento bastante perverso no nível do enquadramento, onde o Estado encarna algo muito próximo do que Bleger apresenta como o ego fático, não vinculado, que instrumentaliza o outro e o (re)coloca em uma condição de objeto.

A questão trabalhada por Bleger como enquadramento, definindo-o como permanências instituídas e pactuadas entre as partes envolvidas no processo, é fundamental para pensar o campo da Assistência Social, já que a integralidade é um ponto de fragilidade. Esse trânsito de política assistencialista para a política de direito, implica o direito, seu acesso e funcionamento como permanência instituída e pactuada. A elaboração e introjeção psíquica do direito seria o que Bleger define como o processo, que é de natureza dinâmica e ocorre sob a continência do enquadramento. As permanências são também as condições de análise de um processo. Para Bleger a questão da permanência, da manutenção de um conjunto

de normas e atitudes, é a própria definição de instituição e identidade, pois cada instituição a que um sujeito pertence, compõe sua personalidade. “A identidade é sempre – total ou parcialmente – grupal ou institucional.” Ou seja, a identidade se constitui e é configurada pela pertinência que temos a grupos, instituições, família, funcionando “como limites do esquema corporal e núcleo básico da identidade”. (Bleger, 1991)

O enquadramento, cumprindo sua função de organizar, de dar contorno ao processo, se torna depositário da parte psicótica da personalidade, exercendo uma função continente para que o ego possa se desenvolver. Desse modo, as instituições funcionam como limites, fronteiras, zonas intermediárias, campo de mediação entre sujeitos, grupos, organizações, ou o que torna essa intermediação possível, já que assegura a continência das partes psicóticas da personalidade, equaliza as singularidades e propicia aberturas para invenção de sentidos e elaboração simbólica. O enquadramento é sempre objeto de análise, pois ao fazê-lo adentramos a dimensão do trabalho do intermediário, de abrir o campo da interpretação no vínculo, no espaço compartilhado, assim como também propõe Kaës, onde se faz necessário circular as representações, as invenções de sentidos, de simbolização no encontro com o outro e na aliança que o sustenta. De elaboração vincular, no entre corpos, e entre corpos e espaços-tempos.

Quanto ao trabalho com grupos, Bleger propõe que a relação e a interação entre os sujeitos só é possível na medida em que compartilhamos determinadas regras e normas silenciosas, permanentes, constantes, que sustentam a invenção de novas regras e sentidos. “Para entrar em interação, é preciso que haja um fundo comum de sociabilidade”. (Bleger) No caso da assistência social, a garantia de atendimento, a compreensão de seu funcionamento e acesso aos direitos é o que compõe esse enquadramento, seus limites compartilhados e que dá condições para que os sujeitos se desenvolvam integralmente como cidadãos.

O público-alvo da política pública de assistência social é o sujeito que apresenta frágil ou nulo acesso aos direitos, fruto das desigualdades sociais presentes no país, principalmente. O campo da cidadania, do sujeito de direitos, é vasto, já que abrange todas as condições individuais e coletivas básicas e dignas para um ser humano existir em sociedade, de participar ativamente e co-construir

essa sociedade. Quanto mais direitos violados, menos condições de pertencimento à sociedade, menos garantias de viver com dignidade, maior a exclusão social e seguindo o raciocínio de Bleger, menor a possibilidade de ter suportes da parte psicótica da personalidade para que o ego possa se desenvolver, simbolizar, transformar.

Assim, a aposta do trabalho com grupos vem de encontro com essa demanda e apresenta grande potencial para tratar de questões tão complexas, ao mesmo tempo concretas e abstratas, micro e macro-políticas, extremamente violentas e desubjetivantes. De fato, o público da assistência social está às voltas com questões muito concretas e primeiras: não ter o que comer, não ter onde morar, não ter o que vestir, não ter trabalho, não ter acesso aos serviços públicos, ou comer, morar, vestir, trabalhar e acessar os serviços de forma muito precária, sub-humana ou perversa. O que permanece é o abandono, a exclusão, a impotência.

A principal estratégia de trabalho para atendimento às famílias que procuram o CRAS é o atendimento em grupo, no entanto nota-se que as gestões continuam a manter a diretriz no foco no atendimento particularizado, que fragmenta a questão social, individualiza e mantém o verniz da alienação do direito recebido como privilégio. A cada investida da equipe em ofertar um serviço com enquadramento mais estável e pactuado junto com o usuário, há um contra-investimento da gestão em boicotar tais ações e desmontar o trabalho, com argumentos arbitrários e sem conexão com as diretrizes da política pública.

Quais seriam então as possibilidades de efetivação do desenvolvimento de um trabalho psicossocial no CRAS diante tantas dificuldades e limitações arraigadas em sua estrutura? Penso que o investimento nos espaços coletivos, na legitimação e enunciação do discurso dos excluídos e oprimidos, que carregam um saber, uma história, seja de atendimento/acompanhamento ou de participação popular e controle social, com o objetivo de efetivar as mudanças nos campos técnico-assistencial e sociocultural, mudanças já alcançadas em parte nos campos teórico-conceitual e jurídico-político, a fim de estabelecer um enquadramento continente e condizente com a demanda apresentada pelo usuário, poderia apontar para o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento do sujeito de direitos, sustentado pela emergência do sujeito do vínculo.

8. O grupo psicanalítico como dispositivo de trabalho social com famílias e de pesquisa.

8.1. Da teoria da técnica com grupos operativos.

Tratando-se de definir o campo do psicólogo social na assistência social como o campo da intersubjetividade, propomos a escolha metodológica de análise de um grupo cujos usuários são beneficiários do Programa Bolsa Família para investigar o trabalho da(o) psicóloga(o) no CRAS. Para tanto, nos apoiamos em Kaës, Pichon-Rivière e Bleger, lembrando que Kaës propõem o grupo como “método de investigação e de conhecimento de uma realidade psíquica inconsciente específica, inacessível de outra maneira, irreduzível à de seus sujeitos constituintes.” (Kaës, 2011)

Para captar e trabalhar com a intersubjetividade, campo que entendemos ser de responsabilidade de intervenção do psicólogo, de modo compatível com o trabalho do PAIF, ou seja, que tenha como objetivo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o desenvolvimento do sujeito de direitos e ao mesmo tempo não seja psicoterapêutico, utilizamos como técnica de trabalho o Grupo Operativo, formulada por Pichon-Rivière.

O Grupo Operativo é uma proposta de trabalho em pequenos grupos, assim como sugerido no PAIF onde a proposta é de formar grupos de até 15 pessoas. É um grupo de aprendizagem, onde a partir de uma tarefa explícita estão mobilizados conteúdos implícitos e inconscientes, especialmente ansiedades paranóides e depressivas expressas nas fantasias inconscientes frente a uma situação de mudança, que quando tornadas conscientes através da interpretação dos elementos expressivos presentes no grupo, tais como a cadeia associativa, a atmosfera do grupo, a assunção de papéis, as alianças inconscientes, é possível promover uma elaboração simbólica e a transformação da situação problemática inicial.

Pichon-Rivière utiliza a imagem da espiral dialética para figurar tal processo. A dialética é o processo de superação de uma contradição, onde a partir da reflexão entre dois elementos contrários, forma-se um novo termo. Ou seja, temos uma

afirmação, depois uma negação e o terceiro momento da negação da negação, ou tese – antítese – síntese, que nunca cessa quando a aprendizagem é contínua:

Lembremos agora que a lei fundamental nos informa que a *B* corresponde um *não B*, constituindo-se um novo par antitético a ser superado (conforme a segunda lei) por um terceiro elemento, que poderíamos denominar *C*, que por sua vez reiniciaria o ciclo. Essa repetição de ciclos é representada por Pichon-Rivière pelo caráter circular do modelo da espiral. Por outro lado, este movimento não é meramente repetitivo, pois possui um sentido geral de desenvolvimento (implicado na ideia de *aufheben*), representado pelo caráter ascendente da espiral, bem como pelos círculos progressivamente maiores. Em termos de grupo, Pichon-Rivière diz que sempre há um aprendizado do grupo no momento da superação dialética. A contradição continuará a surgir e a exigir elaborações sempre diferenciadas, no entanto, a capacidade do grupo em lidar com essas situações vai sendo ampliada. (Castanho, 2012)

Seguindo as proposições de Pichon-Rivière e Bleger, para que se possa instalar um processo grupal dependemos especialmente de dois elementos: o enquadramento, que dará conta de organizar as relações em tempo, espaço e tarefa (sua função consciente e explícita) e de se estabelecer como um depósito das ansiedades psicóticas, da negatividade, dos conteúdos indiferenciados e não simbolizados, assumindo portanto uma função continente; e o estabelecimento da tarefa, que dará as condições para o desenrolar do processo grupal, para o desenvolvimento da espiral dialética, da observação do interjogo de papéis, para a interpretação da associação livre grupal, para captar as fantasias e ansiedades em jogo expressas especialmente pela assunção dos papéis: o porta-voz do grupo, o bode expiatório. Quanto maior a mobilidade de papéis, melhor o grupo está se desenvolvendo, quanto maior a estereotipia de papéis, mais paralisado está o processo. Bleger identifica a dimensão do enquadramento como um não-processo, ou seja, elementos que garantem certezas que aplacam a ansiedade frente ao desconhecido, a vulnerabilidade narcísica diante de outros, propiciando uma função para-excitatória grupal.

O conceito de alianças inconscientes de Kaës enlaça essas duas dimensões de processo (tarefa) e não-processo (enquadramento), na medida em que assentadas sobre o pacto denegativo, permite a compreensão da relação entre a formação dos vínculos e espaços psíquicos intermediários e compartilhados cuja função é de elaboração (processo) e a possibilidade (ou não) da continência do

negativo na relação, ou seja, dos restos que devem estar co-recalcados na relação. (depositados no não-processo do enquadramento).

Fundamentalmente, aquilo que escapa ao não-processo e transborda o processo grupal são os restos que convocam a nomeação e a inscrição, por se tratar de conteúdos excessivos ao psiquismo, em virtude da violência simbólica que carrega, não podem ser co-recalcados pelo pacto denegativo e retornam como sintoma e mal-estar.

Assim, aos coordenadores de grupo, cabem duas funções: a interpretação dos conteúdos que circulam no grupo na forma de fantasias inconscientes, narrativas, ansiedades paranóides e depressivas, ou seja, a formulação de hipóteses do que se passa na cena do aqui e agora do grupo; e a oferta de sentidos para esses restos, que são uma das manifestações do negativo e estão fora da narrativa da fantasia, em trânsito de inscrição, mas que ainda não puderam se inscrever, por estar aquém da representação. Tais funções devem estar sempre implicadas com a sustentação ou restituição do movimento de aprendizagem dialética do grupo.

Importante ressaltar que os conteúdos que circulam no grupo compreendem duas dimensões, que conferem uma maior complexidade da natureza desse trabalho:

Pichon-Rivière propõe que, ao pensarmos o que ocorre em um grupo, tenhamos em mente sempre dois eixos, assim nomeados e definidos:

1) vertical: assinala tudo aquilo que diz respeito a cada elemento do grupo, distinto e diferenciado do conjunto, como, por exemplo, sua história de constituição e seus processos psíquicos internos;

2) horizontal: refere-se ao grupo pensado em sua totalidade. (Castanho, 2012)

Consideramos então que o processo grupal configura-se como a instalação de uma configuração e uma lógica que é diferente da justaposição dos sujeitos em uma sala. Aqui podemos recorrer para além da Gestalt, teoria em que Pichon-Rivière alicerça uma de suas bases, ao conceito de Kaës sobre o aparelho psíquico grupal, uma estrutura específica, dotada de lógica e funções próprias a partir da configuração dos vínculos, da fantasias grupais, dos papéis, das defesas, e assim por diante, formando uma produção subjetiva ao mesmo tempo singular e plural.

Portanto, o que emerge no grupo a partir de um sujeito, diz respeito ao processo do grupo, e não apenas ao mundo interno do sujeito, ou de sua dimensão intrapsíquica. E o que tal emergência mobiliza no grupo comunica suas ansiedades, possibilidades de elaboração, colocando em movimento ou paralisando a espiral dialética.

Para Pichon-Rivière a questão da superação dialética diz respeito essencialmente a uma mudança estrutural no ECRO grupal, o indicativo de que o grupo está de fato implicado na tarefa. Todo grupo inicia com um Esquema Conceitual Referencial e Operativo que sustenta suas condutas, pensamentos, emoções, sentimentos, fantasias. No movimento de aprendizagem tal ECRO deve ter mudanças de qualidade que reorganizam os vínculos e o funcionamento do grupo em direção à mobilidade de papéis e elaboração das ansiedades paranóides e depressivas mobilizadas pelo medo do desconhecido frente ao novo ECRO ainda inacabado, elaborado e as ansiedades depressivas, frente à necessidade de abandono do ECRO anterior. Superadas as duas ansiedades, um novo ECRO pode ser engendrado pelo grupo, garantindo um ganho de aprendizagem. A tarefa explícita tem esse papel de apoio e mobilização da tarefa implícita.

8.2. Da análise dos dados.

A análise dos dados está apoiada na interpretação psicanalítica articulada por René Kaës e Pichon-Rivière e nos parâmetros apontados pelo MDS no que diz respeito à superação de vulnerabilidades apresentadas pelas famílias, bem como a aquisição das seguranças de acolhida, renda, convivência familiar e comunitária e desenvolvimento de autonomia.

A pesquisa teve seu trabalho de campo realizado no CRAS Itapegica, na cidade de Guarulhos/SP. O CRAS Itapegica referencia cerca de 100 bairros da cidade, com pouco mais de 5000 famílias atendidas desde sua inauguração em 2004. Trabalha em gestão plena, devendo prestar atendimento a 1000 famílias por ano e ter em sua equipe básica para execução do PAIF 4 técnicos de nível superior, sendo ao menos 1 psicólogo, e quatro técnicos de nível médio. No entanto, no

momento o CRAS conta com apenas 2 técnicos de nível superior, um assistente social e uma psicóloga e nenhum técnico de nível médio.

Nesse sentido, é preciso considerar o que podemos captar de início a respeito do enquadramento institucional, o ataque violento à instituição levando ao limite da (im) possibilidade da oferta do serviço, via precarização e sobrecarga da equipe de trabalho.

Para a presente pesquisa, nos propusemos a realizar o atendimento de dois grupos no âmbito do PAIF, com participação de 7 a 15 famílias, representadas geralmente por um de seus membros, nas modalidades de oficina com famílias e acompanhamento familiar em grupo. No entanto, as oficinas com famílias não ocorreram.

Havia um planejamento inicial para o atendimento a um grupo de jovens e adolescentes gestantes entre 15 e 24 anos, cujo perfil foi delimitado a partir do diagnóstico da alta incidência de adolescentes grávidas no território de abrangência do CRAS Itapegica, mais especificamente nos bairros Vila São Rafael e Jardim Vila Galvão. A faixa etária foi planejada no sentido de realizarmos a inclusão simultânea ao programa Ação Jovem, tendo como mote o incentivo à permanência ou retorno dessas jovens e adolescentes à escola. O grupo seria desenvolvido nos meses de setembro e outubro de 2015. No entanto, apesar de mais da metade das gestantes realizando pré-natal sejam adolescentes e jovens até 24 anos, não houve interesse entre elas com relação ao grupo ou à escola. O Programa Ação Jovem nesse meio tempo deixou de ser ofertado pelo Governo do Estado. Igualmente não houve articulação consistente entre a UBS e o CRAS, reduzindo-se apenas ao encaminhamento dos nomes e endereços. A estratégia de convite adotada pelo CRAS foi de visitas domiciliares e envio de cartas, no entanto, não conseguimos formar o grupo.

Podemos notar no fracasso dessa ação, a fragilidade da rede intersetorial com relação à assistência social, saúde e educação, especificamente. Não foi possível criar um metaenquadre suficiente que sustentasse o interesse ou vinculação das jovens em pelo menos dois serviços: assistência social e educação. Essa oferta de atendimento que poderia apoiá-las no desenvolvimento da função protetiva da nova

família que está em curso, no trabalho de prevenção de riscos e promoção de direitos. A assistência social também não conseguiu cumprir internamente sua ação em rede socioassistencial, onde o programa Ação Jovem foi ofertado às jovens, mas o setor responsável não informou aos CRAS sobre a indisponibilidade do recurso, ficando em suspenso as solicitações realizadas. Presenciamos a fragilização dos vínculos das famílias com o CRAS e os vínculos institucionais entre os setores CRAS e transferência de renda. Com o enquadre atacado e as ansiedades circulando com maior intensidade, o trabalho ficou despotencializado, em risco, atacado.

Já o grupo de acompanhamento familiar teve como público-alvo famílias em descumprimento de condicionalidades²⁴ do Programa Bolsa-Família, a partir da terceira suspensão²⁵, pelo motivo de baixa frequência escolar de seus membros entre 06 e 17 anos.

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades são público de atendimento prioritário do CRAS, já que além da constatada situação de pobreza ou extrema pobreza, também há presença da falta ou precário acesso aos direitos fundamentais – educação e saúde, ou seja, configura-se um emaranhado de direitos fragilizados ou violados, indicando maior complexidade no atendimento.

O grupo de acompanhamento familiar teria duração de 12 semanas, com atendimentos semanais, tendo 1 hora e meia de duração. No entanto, conforme a constituição do grupo e suas emergências, o grupo foi estendido para 14 semanas. O objetivo do grupo era a superação das situações que levaram as famílias ao descumprimento de condicionalidades, o que transversalmente comporta a compreensão das vicissitudes e transformações presentes nos ciclos de vida

²⁴ As condicionalidades são contrapartidas que as famílias se comprometem a garantir para poder receber regularmente o benefício financeiro de complementação de renda do programa. São elas: manter a frequência escolar de crianças e adolescentes até 15 anos em 85% no mínimo, e de adolescentes entre 16 e 17 anos em 75%; realizar pesagem dos membros familiares a cada seis meses; realizar o pré-natal em caso de gestantes; e participar do programa de erradicação do trabalho infantil, caso seja identificada tal incidência na família.

²⁵ O Programa Bolsa Família prevê uma série de penalidades para famílias que não cumprem suas condicionalidades, a saber: advertência por escrito, bloqueio por 30 dias e suspensões por 60 dias, podendo gerar o cancelamento. No caso, esse grupo será formado por famílias que já tiveram seus benefícios suspensos pela terceira vez em diante.

específicos (infância e adolescência), o fortalecimento dos vínculos familiares, as reflexões sobre as relações entre os pais, os filhos/alunos e as instituições de ensino, a apropriação dos mecanismos de participação popular e controle social e o acesso aos direitos de cidadania. O grupo teve início em agosto com duração até novembro de 2015.

Cabe ressaltar que, em se tratar do PAIF um serviço que funciona como um dispositivo em rede, durante o percurso ocorreram ações de escuta particularizada, acolhida de novas situações que as famílias estejam vivenciando, encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais, intersetoriais e para o sistema de garantia de direitos, visitas domiciliares, entre outras ações, que não serão abordadas.

É desse conjunto de dispositivos que vemos emergir a potencialidade do trabalho no CRAS, que se pretende capaz de dar suporte às demandas trazidas pelos usuários de seu serviço, e criar linhas de fuga que apontem para a escritura e inscrição psíquica de novas narrativas.

Durante todo o processo, participaram 15 famílias representadas por suas responsáveis familiares: Jéssica, Jerusa, Fabiana, Gisele, Neide, Lucia, Teresa, Lucia, Denise e Célia, além de Juliana e Caroline, filhas de Gisele e Teresa, respectivamente.

A estratégia adotada pelos coordenadores foi a de grupo operativo, na qual a tarefa geral do grupo era: “Refletir sobre as causas que levam os filhos a terem muitas faltas na escola ou terem abandonado a escola.” E a cada encontro, tínhamos uma tarefa no dia, sempre atravessada por essa tarefa maior. Do ponto de vista do PAIF, sempre no horizonte estão os objetivos de desenvolvimento de autonomia, a segurança de acolhida e renda, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, favorecendo a formação das redes de apoio na comunidade.

O material da pesquisa de campo foi coletado através da gravação em áudio de todos os encontros e posterior transcrição dos áudios na íntegra. Cabe ressaltar que trata-se de uma análise parcial dos dados obtidos, ou seja, uma análise da transcrição dos encontros levando-se em consideração o processo grupal do ponto

de vista do que pôde ser mobilizado e produzido pelo grupo através de uma técnica que trabalha diretamente com a intersubjetividade, qual seja o grupo operativo.

- **Primeiro encontro:**

No primeiro encontro, iniciamos definindo o enquadramento e a tarefa. Quanto ao enquadramento, pactuamos a periodicidade em uma vez por semana, o horário de início e término, tendo a reunião uma hora e meia de duração, e uma tolerância de atraso de 15 minutos, além do sigilo que está sob a responsabilidade de todos para que o grupo pudesse se configurar de fato como o lugar de confiança que pretendíamos construir.

O primeiro emergente grupal apresenta a regulação psíquica necessária à formação do processo grupal, daquilo que é suportável ao grupo e o que não é permitido, assumindo uma função defensiva, especialmente na forma da resignação religiosa – só Deus para apoiar diante de tamanho desamparo - que se repete durante todo o processo grupal. Jéssica nos minutos iniciais já mobiliza essa defesa: *“Deus, em primeiro lugar, porque eu sou evangélica, parece que foi Deus me deu, parece que eu fui, a gente que é evangélica.”* Fabiana endossa: *“Foi Deus, amém.”*

Os principais emergentes também já circulam desde o primeiro encontro: a violência doméstica, o encarceramento feminino, a opressão e o desamparo. A relação entre desamparo e violência está muito evidente. Novamente Jéssica assume o papel de porta-voz do grupo, quando revela que seus filhos ficaram com seu companheiro agressor, pois não tinha ninguém mais que pudesse ficar com eles:

“Tanto que eu tinha que ter ficado internada, em observação, tanto que não tinha ninguém pra ficar com as crianças, entendeu, e aí o que aconteceu, a vizinha falou que ele as tinha levado pra casa dele (...) Pra falar a verdade, foi ele quem fez comida, porque eu não podia levantar, foi 25 dias assim...”

Notamos que diante da extrema vulnerabilidade que a ameaça, o apoio foi realizado pelo agressor, reinvestindo o ciclo de violência pela dependência.

Conseguem perceber que há uma contradição nessa condição, onde além da ambiguidade da articulação agressor/apoiador, há a ambiguidade sobre quem está preso ou livre na relação e nas consequências da agressão. Uma vez no papel de dominador, o agressor parece sair sempre impune: *“ele tava melhor do que eu aqui, tava gordo e não fica... a gente sofre, mas eles na delegacia, se você ver como é lá, tem televisão, tem tudo, então não muda nada pra eles...”* E a vítima defende-se no momento idealizado da separação: *“estou consciente, quero a minha medida protetiva em papel, eu quero me separar definitivamente.”*

O ECRO que organiza a produção subjetiva e a conduta do grupo com relação à violência ganha evidencia e compõem a cadeia associativa grupal, colocando em movimento a espiral dialética, projetada na conversa sobre uma entrevista com a Maria da Penha que assistiram na televisão: *“na verdade ela não foi agredida, né?”... “ela foi agredida verbalmente...” “É, mas ele tentou matar ela, né?” “é, duas vezes”...* Tal movimento dá condições para que Jerusa se identifique, se reconheça e se coloque no grupo: *“Até hoje ele me fala: eu vou te pegar, eu vou te matar”*. Podemos identificar aqui os primeiros alicerces para a construção do aparelho psíquico grupal, cuja principal fantasia é a impotência frente à violência doméstica apoiada na defesa pela resignação com os desígnios de Deus.

O encarceramento como emergente dá condições de oferta de uma imagem para nomeação desse processo e o reconhecimento da introjeção do processo de dominação da vítima pelo agressor:

Jerusa: eu não posso ter ninguém na minha vida, ele pode ter várias.

Jéssica: A gente fica presa porque tipo assim eles não aceita que a gente tenha outra pessoa.

Coordenadora: Como se vocês fossem uma propriedade...

Jéssica: É

Fabiana: Mas foi isso que a Maria da Penha falou ontem

Jéssica: é.

Jerusa: Eles não aceita.

Fabiana: Que quando o homem toma posse e coloca na cabeça assim ela é minha e eu faço o que eu quero, ele coloca no psicológico da mulher, né, eu vou falar por mim, porque eu tinha

medo do Nelson, nossa quando ele chegava gritando no quintal, pergunta pra... eu urinava na roupa porque eu já sabia que eu ia apanhar...

Entre os afetos presentes nos discursos aparecem o medo, a vergonha e a humilhação. *“tenho vergonha, tenho vergonha, ir na delegacia, falar, eles ficam te chamando, prefiro ficar me submetendo a essa situação.”* O rompimento com o ciclo de violência parece estar ligado ao limite da integridade física. Fabiana surge como porta-ideal do grupo, quando relata que após uma situação de quase morte, denuncia o marido, e ao mesmo tempo inicia um processo de reconstrução da relação com o marido-agressor. *“até então eu não tinha coragem de falar pra ninguém que ele me batia.” “ele falava que ia matar a minha mãe (...) eu mato primeiro a sua mãe e depois eu te mato.” “O maior trauma que eu tenho é o medo dele, eu tinha muito medo dele, coordenadora, muito, muito, muito mesmo...”* E posteriormente, da mudança do marido: *“ele começou a ir pra igreja, foi a mudança dele foi aí.”* O grupo acolhe como ideal, Jerusa: *“Porque deus transforma, quando deus quer por a mão, deus transforma”.*

Jéssica reconhece o funcionamento do ciclo de violência: *“porque é assim eles nos agredem e depois eles começam a ficar bonzinhos pra gente acreditar que eles vão melhorar...”* E Fabiana articula com o desamparo jurídico, onde após uma agressão quase morrer grávida de 6 meses, não obteve o respaldo da lei: *“Só levaram e conversaram com ele e soltaram... Não prenderam”.* A autorização da violência pela moral do casamento e pela vergonha também emergem na produção associativa grupal:

Fabiana: é mais aí eu fui pra casa da minha mãe, quando eu fui pra casa fiquei mais uma semana tomando esses montes de medicamento e fiquei na casa da minha mãe, e minha mãe num domingo falou “o seu marido tá aí, ele vai entrar”, eu falei “não vai mãe, não manda ele entrar não, que eu vou tacar tudo o que tem aqui nesse quarto nele”, entendeu... e aí minha mãe falou, “mas você tem que ficar com ele, ele que é seu marido”.

Coordenador: Nossa Senhora...

Fabiana: Sabe, é uma coisa horrível, uma coisa horrenda... porque assim, com a família da minha mãe eu sempre fui assim, muito bocuda, então a errada era eu, entendeu... aí depois mais pra frente que eu fui contar pra minha mãe que não era a primeira vez que ele tinha me batido...

Coordenadora: Você escondia sempre...

Fabiana: Eu sempre escondi dela, porque eu falei, ela já sofre com meu pai, se eu for contar pra minha mãe minha situação é pior, porque ela bebia...

Jéssica: Também dá vergonha também.

Fabiana: Muita vergonha.

Coordenadora: Você trouxe também uma questão de como se justificasse, como se essa paulada que ele te deu que te deixou na UTI e quase te fez perder o bebe, por você ser bocuda, pudesse...

Coordenador: Exatamente... ainda você leva a culpa...

Observamos que a mulher não é considerada um sujeito, é sempre o objeto para um outro, os familiares que a querem casada, os homens que a querem sob seu domínio como objeto sexual, inclusive atribuindo a elas a única destinação como objeto de desejo de outros homens: *“vou cortar seu cabelo, você tá se arrumando pros machos da rua”, “porque você vai se arrumar, pra mim isso é pra arrumar homem na igreja...” “tira essa roupa de veia aí, pode por essa mini-blusa, essa calça e vamo pra um samba, vamo pra um baile, vamo não sei pra onde”*.

A coordenadora oferece uma interpretação após algum tempo e mais algumas falas do grupo, inclusive no sentido de problematizar esse “ideal” portado por Fabiana:

Coordenadora: quando a gente fala da repetição, vocês tem uma série de relações em que pais ou companheiros veem o outro com uma coisa que se tem, então você falou disso da relação da sua mãe com seu pai, você tá falando disso da mãe dele com o filho, você tá falando entre vocês dois e agora da sua filha com seu namorado.

Na tentativa de colocar em marcha a espiral dialética a coordenadora questiona: *“E o que te impede de construir uma vida longe dele”*. A questão do desamparo material se apresenta como limite, mas também como defesa de sua responsabilidade na manutenção dessa aliança: *“Porque eu to desempregada, não trabalho, não tenho assim hoje, eu to desempregada, não tenho condições...”* E posteriormente, a Coordenadora retoma: *“a mulher que está vulnerável acaba sendo um alvo fácil, né, pra um agressor...”*.

Notamos que para manter uma relação absolutamente violenta, alguns recursos psíquicos são colocados em jogo, como a apatia, o desligamento de si, sobretudo a alienação em um apelo religioso, como discurso ideológico que as

protege do horizonte ainda insuportável da mudança e da conquista da autonomia, que ainda geram muita insegurança e medo:

“eu não quero me separar dele, quero criar meus filhos, já falei pra Deus, se for eu não quero me separar dele, quero criar meus filhos, já falei pra Deus, se for pra pegar um pior do que ele, prefiro ficar sozinha, que deus preparasse o melhor, que puder nessa casa, pra dar um futuro pros meus filhos, eu vou pra igreja e não peco, homem, quero condições melhores, o que ele preparar, preparou, porque eu não quero, queria que Deus modificasse ele, que Deus mostrasse pra ele, depois que ele perder meu amor, perder tudo, eu não quero não... daí ele vai me matar, daí acabou...(...) nunca senti raiva, nunca tive sentimentos de ódio, nunca”.

Ao final do grupo, a Coordenadora faz reflexão sobre as hipóteses delas de porque sustentam o vínculo, para além do medo, e novamente o desamparo aparece como emergente, associada a uma fantasia de enlouquecimento:

Coordenadora: Mas me parece que, não sei, além do medo, você tem outras motivações que você quer esconder até de você... por que a parte do medo você quer esconder do psicólogo, mas talvez uma parte de você reconhecer um certo amor, reconhecer um algo que você...

Coordenador: Eu sinto isso também... Eu percebo isso também...

Jéssica: Não, eu acho que eu sou o que acontece igual ela, no meu caso, eu não tenho ninguém, eu não tenho... Eu não tenho ninguém, entendeu... tanto que essa minha vizinha, pensei que eu ia ter um apoio, vocês veem eu não pude nem ficar no hospital, porque não tinha com quem olhar meus filhos, não, não tem ninguém...

Coordenadora: Parece que você tem algum vínculo com ele que não é só na base do medo...

Coordenador: Exatamente...

Jéssica: Não, se eu falar que eu não gosto dele eu estaria mentindo, só que tipo assim né, é a primeira pessoa que eu, eu tive quatro relacionamentos, eu nunca morei com ninguém, entendeu, são quatro anos, não são quatro dias, então você tem, ele não tem 24 horas, ele tem um lado bom, só que esse lado de quando ele bebe, ele se transforma, ele cuida dos meus filhos, até cuida, sabe, com os meus filhos ele é uma pessoa boa, e até fala “oh, Luis, vem ajudar a sua mãe”, ele tem uma, mas quando bebe ele se transforma... entendeu, e não é com meus filhos é comigo...

Fabiana: Acontece com muitos homens...

Jéssica: Então, as pessoas não entende, porque ela sabe, ela sabe do que eu estou falando, igual você não entende, outras pessoas julgam porque, a gente fica assim, não é gostar, igual a Jerusa falou,

se você não vai no psicólogo, por isso que o psicólogo começa a falar...

Fabiana: Até em psiquiatra eu passei também... tava ficando louca, como é que, né...

Jéssica: Então, a gente fica tão assim.

Fabiana: E eles entram né, lá no oculto, no profundo da sua mente.

Jéssica: A gente não sabe o que é gostar e quando não tem uma família pra apoiar como eu não tenho...

Fabiana: Eu pensei que eu não tinha sentimento... eu falo pra ele...

Jéssica: Então! É difícil!

- **Segundo encontro:**

No segundo encontro, uma nova usuária comparece ao grupo, trata-se de Roberta, e Jerusa está acompanhada da filha Geisa. Jéssica não comparece. Nos próximos 6 encontros, o coordenador não estará presente em virtude de suas férias. A coordenadora tenta apresentar a tarefa no início do encontro, mas Fabiana está muito mobilizada com a situação de violência que sua filha está sofrendo. Os emergentes já apresentados no primeiro encontro voltam a circular: violência, machismo, dominação e hipersexualização da mulher. *“Ligou umas cinco horas da tarde, coordenadora, chorando, porque ele saiu arrastando ela da maternidade pra ir embora (...) brigou porque o médico era um homem que examinou ela, cê acha, coordenadora?”*. Ao que responde a coordenadora responde: *“Parece que vocês estão desde o encontro passado falando muito sobre essa dominação machista do homem sobre a mulher.”* Ressaltando o papel de porta-voz do grupo que Fabiana está exercendo na cena do grupo.

Coordenadora: o que faz ainda hoje a gente veja esse tipo de situação? O que vocês acham?

Fabiana: eu já passei, né, coordenadora?

Jerusa: A gente ve aquele domínio do homem com a mulher, né, ele quer dominar, não quer a mulher, mas também não quer dar pra ninguém, né? Ele marca, né? O que é meu, minha situação é essa, eu não posso ter ninguém na minha vida...

Geisa: Eu também não, sabe o que ele falou? Não é pra você sair pra rua, e falei pra ele, então vou ficar presa, ele não deixa eu sair,

eu quero ir na quadra...(burburinhos) Por causa do meu filho, né, ele fala não é pra você sair pra rua...

O grupo pode ser um espaço possível de nomeação dessa dominação, de mobilização das resistências, como a naturalização e repetição das violências:

Coordenadora: Bem violento esse rapaz, não?

Fabiana: Muito folgado!

Jerusa: Ele é novo?

Fabiana: Tem 17 ou 18 anos

Roberta: É um moleque...

Fabiana: Aí, que aconteceu, né, fui lá respirei, olhei pro céu e falei não acredito que eu to vivendo essa situação, que parecia eu, coordenadora, o que eu passei, entendeu, a minha filha tava... assim, uma reflexão daquela situação...

Coordenadora: Sim, parecia uma repetição mesmo, você trouxe uma situação muito parecida...

Os emergentes ameaça/medo/desamparo aparecem como conteúdo explícito do motor do ciclo da violência. As mulheres são dependentes desses homens, são ameaçadas e encarceradas, tem muito medo e buscam na religião uma alienação, e também um conforto, possível baseada na moral religiosa para justificar o investimento nessas relações. Jerusa é a principal porta-voz desse processo:

“Não, ele é normal, ele ta indo pra igreja, ta indo pra igreja, ta buscando a deus, só que o inimigo manifesta de uma tal maneira, e eu to indo pra igreja, todo mundo ta indo pra igreja, as meninas vão pro louvor, ele tem que respeitar elas, mas daí o que ele pega, vai bater nelas, ele, falo não vai pra cima das meninas, vai pra cima de mim, eu falo eu não quero você aqui, ele subiu a escada, me deu um murro aqui que ficou a marca, me deu um murro aqui no meu peito...”

O grupo operativo no PAIF também requer algumas especificidades, no momento em que Jerusa nomeia a questão da dependência material como limite para sua autonomia e exposição a toda sorte de humilhações, busca-se a formulação de objetivos de um plano de ação do ponto de vista social, pela coordenadora:

“Pelo que você está trazendo, parece que você é obrigada a suportar o insuportável por conta de uma dependência material, econômica, financeira... então o que a gente poderia pensar aqui no grupo é quais são as possibilidades da gente conseguir ser independente financeiramente, pra realmente garantir a nossa liberdade...”

Observa-se também uma indiferenciação dos papéis mãe-mulher, pois no momento que há um investimento na autoestima como mulher e seu engajamento por autonomia e liberdade, logo é capturado pelo signo maternal, que reinveste uma defesa com relação à manutenção da relação violenta em favor da instituição familiar:

Coordenadora: Agora, eu acho bonito de ver que apesar de você sentir toda essa humilhação, e todas essas agressões constantes, você ainda está atrás de uma vaidade feminina, isso ele ainda não conseguiu te tirar, essa vontade de se arrumar, de estar bonita, de eu não quero estar por baixo...

Jerusa e Fabiana ao mesmo tempo: Ah, a gente tem que se arrumar, ficar bonita, é a nossa auto-estima...

Coordenadora: Então você está trazendo mesmo que seja pela dor e pelo sofrimento, uma referencia de que mulher que você quer ser, o seu desejo ele ainda não conseguiu sufocar...

Jerusa: E de ser mãe, porque por mais que eu passe o que eu passo com os seis filhos dele, eu amo meus filhos de paixão, amo meus netos, amo meus filhos de paixão, é onde eu vivo, é o meu presente de toda essa situação, eu nunca abandonei ela, aliás, sempre lutei, lutei, lutei, eu falo pra ela "Geisa, não quero te pegar no colo como mãe, mas que ele te trate como mãe", porque por mais que eu passei com teu pai, eu nunca te abandonei e ela vê o que eu passo com meus seis filhos que é dele, eu nunca abandonei, to sempre lutando...

A violência está o tempo todo presente no discurso sem ser reconhecida como tal. Jerusa identificava a sogra como um apoio com relação à violência física do marido, no entanto conforme relata o que se passa na cena familiar, notamos a sogra igualmente violenta: *"a mãe dele negou água pros meus filhos". "Então a sua sogra também é violenta."* *"(a gente) toma banho de canequinha, que ela não deixa tomar banho"* *"A gente até passa fome lá em cima"*.

Ante a violência e o desamparo, observamos uma função grupal importante se estabelecendo, a partir das trocas, identificações, transferências, as redes de apoio começam a se formar e uma passa a buscar soluções para a outra: *"e a sua mãe, não tem como você morar com ela?"* Os vínculos já estão se estabelecendo e mobiliza seus membros ao cuidado uns com os outros.

A tarefa do dia só é proposta após a acolhida e continência das ansiedades já mobilizadas desde o último encontro, no entanto entendemos que o grupo já estava

em tarefa em relação à tarefa geral do grupo. A tarefa do dia proposta é *“o que vocês esperam do grupo a partir de agora até o final do ano?”* e partilha do que foi escrito:

Jerusa: “União, parceria, atividade. Eu gostei de você, você gostou de mim. Eu gostei da coordenadora e do coordenador. Eu gostei do CRAS, de conhecer o CRAS e de ajuda do CRAS e adorei conhecer o CRAS.”

Fabiana: “Espero que nessa nova etapa nos conhecermos mais, também conhecermos novas pessoas, espero que nós possamos chegar a uma conclusão, ter uma solução para nossas dificuldades, que poderemos ser amigas não só aqui, né? E que a coordenadora e o coordenador tenham muita paciência e nos entenda, né? E espero que todas saiam daqui com uma solução.”

Roberta: “Acolhimento, ajuda, ter mais conhecimento com pessoas do grupo, ter mais amizades, sentir carinho pelas pessoas que estamos convivendo, fazer trabalho com o grupo, aprender mais com a coordenadora e o coordenador, ter pessoas que possam nos ajudar uns aos outros e poder ajudar através de conversas.”

Aqui, ainda estamos no momento de instalação do grupo, de investir nas identificações e naquilo que alimenta o narcisismo do grupo, mas também devolvendo a potência às usuárias, como preconiza o PAIF, resituando o papel das usuárias com protagonistas do próprio processo. As funções de continência, apoio, acolhida e rede já estão em andamento.

- **Terceiro encontro:**

No terceiro encontro do grupo, estão presentes Roberta, Fabiana e Jerusa. O emergente da violência continua predominante e é possível reconhecer diversas modalidades de violência. Fabiana retrata a situação da filha de 16 anos, grávida: *“só que a vó dele falou que tem muito medo de deixar eles ficarem lá, porque ele é muito agressivo, ele é muito ciumento, ela não pode ir no mercado com a família, só pode sair se for com ele.”* A coordenadora nomeia a violência: *“Ele está mantendo ela em cárcere privado.”* Fabiana reconhece: *“É um cárcere”* e associa com a repetição. Diante de um repertório de naturalização da violência, de introjeção da violência paradoxalmente como parte da vida, a tolerância à violência, sua relativização nas gerações favorecem a repetição.

Jerusa mantém-se porta-sintoma do grupo, relatando situações cotidianas de absoluta violência física e pela primeira vez relata também a violência com relação aos filhos como “ferramenta” pedagógica. Jerusa concentra as imagens de vergonha, humilhação no que partilha com o grupo, inclusive das situações graves com a sogra, ainda não reconhecidas como violência. Ofertar novamente a nomeação poderá favorecer o reconhecimento: *“Muitas vezes vocês falam muito da violência doméstica só como uma violência física, mas essa sua sogra também te violenta.”*

Diante do abismo e da impotência, o grupo se mobiliza novamente no cuidado de Jerusa e colocam em marcha a espiral dialética. Superada a ansiedade paranóide do medo com relação à verbalização e reconhecimento da violência, será possível mobilizar a ansiedade depressiva que abre um caminho possível à mudança, reconhecendo as condições de sua adesão a uma aliança conjugal violenta e a emergência de um limite ao inaceitável, nem que *seja “ir pra debaixo da ponte”*:

Fabiana: E assim, ela não tá vendo saída, né?

Jerusa Então, eu quero sair...

Roberta: Não tem um objetivo de vida... Você tem que achar um objetivo, ter uma qualidade de vida, tipo lutar, vou sair!”

Jerusa: Não tenho objetivo...

Roberta: Tem que ter! Seis filhos pra criar, é difícil quem tem filho pequeno, mas ter um objetivo, vou atrás, mesmo que o horário de aula bate com o emprego, mas você tem a de quinze anos que pode olhar a de quatro.

Jerusa: É mas ela não ajuda, ela põe ainda mais fogo nos pequenos, ela é rebelde...

Roberta: É complicado é esse ponto...

Jerusa: E ela vai pouco na escola, e não vem, e perturba as gêmeas, e minha sogra não dá nem água pros meus filhos...

Roberta: Eu se eu fosse você, se hoje eu fosse você, eu pegava minhas filhas e ia pra baixo da ponte, só pra não viver nesse sofrimento, juro pra você, falava, vamos, é meus filhos, vamos comigo pra baixo da ponte pra não viver nesse inferno...

Fabiana: É uma situação muito difícil...

Roberta: Eu deixava tudo pra trás, eu ia viver debaixo... quanta gente não vive embaixo da ponte, pessoas vem quem vive embaixo da ponte, que tem um monte de gente que sobrevive...

Posteriormente, a resistência volta a circular com a fantasia de perda dos filhos por decisão do conselho tutelar por estar em situação de vulnerabilidade. Jerusa revela que justamente a filha que tem muitas faltas na escola foi abrigada duas vezes, uma por três meses e outra por dois meses, e em ambas as situações o motivo do abrigamento foi a violência perpetrada pelo pai. Tal medida não foi interpretada como protetiva, mas como ameaça ao vínculo familiar.

Jerusa: “O pai espancou ela dentro de casa, ela foi pra favela, daí fui pra casa da minha mãe e chamei o conselho tutelar (...) ficou no abrigo aqui em Guarulhos (...) desacolheram ela e me deram a guarda dela, passou um mês, o pai dela ameaçou bater nela, *nem bateu nela*, ela fugiu de novo...”

Diante da revelação, a coordenadora busca dar um sentido, que novamente coloca em curso a elaboração da violência, pela espiral dialética:

Coordenadora: A Virginia parece ser a pessoa mais saudável, não é, aquela pessoa que reconhece todo o sofrimento e grita e pede socorro e foge, faz isso que você falou, vou pra baixo da ponte, mas eu não passo por isso, parece que ela que está conseguindo denunciar tudo o que vocês estão vivendo, ela quem está...

Fabiana: É, todo o sofrimento...

Roberta: Ela está soltando pra fora a raiva, a magoa...

Fabiana: Mas ela fica comigo também, é rebelde...

Coordenadora: Ela vai ficar com todo mundo, mas porque, ela já passou do limite dela...

Roberta: Ela está na fase de revolta...

Coordenadora: E ela fala por cada um de vocês, é como se ela fosse a porta-voz da família inteira, tá todo mundo revoltado com a situação de viver oprimido, humilhado, violentado, mas só ela consegue falar, o resto fica calado, é muito pesado pra ela também carregar tudo isso...

Roberta: ter que arcar com toda a casa..

Fabiana: Você pensa que ela tá rebelde, mas não é rebelde...

Jerusa: é verdade, faz uns três meses ele deu uma porrada nas minhas vistas, ele enfiou o dedo no meu olho, sangrava minha vista, e ela lá de cima, você vem aqui pra bater na minha mãe? Você quer matar a minha mãe? E meu olho sangrando... ele tava com a chave de fenda na mão, ele arrumando o carro e me ameaçando bater com

a chave de fenda, na hora que ele me deu o soco, saía assim sangue das minhas vistas... e ela lá cima, você tá louco, você vai bater na minha mãe, você vai bater na minha mãe, some daqui... e a mãe dele conversando com ele, porque você vem aqui, maltrata ela e vai embora? Eu vou acabar com a vida dela...

Nessa sequencia mais intensa de esforço do grupo em reconhecer o quanto a violência circula nas famílias, os efeitos que produz em cada um de seus membros e a necessidade de romper com o ciclo da violência, apontando novamente para a construção do plano de acompanhamento familiar:

Coordenadora: Dá impressão assim, que ele te ameaça, você dá peso e valoriza essas ameaças e paralisa, é pra você pedir pensão sim, aí você sai dessa casa, ele vai ter que pagar pra você todo mês lá o quanto o juiz determinar pra seis crianças, e isso mais o bolsa família, mais algumas outras coisas podem te ajudar a sair dessa situação, porque assim tem muitas coisas e sofrimentos que a gente vai passando na vida que dependem de atitudes práticas pra gente resolver, não só a gente estar por exemplo aqui em grupo e tal, alguns movimentos que a gente tem que fazer pra sair de determinadas situações são práticos, fazer o B. O., pedir pensão, sair da casa, tem passos pra serem tomados, precisam ser planejados... Um dos objetivos que a gente tem aqui no grupo é fazer um plano de acompanhamento familiar, aos poucos a gente vai percebendo qual que é, vocês todas tem um objetivo em comum que é garantir que a Virginia, a Maria e a Carol frequentem a escola, porque todas vocês estão com esse problema, é um problema comum de vocês, mas tem questões que são particulares, então uma questão particular sua (Fabiana) é essa questão do conflito e da volta da Maria pra casa, ela precisa voltar, ela é muito nova, ela não tem maturidade suficiente, pra decidir algumas coisas (pela primeira vez, durante a minha fala, Jerusa chama atenção de Caio de forma dura, gritando...)

Roberta: Ela não tem a responsabilidade dela ainda né, ela é de menor...

Coordenadora: Além dela ter 16 anos ela tem uma limitação cognitiva, né, na adolescência vai ficando menor, mas que também pode fazer com que ela fique numa situação mais vulnerável, de não conseguir avaliar todas as consequências, além dela estar envolvida emocionalmente, que nem você falou da dificuldade dela na alfabetização, tem algumas questões aí que deixam ela mais vulnerável ao poder desse namorado dela... E você também, dos seus objetivos pessoais (Jerusa) que vão pra além do grupo aqui são muito claros, romper o ciclo da violência pra garantir a paz pra você e suas filhas é o principal. O principal, garantir que a gente vai construir e que o grupo seja esse apoio pra você, toda semana vir, se fortalecer, falar, colocar pra fora é importante, mas você precisa se fortalecer pra tomar atitudes, Jerusa. Não dá mais pra você viver nessa situação.

Jerusa: Só por Deus... quero sair correndo, sabe, sair correndo...

Coordenadora: A Virginia mesmo ela vem falando isso pra você, ela não é uma rebelde sem causa, né?

(...)

Jerusa: E eu to vendo aqui, tanta coisa eu to vendo aqui, de tanta coisa que aconteceu dele me bater, me agredir, me deu porrada, saí assim com minhas vistas...

Coordenadora: Então Jerusa, a gente pode firmar como um objetivo essa construção dessa saída de casa, a gente pode tentar fazer uma articulação com a rede de ensino, com o Lar da Irmã Celeste, pra conseguir essa vaga pros seus filhos, pedir, já que você já está na lista de espera, pedir pra que você seja atendida com a maior brevidade possível e fazer uma pressão, construir esse caminho."

- **Quarto encontro:**

No quarto encontro, estavam presentes Fabiana, Jerusa, Denise, Gisele e Juliana (filha de Gisele). Propusemos a tarefa de construção de uma linha do tempo da própria vida, que também seria instrumento de apresentação com a chegada das novas participantes.

A indiferenciação dos papéis mãe-mulher aparece novamente como emergente. As linhas do tempo de todas as usuárias tiveram como pontos importantes o nascimento dos filhos, apenas. Jerusa concentra novamente a fala, bastante angustiada, mesclando a devoção pelos filhos, a alienação na religião e a violência sofrida por parte da sogra e do marido. Grupo novamente se mobiliza para acolher e buscar soluções para Jerusa.

Denise identifica-se com Jerusa, mas se oferece como ideal, partilhando a narrativa de um casamento no qual sofreu muitas violências e traições, com quem teve 8 filhos, mas que rompeu com a violência e pode-se fortalecer nos programas sociais, especialmente no Bolsa Família. (Denise recebia um dos benefícios mais altos da cidade, pois a combinação do número de filhos e o programa Brasil Carinhoso possibilitou o recurso). *"Hoje eu tenho meu bolsa família, pago meu aluguel, não dependo do meu marido, não dependo de ninguém".*

Ao final do encontro, a Coordenadora tenta articular os emergentes que foram produzidos no grupo, além de ofertar orientação quanto ao enquadramento jurídico necessário à ruptura do ciclo de violência. O trabalho psicossocial vai se costurando

nesse entre práticas: grupo operativo, socioeducativo, acompanhamento, já que se situa na singularidade do entremeio da intersetorialidade e na complexidade da questão social.

Coordenadora: O que eu percebo é que, por exemplo, a Denise tem mais a estratégia de procurar além de se defender pelo próprio discurso, pelo enfrentamento, procurar muito a justiça, né? Coisa que a Jerusa não faz... E a justiça é uma lei que dá um resguardo pra gente resolver uma parte das questões familiares, importante ressaltar que recorrer a justiça é uma segurança que a gente tem, fazer BO contra violência, negligência, agressão, a gente tem esse recurso, é claro que a gente tem também vergonha, se sente humilhada, exposta, mas se a gente não vai pro enfrentamento, a gente não consegue acessar a justiça. Eu ouço muito em vocês uma fé na religião, em Deus, que é um apoio importante pra vocês, mas além dessa justiça divina que vocês procuram, também tem a justiça dos homens pra nossa vida de matéria, então acessar a justiça divina, mas se manter acomodada, resignada, é complicado, né? As duas coisas andam juntas, então espero que na semana que vem a gente consiga escutar as apresentações de vocês... Não só eu, mas vocês se conhecerem e se escutarem e aí como a gente tem os horários de pegar crianças na escola às 11 horas, a gente encerra aqui...

- **Quinto encontro:**

Estão presentes no quinto encontro Roberta, Gisele Jerusa, Denise, Juliana (filha de Gisele) e Carol (filha de Roberta). O grupo inicia falando sobre a gravidez na adolescência e o desejo/negação do desejo das mulheres em serem avós bem novas. Tem um movimento de reproduzir a hipersexualização das filhas, ao que a coordenadora procura ofertar uma nomeação:

Jerusa: É um pouco maior do que ela a Virginia, tem 15 anos, corpão, bundão, peitão, é uma mulher, 15 anos, a bunda dela é igualzinha a minha, a coxa, o corpo dela...

Roberta: eu tenho raiva de andar com ela na rua, chega a bater o carro, porque para mesmo...

Jerusa: E a Geisa já tem o filho dela...

Coordenadora: O que vocês acham disso, assim, desse assédio?

Roberta: é ruim, é ruim.

Juliana: É chato viu, quando falam ei, não sei o que... Eu sou chata.

Nesse momento do grupo, as associações estão em direção a uma preocupação com o corpo, uma inveja do corpo jovem e uma cumplicidade com o assédio, no sentido de culpabilizar o assédio pelos hábitos das meninas, novamente isentando a agressão masculina.

Jerusa: Já fui jovem já, tinha 22 anos quando tive a Geisa, entendeu, faz 20 anos então assim... as coisas aconteceram assim naturalmente, hoje em dia as meninas de shortinho chamam atenção dos homens e os homens não gostam muito, né?

Roberta: Hoje, igual baile funk, tem essas coisas de vaidade, tem meninas que usam a sainha sem calcinha...

(todas falam ao mesmo tempo)

Juliana: Tem certos bailes que a menina fica pelada, é horrível!

Roberta: Porque ela, vocês, são meninas muito assediadas nas ruas, chama muita atenção de estuprador hoje em dia...

Juliana: ahã.

Roberta: Mas ela não anda pelada, ela não gosta de shortinho, não gosta de mini saia, não gosta.

Jerusa: Mas até calça jeans já é...

(Todas é!!)

Juliana: Mas é que assim, ela também tem corpo de mulher, e não é uma mulher, entendeu, ai você vê pela idade, ninguém daria 15 anos pra ela, eu não daria... mas fica aquela coisa...

Gisele: É porque você tem estrutura, tem porte, entendeu?

Roberta: Igual uma mocinha, uma mulher que eu conheci esses dias, ela tem 30 anos, tem 3 filhos, você não dá a idade que ela tem, tem carinha de 15. Olhei pra cara dela e não acredita... acho que é prima da Diana, mas ela é linda, linda, não tem uma gordurinha localizada no corpo, nada!

Jerusa: Glória a Deus, né!

Roberta: Não tem uma barriguinha.

Gisele: Não é que nem nós!

Jerusa: Ó, o pneuzão!

Roberta emenda com a narrativa de uma briga, na qual o marido alcoolizado e agressivo é expulso da casa de seus pais, isentando a responsabilidade do marido, denegando a violência:

Coordenadora: O motivo da expulsão dele foi pelo fato dele estar muito bêbado ou pelo fato de ter sido muito violento?

Roberta: Não, ele não chegou a ser violento, ele se meteu aonde não deveria.

Carol: Mas ele xingou todo mundo...

Roberta: Ele xingou...

Coordenadora: Foi violento. Isso é violência.

Jerusa: ele falou coisa que não devia, uma situação que leva...

Roberta: Falou o que não deve, tem que manejar no linguajar...

Coordenadora: Uma coisa que eu venho percebendo aqui, vai e vem e volta no grupo é a questão das relações violentas, violência não é só a violência física... tem a violência moral, a violência psicológica, várias modalidades de violência que é o que, você agredir o outro, invadir o outro, violar o espaço do outro, tudo isso é violência.

Jerusa compartilha uma situação de absoluta violência que vivenciou no dia anterior, a violência não pode mais ser denegada, mas pode ser aplacada pela resignação religiosa, como um recurso adaptativo ao seu ECRO e projeção do ideal do grupo:

Coordenadora: Quando vocês falam de procurar um sinal divino ou uma providência de Deus...

Jerusa: é o trabalho de Deus... é o trabalho de Deus...

Coordenadora: O que vocês estão esperando exatamente?

Jerusa: Que Deus mova o coração dele, porque você vê cada testemunho na igreja, se pensa é impossível que Deus faça a obra em várias vidas e não vai fazer na minha vida... eu creio que Deus vai fazer a obra. Que nem aquela que vem aqui, Deus mudou o marido dela. Deus faz em várias famílias, você vê cada testemunho, que Deus vai mover o coração dele, que Deus vai mover, porque ele tem seis filhos, porque eu se fosse solteira e ela tivesse seis filhos, eu conhecesse o esposo dela, com seis filhos, eu descobrisse, (trecho inaudível)

Gisele: Eu penso desse jeito, penso assim...

Jerusa: vocês entenderam? O que eu não quero pra ela não quero pra mim... com seis filhos... e ele paga de solteirinho... Deus tem que mostrar pra ele que quem está no poder é Deus, como que ele ta, desculpa a palavra, ta lá gozando e não sei o que, e os filhos não tem casa pra morar, não tem uma moradia e pagando de gatinho? Deus tem que mostrar pra ele que quem manda na vida é Ele. E por a mão!

Coordenadora: O que vocês acham meninas, vocês concordam?

Gisele: Eu concordo! Eu concordo nessa parte de falar assim, né, que ele tem os filhos dele, né, e essa questão de assim, olha ele tem seis filhos, essa mulher que ta com ele, vamo colocar que ta com ele, ela tem consciência de que ele tem uma família? Ela ta entrando pra destruir a família? Eu penso assim, olha, agora eu to separada, não to atrás de homem, não quero homem no momento, mas eu penso assim que se vier um homem pra mim.

Gisele: Então eu penso assim, sabe, que como ela colocou, que o que eu não quero pra mim, eu não quero pro meu próximo, olha se chegasse hoje um príncipe num cavalinho e falasse assim, olha, to me separando da minha família, eu não quero, eu não quero ninguém assim, to separada eu to sozinha, mas não to atrás de homem, não quero no momento, mas quando eu falar assim, por aqui, por ali, apareceu uma pessoa na minha vida, eu não quero que venha de famílias destruídas, não quero, entendeu, e se falar assim pra mim, ó, melhor ainda, eu sou solteiro e eu tenho minhas filhas, entendeu... mas eu não quero pensar, nem coloco na minha mente, eu tava vindo pra cá e pensando nisso, ó, engraçado, o cara tem família, o cara tem os filhos dentro de casa, e ele quer pagar de gatinho na rua, aí encontra mulher que fica, né, aí depois a mulher descobre, aí eu fiquei, mas quem ta errado nisso aí? Errado é ele, ele tem a família dele e ta procurando fora, você entendeu? Então assim, eu concordo com ela.

Após essa sequencia, após a construção do ideal grupal simbolizado pela família nuclear tradicional, Gisele partilha detalhadamente a frustração do ideal e o processo de separação e ganho de autonomia e empoderamento, reconhecendo o apoio material inclusive dos programas de transferência dos quais é beneficiária e também a presença de sentimentos muito negativos, como a vontade de matar o marido. Jerusa, novamente, fica bastante mobilizada e monta sua resistência pela alienação religiosa:

Jerusa: O inimigo fica na cabeça.

Gisele: E eu tava lutando contra isso...

Coordenadora: O que é o inimigo, Jerusa? Porque isso não é nosso? As coisas ruins são nossas também...

Jerusa: você vê na Bíblia, você vê, tem a música que é do Sete Trombetas, que minha filha tem no celular, tem o Deus e tem o

Diabo, Deus fica ali é o anjo bom, e o Diabo também, se você não tiver o domínio, você faz...

Coordenadora: Mas será que isso está fora de você? Isso faz parte de você.

Gisele: Eu acho também.

Coordenadora: Sentimentos ruins fazem parte da nossa vida desde que a gente nasceu.

Jerusa: Mas esses sentimentos podem te dominar. Esse sentimento ruim, você tem que ajoelhar e orar...

(todas começam a falar, Denise ri)

Coordenadora: Mas a Gisele, movida por esse sentimento de raiva, de sentir traída e ao mesmo tempo de se auto-colerizar, isso deu conta pra ela romper com isso...

Gisele: Ahã, isso!

Coordenadora: isso é fundamental, os nossos sentimentos que vocês estão falando que são do inimigo ou que são ruins, eles nos ajudam também a dar um pouco dessa noção de auto-preservação, né, o que eu preciso reconhecer nessa raiva, medo, o sentimento de traição, tudo isso nos coloca um alerta, isso aqui eu não aguento mais, se eu continuar fazendo isso eu estou me matando, estou caminhando para a morte, não estou caminhando para a vida... Então é fundamental que esse tipo de pensamento não seja um pensamento pra eu atuar aquilo, to com raiva, vou matar, mas eu estou com muita raiva, isso aqui é demais pra mim, eu preciso fazer alguma coisa com isso, eu preciso, eu preciso, qual vai ser a coisa, o que eu vou fazer, aí cada uma de vocês vai conseguir decidir dentro do contexto de vocês, né? Eu vejo vocês falando assim, né? Eu tava muito vulnerável porque eu tenho que carregar as minhas filhas, e isso é uma preocupação, então...

Gisele: Então ele falou assim, ele colocou assim também, né, ela não vai ter coragem, ela não vai ter coragem de fazer isso porque onde vai dormir, né, já tava uns dias praticamente, né? A gente veio agora, tem o que, tem...

Coordenadora: Umas quatro semanas...

Gisele: Um mês e pouco, é...

Mais adiante é possível transformar as ansiedades que circulam em torno do emergente violência em uma imagem que possa simbolizar a frustração dos ideais, instaurar uma posição depressiva, para que o novo possa emergir.

Coordenadora: Da onde que vocês acham que vem isso que vocês falam desse aguentar essas violências?

Gisele: Pela família, pela minha família, eu aguentei, pela minha família, porque ó, ele ser o pai das três filhas, né, eu nunca ter conhecido outro homem, só conheci ele de homem, eu nunca tive um caso fora, ele foi o meu primeiro homem, então eu vivi aquilo ali, então, eu tinha que passar mesmo por isso aí, eu tinha que falar assim, não, eu fui até aqui porque foi o meu limite e quando eu falei, quando eu decidi a vir pra cá, eu quis acabar com isso, aí ele falou assim, mas você está destruindo a nossa família... Não, eu não estou destruindo a nossa família, a minha família é eu e minhas filhas, a sua família pode ser você e suas filhas, agora só não pode ser mais nós dois juntos. Eu não consegui te perdoar de coração, de boca a gente fala, mas de coração não perdoa, no coração não consegui, então eu acho melhor você viver a sua vida e eu viver a minha. Então assim, ele achou que tava tudo bem, que eu tinha esquecido sabe, mas não consegui. Então eu resolvi vim embora.

Coordenadora: Você falou há uma meia hora atrás e eu estou com a imagem do príncipe... esquece o príncipe no cavalo branco...

Gisele: Ele veio assim. Ele apareceu na minha vida assim...

Coordenadora: É, me lembrei disso porque você trouxe muito a coisa da princesa, né, virgem, pura, que idealiza aquela família com um único homem e tal, e o quanto que a mulher sempre vem imbuída de uma feminilidade construída em cima da fragilidade, da dependência do homem, da pureza, uma série de coisas que servem pra que, né? E aí você quebrou isso, e quebrou alguma coisa em você, né, talvez pra você a grande traição tenha sido essa né?

Gisele: De verdade, não foi pelo fato dele ter pegado essa mulher lá, sabe, eu não sei, foi um momento de fragilidade minha, foi um momento que eu precisava muito e ele não estava ali e não sei mais o que, que quebrou mesmo, rompeu.

Coordenadora: Seu conto de fadas...

- **Sexto encontro:**

No sexto encontro estavam presentes Jerusa, Jéssica, Teresa, Fabiana e Neide. Como existem pessoas novas, iniciamos com a retomada do enquadre e da tarefa:

Coordenadora: Então, gente, esse grupo aqui, ele é um grupo pra gente se fortalecer, tentar entender a ajudar os nossos filhos, os filhos de vocês que não estão conseguindo frequentar a escola o tanto que o Bolsa Família exige de vocês pra receber o benefício. Porque o Bolsa Família exige isso? A gente entende que toda a criança e adolescente tem o direito a frequentar a escola e ter uma ótima frequência escolar, ou seja, ir todos os dias na escola. Isso é um sinal de proteção, é um sinal de garantia de direito, onde a

criança vai estar em um lugar seguro onde ela possa se desenvolver bem e daí quando o Bolsa Família percebe, o sistema em comunicação com as escolas que as crianças não estão frequentando a escola ou estão com muita falta, eles percebem que a família está com uma dificuldade ali, então o que eles fazem, eles começam a alertar a família, eles fazer primeiro uma advertência escrita no canhoto lá, os seus filhos estão faltando muito na escola, regularize sua situação. Na segunda vez que isso acontece, eles bloqueiam o benefício de vocês por 30 dias, vocês ficam um mês sem receber o benefício, se a situação vai se repetindo, vocês vão ficar sem receber dois meses na primeira suspensão, mas dois meses na segunda suspensão, só que a ideia não é punir, a ideia é tentar ajudar vocês a superar essa dificuldade, então o que a gente faz, a gente oferta o acompanhamento familiar, que é esse grupo aqui, enquanto vocês estão no acompanhamento vocês não vão ter o benefício de vocês suspenso nem bloqueado, vocês vão receber o benefício, mas a ideia é que vocês permaneçam no acompanhamento até resolver a situação, quando a gente vê que a criança tá frequentando direitinho a escola, aí a gente libera do acompanhamento, aí vocês voltam, lógico, a sofrer de novo as penalidades do programa, caso volte a situação a se repetir. E se necessário, vocês voltam pro acompanhamento. Então a ideia é ter realmente um lugar de apoio pra vocês, porque quando uma criança ou um adolescente está com dificuldade em frequência escolar, a gente percebe que tem outras coisas na família que também acabam contribuindo para que esse adolescente e essa criança fiquem fora da escola. Outros problemas, que não é só o adolescente, o adolescente é como se fosse a pontinha do iceberg, vocês já viram a imagem do iceberg. No mar, tem uma pontinha e embaixo do mar tem um monte de gelo, que não dá pra ver da superfície, embaixo do mar tinha uma coisa imensa e quando você vê por cima do mar, só tem uma pontinha de gelo, que é o filho de vocês que não quer ir pra escola e quando a gente vai ver, tem muita coisa, né? Por exemplo as dificuldades que vocês passam todos os dias com relação à moradia, com relação aos conflitos que vocês podem ter em casa, com relação ao lugar que vocês moram que pode ser um lugar mais violento, tem várias questões que podem influenciar nisso. Então essa reunião é pra isso, tá? Ela tem duração de uma hora e meia, ela acontece todas as semanas, as quintas-feiras, com início às 9:00, com tolerância pra chegar até às 9:15. E a gente termina às 10:30. Assim dá tempo de vocês no horário intermediário da escola dá tempo de sair daqui e buscar os filhos às 11:00.

A tarefa do dia é enunciada como uma reflexão que elas devem fazer a cerca da seguinte questão: *“Porque meus filhos não vão à escola?”* As primeiras hipóteses construídas, especialmente por Jerusa, é a influência dos amigos, gerando rebeldia. Rebeldia que é recebida em casa com violência *“quebro a sua boca, mas você não vai falar palavrão”*. E também de experiências traumáticas, como as duas vezes que a filha ficou em acolhimento institucional. Continua circulando com muita força o machismo introjetado nelas e a resignação religiosa: *“só por Deus!”*. Ao apontar o

limite absurdo da violência a que estão vivendo, Roberta, Neide e Jéssica captam o registro de impotência a que estão submetidas:

Neide: É quando não tem mais jeito na vida...

Fabiana: Eu não sei mais o que faço, Coordenadora, também fia...

Jéssica: Então é só Deus pra guardar porque saiu dos nossos limites...

Jerusa passa a perceber as relações entre o abrigo da filha, sua rebeldia e a violência que sofrem dentro de casa, suas associações avançam da queixa e oração a Deus para nomear sua responsabilidade no sustento dessa aliança violenta:

Jerusa: Hoje, eu Jerusa, hoje, preciso desapegar, porque...

Jéssica: Tem uma força em você que você não sabe, eu também tenho seis filhos, eu também criei eles sozinho...

Jerusa: Eu tenho que desapegar desse medo de viver sozinha, desapegar e criar meus filhos sozinha, depois de 19 anos, pra mim foi importante porque eu tive meus filhos, eu gostei, nunca traí e fiz um vínculo e preciso me desapegar disso aí, desapegar dele...

Jéssica: Aí você vai trazer seus filhos pra você, é igual eu...

Jerusa: Preciso arrumar um serviço, preciso arrumar uma força, preciso, primeiro porque eu to desempregada, tenho que arrumar um serviço, ficar um bom tempo e depois arrumar uma casa, pra ir desapegando dessas coisas, pra mim ter força pra ir pra frente e falar chega, e eu por um basta nisso, porque senão eu fico naquela dependência dele, quero uma coisinha ou outra, uma coisinha amanhã, como que vou ter força, uma independência da casa da mãe dele, que não tá pra nada...

Tal movimento é acolhido e reconhecido pela coordenadora e pelo grupo, que dá continência ao processo de Jerusa, porta-voz das violências enfrentadas por todas:

Coordenadora: E você tá vindo, olha só, desde o primeiro encontro você nem falava em separação, você falava muito sobre ele se transformar, quem sabe a situação muda, hoje você tá muito mais empoderada pra dizer eu preciso mudar essa situação e se focar nisso... é uma transformação que a gente tá vendo aqui e que é importante pra você e pra tua família, importante você perceber como assim, qual foi a tarefa do nosso encontro? Pensar porque os meus filhos não vão pra escola, e olha onde a gente chegou, quer dizer, a situação de violência.

Fabiana: De humilhação, né?

Coordenadora: De humilhação, dentro de casa, de dependência, de controle, de acorrentar a filha, né...

Jerusa começa a chorar.

Fabiana: Não chora, não, que você é capaz...

Coordenadora: Ou chora...

Jéssica: é bom chorar, deixa chorar, ela chora e aí já...

(...)

Jerusa: Eu falo pra Deus... Isso me faz muito mal...

Fabiana: Te faz mal mesmo, porque você fica presa, oprimida...

Teresa se identifica, reconhece sua pactuação nas situações de violência e inclusive o quanto ficou violenta na relação. Verbaliza o desejo de todas: “A única coisa que eu quero só é o divórcio e ele não quer me dar”. A reprodução indefinida da violência já está clara para o grupo, mas a impotência frente a ela continua igualmente presente.

Coordenadora: O que eu percebo aqui no grupo e que vai e vem é o quanto a violência prejudica o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes e o quanto a gente violenta pra resolver a violência...

Jéssica interrompe: E engraçado que eu pensava que quando era pai não tinha tanta violência, mas no caso delas duas né, são pais...

Coordenadora: São pais, não importa na verdade da onde vem a violência, porque por exemplo, no caso até que a Teresa ta trazendo, na tentativa de resolver a violência, ela também é violenta... ela usa da violência tamanho desespero...

- **Sétimo encontro:**

Estavam presentes na reunião Denise, Gisele, Juliana, Teresa, Jerusa e Caroline. A tarefa proposta para o dia foi de análise e investigação coletiva dos recursos do território para que pudéssemos trabalhar as potencialidades, tendo já diagnosticado as principais vulnerabilidades, sendo o principal emergente a violência.

Há uma ressonância inicial com relação à gravidez na adolescência e o risco de morte do bebe, muitas histórias circulam. Juliana acaba de parir seu filho e

Caroline está no final da gestação, parecem verbalizar seus medos do parto e puerpério. Há uma acolhida por parte do grupo e uma identificação das avós desses bebês, que também engravidaram cedo e ao mesmo tempo uma dificuldade de acolher as filhas como mães, assumindo certo controle da situação, desqualificando as filhas. A coordenadora procura acolher esse movimento do grupo e apontar a dificuldade de dar autonomia para as filhas, exigindo autonomia paradoxalmente.

Jerusa: Ela que ta dando banho?

Gisele: Ela não. Ontem foi a minha irmã, hoje quando eu chegar vou falar, ninguém toca!

Coordenadora: Tá se realizando com o netinho, né?

Gisele: É que esse negocinho... tem hora que... ela ta dormindo, ela ta tacando a mão na cara do menino, eu acordo e falo se acontecer alguma coisa com ele eu te pego, viu? Não mãe, calma! Calma nada, presta atenção! Ela tem um péssimo, aí minha irmã fala, ela tem um péssimo... ah minha irmã fala de uma menina, novinha ela sabe, mas sem cabeça, teve 10 filhos, mas um ela matou, ela deitou por cima do menino de 5 kg. 5 kg o menino com ela...

Caroline: A minha vizinha também, ela foi dar o peito, e o bebe sufocou...

Gisele: Com o peito na cara...

Caroline: Mora perto da minha tia lá...

Gisele: Mas acontece, acontece... acontece... é tragédia... ela quer dormir pertinho dele...

Coordenadora: Mas ele não fica no carrinho?

Gisele: Então, eu vou arrumar o carrinho dele hoje... Que não foi lavado, né? Eu achava que ele nem vinha pra quando veio, eu falei, quando eu ganhei ele, falei vou levar e deixar pronto, arrumar o carrinho e colocar ele no carrinho... pra ela não ta... aí eu ganhei um daquele bebe conforto...

Denise: Não deixa dormir...

Eu agora sei mais do que tudo também...

Jerusa: Ah, mas é assim mesmo..

Coordenadora: Mas é o momento dela de viver isso também...

Gisele: Aí eu deixo também sabe, só falo pra ela ó, só cuida dele direitinho, não deixa o peito na cara, se ele vai sufocar...

Coordenadora: Queira ou não, tem também uma quantidade aí de instinto de fato de cada mãe saber exatamente o que é melhor pro seu filho.

Gisele: é, eu sei, eu to fazendo, mas ó, ela...

Jerusa: A Geisa é uma leoa, com o meu neto agora, é uma leoa, ela cuida, ela faz, nossa ela tem um amor, entendeu, agora ela é uma leoa, que sabe...

Gisele: você acredita o que ela fez? Ela pegou, cheguei ontem era umas 19 horas, fui fazer a faxina, tava cansada, aí eu olhei, ele tava com um bodiezinho aqui, de calça, aí eu olhei e falei Juliana porque você não colocou um macacãozinho nele? Ele ta com calor...

Jerusa: Não tem noção né?

Gisele: Ele ta com calor... Eu vou colocar o macacãozinho porque ele ta geladinho... é mãe? Coloquei o macacãozinho... Deixei ele bonitinho, quietinho, aí ele dormiu, ele tava todo... aí ele teve calor de novo! (ri) Ela arrancou o negócio e jogou pra lá e menino começou atchim, atchim, atchim e hichic (imita soluço) (Enuncia recomendações à filha tão baixinho que não dá pra ouvir)... Filha, neném não tem calor, ele não tem calor, ele tava num lugar quentinho... (fala baixinho de novo) mas ela cismou que o neném tem calor!

Jerusa: é porque ela ta sentindo calor...

Gisele: Ela ta com calor, não o neném! (ri) Aí ela deixou... falei deixa ele bonitinho...

Jerusa: É um momento único, né? É um momento único, pode ter 10 filhos..

Gisele: Ao mesmo tempo, eu quero deixar ela cuidar, ela cuidar, ela fazer, e eu fico meu deus do céu, mas ela vai fazer tudo errado... Deixa Gisele, deixa Gisele, ela tem que aprender... (ri)

Coordenadora: Como que foi com você, Gisele, sua mãe te ajudou?

Ainda aqui, a questão do machismo circula especialmente com a questão do reconhecimento de paternidade, disparando sentimentos de humilhação, raiva, desamparo e ao mesmo tempo uma operação psíquica de ataque à filiação, aos vínculos filiativos, agravando a situação de vulnerabilidade da família. O direito à pensão é simbolizado como humilhação, mas verbalizado racionalmente como direito.

Roberta: Igual a minha sobrinha, a Melissa, minha sobrinha que ganhou neném agora, que tem 15 anos, o neném tem dois meses, ela largou do marido dela, porque viu que o marido dela não vale nada, tem 19 anos, tá com a minha irmã, da Solange, ela largou do marido, ta com nenê na casa da mãe, com 15 aninhos, agora ta correndo atrás de pensão pro menino, tem como pedir a pensão e resolver a situação, ela é de menor...

Gisele: Eu também tenho que ver esse assunto, só que assim eu tenho que esperar primeiro ele registrar.

Roberta: É, tem que registrar.

Gisele: é então, mas a tartaruga que ganhou as olimpíadas e que ta perdendo ainda, ele vai pegar o RG que foi feito ontem, né, porque teve o tempo todo do mundo, ai que vontade de bater nele, porque ele é muito lento! Sabe, ele não tem aquela coisa de tirar o pé do chão e falar eu vou andar.

Roberta: De agilidade, né?

Gisele: não, ele fala eu vou arrastar, porque se tirar o pé do chão posso cansar...! (ri)

Roberta: é descansado, né?

Gisele: é! Olha ontem a Juliana morrendo de dor...

Jerusa: Ele tem quantos anos?

Gisele: 20.

(...)

Gisele: Ah, eu fiquei tão triste com essa cesária... aí, Juliana mais pra que essa cara... tem hora que olho pra ele e dá vontade de socar"... Ela ta percebendo, assim sabe, a impaciência que ela ta agora com ele, ela ta vendo... não quer dizer que eu tenho que ficar com ele, né mãe? Não, você vai ficar se você quiser, se você acha que não deve... Quer ficar com ele, pode ficar... Se não quer ficar com ele, então aqui eu não quero ele no meu cantinho, entendeu? Aí a mãe dele, quando a gente chegou da Bahia, a mãe dele chegou pra mim e falou"ele assim, to sabendo que a menina chegou da Bahia... "Anderson, esse bebê não é seu! Esse menino não é seu!" Aí ele olhou pra ela e falou, não mãe, é meu sim. É meu, tava com ela, foi eu que tava com ela... "Anderson, não é seu!" Ela querendo o que? Tirar a responsabilidade dele, né? Aí, o médico deu 5 meses de gestação... aí, falei, eu quero falar com você, vem cá... Quanto por cento você acha que esse filho não é seu? 100% que é meu.. Sem elas, só nós duas... 100% que é meu... o nenê é meu... Então ta... Aí eu fui lá, elas quiseram fazer o chá de bebe, aí quando terminou o chá de bebe, ela chegou com uma cesta cheia de coisa... (imitando irônica/debochada) "Ai, tá pequenininho ainda"... Aí Juliana olhou pra cara dela e fez assim (imita uma cara amarrada)

Jerusa: e engole, né?

Gisele: "Ai, e como, ai, mas eu não vejo a hora de nascer, não vejo a hora de eu pegar e levar ele pra casa..." E ela só assim...

Jerusa: (inaudível)

Gisele: Aí quando nasceu, a gente avisou, "Ah, to indo pra aí!" Aí foi fazer o DNA, né? Porque de verdade, ela foi mesmo fazer o DNA, só que não deu...

Coordenadora: Ah, é, é nesse momento?

Gisele: Não, ela foi fazer o DNA no olho...

Coordenadora: Ah, ta...

Roberta: Pra confirmar...

Jerusa: Pra olhar...

Gisele: Pra confirmar... Porque diz que filho de pobre, a mãe faz o DNA olhando...

Coordenadora: ah é? (todas riem)

Jerusa: Aquele ditado que assim que é... tem um ditado lá...

Gisele: E eu falei pra ela, mas a bisa dele é uma maravilha, mas ela é assim, meio que arrogante, sabe, meio que narizinho em pé e a bisa dele olhou e falou assim, a Selma ta achando que o nenê não é filho dele, eu olhei pra ela e falei assim, 'tá, eu não sei... só sei que meu neto ele é... meu eu sei que ele é... agora se ela ta achando que não é dele, ela paga um DNA é rapidinho, ó, rapidinho a gente sabe se é ou não é...' Aí elas me chegaram com uma cesta desse tamanho, de tudo que você pensar, falei ta bom, deixa estar... aí ela pegou uma lavanda da Johnson, enfiou no nariz de Juliana (ri), falou ó, quero que meu neto cheire isso aqui, viu? Ele só pode... aí Juliana olhou e fez uhum... Ela virou as costas e meu sobrinho, três meses, ela falou, tó tia! Meu filho não vai cheirar isso aqui não, meu filho vai cheirar o que eu quiser!

Uma situação muito concreta atravessa o grupo, quando a coordenadora sai para buscar um café para as participantes, Caroline, jovem de 18 anos grávida fala que está com fome e ainda não teria comido nada, era pouco mais de nove e meia da manhã. As fantasias de morte tem um apoio muito concreto do risco que a sobrevivência corre. A coordenadora busca pães com manteiga de outro programa social, pois não temos recurso para o grupo do PAIF e a partir de então o pão com café é garantido nas reuniões. Já havíamos solicitado tal recurso, mas tinha sido negado.

Para a tarefa, propusemos quatro grandes temas para análise do território: Saúde, Educação, Trabalho/Qualificação profissional e Lazer. Observamos que as famílias sentem-se desamparadas e atacadas por quase todas as instituições, sendo as piores saúde e educação, provavelmente às quais fazer uma interface maior, utilizam mais. Consideram o CRAS, a Casa da Mulher, especialmente o MOVA e os cursos, e os cursos da Secretaria do trabalho. Nesse momento trocam muitas informações sobre as próprias experiências nesses órgãos, configurando um

momento rico de partilha e constituição de apoio-mútuo. Gisele, que não trabalha há tempos com carteira assinada, divide a experiência de não ter sido admitida na última oportunidade que teve por estar grávida. A articulação mulher-mãe-vulnerabilidade volta a emergir:

Coordenadora: Gente, bom a gente tem que encerrar, já passou 10 minutos, de tudo o que vocês trouxeram aqui, acho que de novo veio uma responsabilidade imensa e você fechou com essa fala aí de que não pôde ser contratada porque estava grávida... então a gente vai vendo o quanto que as mulheres, exatamente por essa responsabilidade de gerar, parir, engravidar...

Gisele: Passa por muita humilhação...

Coordenadora: Acabam ficando mais vulneráveis, tanto aos domínios e controle de um homem quando te dá supostamente sua dependência financeira, seu sustento, quanto vulnerável quando esse homem nem ta presente na sua vida, que nem colabora ...

Gisele: Que nem alguém que eu conheço...

- **Oitavo encontro:**

Estão presentes Roberta, Fabiana, Gisele, Jéssica, Célia, Teresa e Caroline. O coordenador retornou das férias nesse encontro. Retomamos a tarefa da linha do tempo, para um apoio de apresentação das pessoas que chegaram e retomada do processo da história de vida de cada uma e o que isso reverbera no grupo. Antes do início de realização da tarefa, Fabiana partilha com o grupo que conseguiu uma vaga de psicopedagogia para sua filha na clínica da Universidade de Guarulhos. Está confiante, pois a filha gostou da pessoa que a atendeu. Célia se identifica e relata que já tentou alguns atendimentos com o filho, mas ele rejeitava, como aconteceu outras vezes com Fabiana. Célia apresenta uma situação de extrema vulnerabilidade social, o atendimento tem interface com o Conselho Tutelar e o CREAS pela situação de trabalho infantil do filho.

Fabiana inicia a tarefa apresentando sua linha do tempo, partilha acontecimentos, sentimentos e ambivalências. O histórico de abandono, desamparo e violência são os emergentes de sua fala, bem como os sentimentos de medo, vergonha e humilhação.

Em meio a fala de Fabiana, Teresa e Caroline chegam excessivamente atrasadas e uma filha de Denise chega juntamente com elas, com a intenção de substituir a presença de Denise. Nesse momento retomamos o enquadre novamente, restituindo a função continente e a valorização delas como sujeitos singulares, protagonistas daquele processo grupal, insubstituíveis:

Coordenadora: Acho que é importante retomar isso, gente, uma coisa é a questão do horário, né, assim, é fundamental a gente respeitar o horário pra gente poder realmente ter uma troca em que todas acompanhem o processo do começo ao fim... E outra coisa é que vocês não são substituíveis, não dá pra vir alguém no lugar de vocês, porque são vocês que estão no processo, né? Não é uma coisa pra vir pra cumprir uma burocracia, assinar um papel e pronto. A gente quer realmente a presença de cada uma de vocês aqui, por isso eu pedi pra filha da Denise sair e a filha mais velha de Teresa, porque não tem a necessidade dela ficar porque não vai acompanhar as reuniões. Tudo bem, gente? Então ta, a Fabiana ta aqui fazendo a apresentação dela da linha do tempo que a gente fez, algumas pessoas fizeram outras ainda não, então a gente retomou essa atividade, a Teresa também não fez, então a Fabiana ta aqui apresentando pra dar início e pra explicar pra vocês como que a gente sugeriu que fosse feito...

Continuamos a nossa tarefa-atividade e Gisele também apresenta histórico de violência intrafamiliar desde a infância e o desamparo do pai de suas filhas para com elas. Percebe que foi do reconhecimento das crises em seu casamento que pode construir uma ruptura, “*se rebelar*” e buscar sua autonomia. No entanto, o movimento do grupo, inclusive de Gisele é a busca pelo apagamento das “*coisas ruins*” e “*guardar os momentos bons*”. A coordenadora busca então favorecer a integração dessas coisas ruins na possibilidade de superação: “*Apesar de que me parece que é pelos momentos ruins que vocês conseguem fazer as viradas, né?*” “*Ah, não, é dá mais força pra gente.*” “*É, com as experiências que a gente passa né, eu aprendi...*”

Roberta em sua apresentação compartilha a difícil experiência de ter tentado abortar a filha mais velha de várias formas e as situações de abuso sexual sofrido pelas duas filhas mais velhas. O grupo fica bastante paralisado com seu breve e

intenso relato. Um silêncio acompanha os instantes seguintes, o grupo encontra um limite para a violência: a violação sexual das jovens.

Jéssica emenda sua narrativa, abordando a perda da mãe muito nova e o abandono e desamparo familiar desde os 10 anos de idade. Também compartilha uma situação de aborto, mas que foi efetivado, além de tentativa de abuso sexual por parte de familiares. Tem um histórico grave de violência doméstica e está vinculada em todos os órgãos de proteção social do município, especialmente com a questão da violência doméstica.

Célia apresenta a condição de deficiência mental e epilepsia, relata que nunca estudou e não sabe ler, por isso a coordenadora auxiliou sua produção da linha do tempo. Inicia seu relato dizendo que teve uma adolescência muito feliz, pois tinha referências de cuidado importantes, sua mãe e seu irmão. Conta com muita tristeza sobre o falecimento do pai quando ainda era bebê e do falecimento do irmão há 4 anos. Sobrevive de doações de cesta básica e programas sociais. Como as demais participantes do grupo, a indiferenciação dos papéis mãe-mulher está absolutamente marcada em sua trajetória, o nascimento de seus 3 filhos são as marcas de sua linha do tempo.

Teresa dá continuidade à narrativa grupal, apresentando sua linha do tempo. Inicia com muita dificuldade, o coordenador também a apoiou, pois também não é alfabetizada. Relata que ainda bebe pegou meningite e chegou a ser desenganada pelos médicos. Considera que quando criança foi mais adulada por conta do problema de saúde, no entanto percebemos que foi negligenciada e muito nova foi exposta a diversas situações de risco, do tempo que morou com sua irmã que era envolvida com o crime organizado. Foi muito agredida e violentada por essa irmã. *“Deus que me perdoe dizer isso, eu comi o pão que o diabo amassou...”* Refere-se a si mesma como morta. Relata que a irmã que tinha mais afinidade e era *“ligeira”* foi assassinada pelo marido, que se matou depois. Diz que seu casamento foi forçado, não desejava casar e percebeu-se ausente do próprio casamento, buscando pela ausência afetiva a sua preservação da violência da situação *“Eu não estava ali na hora”*.

Após as apresentações, a coordenadora solicita que relacionem as trocas que tiveram com a dificuldade de levar os filhos para a escola, suas histórias de vida e o motivo de estarem no grupo:

Teresa: Bom, eu acho assim, desde criança a gente vê o pai e a mãe brigando, a gente põe na cabeça de pequeno que a gente vai viver essa vida... da casar, vai viver a mesma vida que o pai e a mãe...

Coordenadora: Isso se naturaliza como uma coisa que vai acontecer...

Teresa: E é a verdade mesmo...

Coordenadora: E você percebe que isso aconteceu com você?

Teresa: aconteceu comigo, porque minha mãe e meu pai brigava muito, aí que aconteceu, eu digo por mim, né, que eu botei isso na cabeça, agora to tendo que me virar...

Coordenadora: E o que vocês acham?

Jéssica: No meu caso, eu acho assim eu admirava muito minha mãe, né, eu tento ser assim uma boa mãe, levar eles na escola, mas os erros que ela teve, ela teve vários relacionamentos e eu sou a única que parece que... que...

Coordenador: Que reproduz...

Jéssica: é, entendeu, assim a gente é bem parecida, ela era muito batalhadora, corria atrás das coisas, tinha muita dificuldade, parece que de todos, a verdade dos meus seis irmãos, se for ver acho que estão pior ainda do que eu, um ta preso, o de 10 meses foi preso, ele queria ter um... não teve a oportunidade de ter uma vida melhor e aí ele já foi... meu padrasto já arrumou uma mulher, a mulher batia nele e afastou, né, porque nós era uma família, minha mãe era o centro de tudo, aí quando ela morreu foi cada um pro seu lugar...

Coordenador: Sua mãe teve seis filhos e você teve seis filhos... agora são sete...

Jéssica: É, agora tem essa gravidez... Foi bem parecida a história...

Percebemos aqui a violência com bases na reprodução familiar apoiada no contrato narcísico, naquilo que lhe sustenta e o que lhe falta, no investimento narcísico que não tiveram e na atmosfera de violência introjetada como referências na constituição dos vínculos:

Coordenadora: Eu to assim pensando, que algumas de vocês trouxeram uma situação que em momentos em que vocês precisaram de muito apoio, vocês não tiveram, né, apoio...

Fabiana: É bem isso mesmo...

Coordenadora: Em momentos cruciais de apoio... e como é difícil também no decorrer do tempo, as pessoas reconhecerem que aquilo ali vai provocando efeitos pra vida... e como que a gente pode ir ressignificando isso por novos apoios, por exemplo esse grupo e outros espaços, como a casa da mulher, de repente o mova, né, um trabalho, como vocês podem reconstruir esses apoios que vocês perderam...

Jéssica: Disso que a Coordenadora ta falando, se vocês analisar, todos nós queríamos ter uma família, ninguém queria igual eu tenho um monte de filho, ninguém queria igual, né, a senhora falou, meu irmão sofre, meu irmão ta preso... falo meu deus, eu era de... eu era... não tinha idade, eu queria ter vivenciado outra situação, mas muitas vezes você não tem o que ajudar, né? Você quer, igual a senhora, vejo isso com todos esses problemas, e ela queria que tivesse, mas não depende só deles muitas das vezes...

Apostamos então na explicitação da importância da malhagem afiliativa para reconstituir a função continente dos sujeitos que tiveram seus vínculos filiativos constantemente atacados. Ao que as participantes reconhecem a importância dessa malhagem:

Fabiana: Eu mesmo agradeço primeiramente a deus, falei pra Coordenadora, porque eu cheguei aqui, Coordenador já conhece, eu cheguei muito arrasada, muito mal, muito estressada, mas aos poucos eu fico em casa analisando, vou lavar louça, lavar roupa, eu fico pensando em casa situação, porque eu pensei que pra mim, né, aquele momento era o fim do mundo, né, a Coordenadora ainda falou “Fabiana, se você quiser” (ri), eu nunca vou esquecer, Coordenadora, “se você quiser, né, você pode ta vindo”, eu falei “eu preciso, porque vou dar um infarto”, porque pra mim foi o fim do mundo aquela situação, eu tinha a Maria como a minha bebe, né, tinha ela ali, não é a minha bebe, não faz, o povo falava, eu falava não, não é, sabe, brigava e muitas vezes...

Gisele: Você sabe que a Fabiana, não sei como que ela chegou aqui, porque até então eu não tava, mas você consegue ver a dimensão de quando eu cheguei aqui também, naquele desespero, eu nossa, eu vivi intensamente sabe e o único lugar de apoio que eu encontrei foi eles aqui, eles me apoiavam, eles me ouviam, eu chorava, eu lamentava...

Fabiana: Eu também cheguei aqui eu não sabia nem falar direito, né Coordenadora?

Gisele: Eles me davam conselho e quando eu chegava em casa eu ia refletir e falava nossa, mas é isso mesmo, eu não queria aceitar, sabe, eu tinha a minha opinião, entendeu, mas não era a minha opinião que estava...

Fabiana: Em jogo, né?

A partir desse momento, elas começam uma associação das reproduções que projetam nos filhos, os ideais da família, do casamento, da maternidade como objetivo único de uma mulher, do homem como provedor, abrindo espaço para questionar esses modelos e flexibilizar os ideais:

Coordenadora: Porque saber o que é uma família tem que ser pai, mãe e filhinho?

Gisele: Não, é porque eu acho que família, família, no caso eu tive essa... como é que fala?

Coordenadora: Esse modelo...

Gisele: É, esse modelo, né, pai, filho e mãe...

Coordenadora: que não garante a felicidade...

Gisele: Que não garante... Ela, ela não quer...

Coordenador: Vocês viram isso na vida de vocês...

Gisele: Ela não quer, ela fala assim, mãe, eu não quero morar com ele porque ele é irresponsável.

Roberta: amadureceu... (alguém fala: é)

Gisele: ele não ta nem aí pra nada, ele pra levantar o pé demora... eu falo, isso aí é uma opinião sua, se você quiser morar com ele vai morar, se você não quiser morar com ele você não mora, o importante pra mim é você cuidar do teu filho, se você cuidar dele, olha a gente vai ser sua família, se você tiver com ele vai ser sua família lá, e a gente vai ta aqui, se não, a gente vai ser uma família por completo.... aí ela fala eu não quero, sabe porque, porque vai ser a mesma coisa que a senhora viveu eu vou ta vivendo...

Coordenadora: Essa flexibilidade que você está oferecendo, ela dá muito mais apoio, a gente tava falando de apoio, dá muito mais apoio, do que aquela estaca rígida, que se você se apoiar ela quebra, entendeu? Se você trazer um modelo muito rígido ele quebra...

(...)

Fabiana: "Vamos ver se você vai limpar a casa, cuidar do bebe e cuidar do marido... São três coisas", falei pra ela, "você vai conseguir?"... Ela falou: "Você conseguiu!" Ah, Coordenadora (ri), chorei!

Coordenadora: E você, engraçado, colocando ela nessa realidade de que tem que cuidar de casa, marido e filho, como se esse marido não pudesse cuidar dessas coisas também...

Fabiana: é... (como quem diz pra si mesma)

Coordenador: É uma responsabilidade conjunta...

Coordenadora: A responsabilidade não é só dela...

Já passados 20 minutos do término, conversamos sobre esse transbordamento que afeta o enquadre, indicando que o excesso vivenciado pelas usuárias são um emergente no próprio enquadre. O tempo não é o suficiente, e nem seria. Portanto, não se trata de ampliar o horário, mas confiar que o enquadre suporta os depósitos, dá continência e pode sustentar no intervalo da semana as questões em aberto. O encontro foi ultrapassado em 45 minutos.

- **Nono encontro:**

Estavam presentes Jéssica, Gisele, Denise, Caroline, Teresa, Fabiana e Lucia. É a primeira vez que Lucia participa do grupo. Retomamos o contrato do grupo na acolhida e apresentação de Lucia. A tarefa do grupo proposta foi de desenhar um mapa a partir da própria casa, com o objetivo de reconhecer no território 3 pontos negativos ou que representam vulnerabilidades e 3 pontos positivos, ou seja, potencialidades do território. E compartilhar posteriormente as produções.

Com relação aos conteúdos explícitos, em sua maioria as usuárias reconheceram como pontos de vulnerabilidade o tráfico, o uso de drogas nos espaços públicos, a violência, os bailes de rua, a gestão do lixo, e como pontos positivos as escolas, igreja, o CRAS, a casa da mulher, praças, casa da mãe, as árvores. No entanto, conforme elas vão compartilhando suas produções, vamos percebendo como emergente a própria atmosfera do grupo.

Após um longo relato de Denise sobre a relação de tensão entre o espaço público da rua e o espaço privado da casa, a oferta de um nome parece oferecer uma possibilidade de reconhecimento do que está se passando, trata-se de uma invasão e indefinição no território das fronteiras do dentro e do fora, desorganizando sobremaneira as relações na comunidade. Ficam expostas pelo som, pelo clima, pela ambiência, pela violência a brigas, assassinatos, acertos de contas do crime organizado e não podem se manifestar. Estão oprimidas pelo território. Relatam

ainda conflitos importantes com a equipe da UBS que fica dentro da comunidade, com profissionais igualmente expostos a essa realidade, pelo menos no horário comercial. A imagem de serem tratadas como animais num zoológico é usada por pelo menos três usuárias, simbolizando talvez a fragilidade do pacto civilizatório no território, sob o risco de retorno à barbárie. *“falei porque vocês mudaram, tiraram uma pessoa boa pra colocar uma de zoológico aqui dentro?”; “não é porque eu moro aqui que eu vou ser tratada do mesmo jeito que você quer me tratar, só que assim, você ta no lugar errado, entendeu, seu lugar é no zoológico!”; “foi, aí eu não aguentei, falei” você devia estar lá no zoológico!”*

Coordenadora: Uma coisa que eu vejo também assim, é que vocês, só dessas, de vocês 3 que falaram, ainda falta mais 3 falar, mas de vocês três que falaram, eu sinto que vocês se sentem atacadas de muitos lados e o tempo todo... como se o tempo todo vocês estivessem com os próprios inimigos...

Fabiana: E tem que lutar, né?

Gisele: isso...

Coordenadora: Sendo invadidos, então vocês também estão o tempo todo defensivas e contra-atacando, então talvez se vocês tivessem um pouco menos atacadas por todos os lugares, vocês tivessem mais tolerância pra dizer assim, olha, não precisa falar assim comigo...

Gisele: Isso...

Coordenadora: Então quando a gente propõe esses grupos pra poder pensar essas situações é exatamente pra gente poder desenvolver essa capacidade de refletir na situação antes de ir pro bate-pronto e contra-atacar e ir pra cima, porque quando a gente tá só exposta a essa realidade que ataca, a nossa, o nosso instinto é contra-atacar... mas nem sempre isso vai resolver...

Fabiana: Mas foi bem nesse momento...

Coordenadora: Você tava nervosa...

Fabiana: Muito estressada e aí...

Coordenadora: Aí você já ouviu funk o fim de semana inteiro, aí você vê as coisas na rua...

Fabiana: Problema dos filhos, da família, aí...

Coordenadora: Chegou uma coisinha que alguém te falou, “olha eu não vou poder te atender hoje”...

Gisele: É verdade... mas menina, é uma coisa de falar assim, você tomou um murro na cara, agora eu vou ter que devolver...

Com relação ao território emergem os mesmos sentimentos que associam às situações de violência: humilhação, vergonha, medo. Sentem-se extremamente agredidas com as situações de uso de drogas e práticas sexuais na rua durante os bailes, buscamos explicitar os conteúdos que foram jogados verborragicamente no grupo:

Coordenadora: Parece que vocês estão falando assim, de uma certa invasão do que é público na casa de vocês, e uma exposição do íntimo onde é lugar de todo mundo, o que as pessoas deviam fazer em casa, elas estão fazendo na rua..

Coordenador, Denise, Gisele: Na rua.

Coordenadora: De alguma forma isso agride... tudo que inverte a lógica agride, é estranho pra gente e aí o que devia estar dentro de casa, que é o som e tal, entra dentro da casa de vocês...

(Enquanto eu falo, Denise vai falando junto: A minha cunhada mora aqui e é o último baile funk, as mulheres assim e os caras lá, sabia? Quando ela falou pra mim...)

Todo mundo fala ao mesmo tempo...

A atmosfera do grupo colocou em cena as invasões violentas que vivenciam no território, colocando em evidencia o principal emergente grupal com relação ao território, a confusão de fronteiras gerando uma desorganização dos vínculos afiliativos, a malhagem afiliativa comunitária é atacada todo o tempo, de dentro pra fora, não há regras, esse é o pacto. E o encarceramento emerge como signo de proteção. Quando não há fronteiras, a rigidez abriga.

Coordenadora: Eu queria propor uma reflexão antes da Teresa falar, que eu to vendo vocês aqui, eu acho que a gente tá dramatizando um pouco o que acontece, porque a gente tá tentando conversar, e o tempo todo tem essas interferências de fora ou essa falta de diálogo entre a gente, hoje eu senti muito isso, parece que foi a gente falar do território que a gente também se comportou da mesma forma, assim, vários fluxos, várias pessoas falando ao mesmo tempo, uma ansiedade com relação a isso, falar muito mais do negativo, o negativo toma uma proporção muito maior do que o positivo, então deu pra entender o que vocês estão vivendo, essa interferência de

fronteiras ficou muito clara aqui hoje... Parece que vocês teatralizaram sem querer o que vocês vivenciam, vocês perceberam?

Gisele concorda o tempo todo: É, é,uhum... exatamente.

Fabiana: é, pelo menos no local que eu moro é mais pontos negativos...

Gisele: É que assim, como a Fabiana, a gente procura também fazer assim, eu, eu, eu, como é que fala, como é que é essa palavra, meu deus, fugiu agora... particularmente, eu privo muito pra poder pra mim, sabe, eu fecho a minha porta pra poder viver outro mundo, quando eu abro a porta, a realidade tá aí, você entendeu? A gente tem que ficar, como que fala, meio que preso, pra ver outra coisa, porque senão a gente vai ver tudo aquilo ali... aí assim, é difícil, é difícil..

Fabiana: Eu vejo todos os dias, quando eu vou na padaria eu vejo, quando eu vou na farmácia do posto eu vejo...

Gisele: é, é...

Ao final do encontro, Caroline ajudando sua mãe, Teresa, a apresentar o mapa, traz uma imagem desoladora:

Caroline: "Igual uma vez, um natal, o rio encheu, foi tudo com a água, até nossa roupa que a gente ia usar no natal, a água levou a sacola toda... no natal, maior felicidade, aí vem aquela chuva, né, dá até um desanimo..."

A vulnerabilidade social é tão radical que a chuva é um fator de risco, não só físico, mas também emocional. A moradia extremamente precária, de madeira, na beira do córrego, carrega em sua imagem o desamparo, a impotência, o desanimo, as perdas, o luto... o contrário da pulsão de vida. A morte espreita o tempo todo, de tudo o que se deve morrer por dia para sobreviver nesse local. O custo psíquico dessas vicissitudes é incalculável. O grupo poderá mesmo ser restaurador? Fortalecer a vida, os vínculos?

Caroline finaliza o encontro partilhando a vergonha que tem da própria casa, especialmente para realizar um chá de bebê.

Caroline: A gente até queria dar uma festa de chá de bebê em casa, mas como é que vai fazer?

Coordenador: Desse jeito, sem banheiro...

Caroline: Não, banheiro tem, só que tem o esgoto lá fora... a gente comendo, vai dar descarga e o cheiro subindo... entendeu? Minha irmã fala, a gente tem até vergonha de levar gente lá por causa desse problema... então..

Coordenador: Entendi...

- **Décimo encontro:**

Estavam presentes Zuleide, Jerusa, Roberta, Natalia (filha de Denise), Denise, Lucia, Célia e Jéssica. A tarefa do encontro era a discussão sobre cidadania, a partir de algumas questões geradoras para a discussão. Retomamos as apresentações e o contrato, como de costume, quando chega uma nova participante, no caso Zuleide. Resgatamos a temática da cidadania, no sentido de investigar as possibilidades de aquisições gradativas no acesso a direitos diante das percepções de extrema vulnerabilidade no território.

A primeira questão que propusemos ao grupo é “o que é cidadania para vocês?” As primeiras associações partem de imagens que representariam coletividade, união, igualdade. Zuleide procura uma definição: “É o seu direito de cidadão e o direito de cidadão ele exige direitos e deveres... é isso...”. Circulam as imagens do acesso a serviços públicos como saúde e educação, o direito de ir e vir, emergindo também o que está em negativo: isso tudo é cidadania e isso tudo não acontece. A vulnerabilidade do território volta a emergir, a insegurança, a invasão da rua pra dentro das casas. Jéssica invade a reunião, atrasada, porém dentro da tolerância prevista e começa a falar. Resituamos Jéssica ao processo. Essa situação parece reproduzir as lógicas das invasões. Nesse contexto de vulnerabilidade e insegurança, a imagem da luta pelo direito também é um emergente. O direito é algo que se conquista pela luta, o tempo todo, não é estático e não é garantido. Durante o atendimento relatam diversas situações em que sofreram preconceito pelo número de filhos que tem (Denise tem 15, Jéssica estava grávida do sétimo, Jerusa tem 7) e tiveram atendimentos negados na rede socioassistencial e intersetorial:

Coordenadora: Parece que vocês estão falando assim, né, que todo mundo é cidadão, mas daí ser mulher é ser subcidadão, ser mãe é mais sub ainda e ser pobre é mais ainda...

Coordenador: ter um filho com deficiência ou com alguma dificuldade...

Coordenadora: E parece que vocês vão sendo jogadas pra baixo da cidadania, sofrendo violências por ser quem são.

Jéssica: eu acho que eles acham que violência é só o marido bater... e isso é uma violência!

(...)

Zuleide: CE vai e vai na sorte de pegar um motorista que deixa ele passar sem pagar, porque a criança passou o tamanhinho que ta o dela ali assim ó, o motorista já olha pra você com a cara torta.

Coordenadora: Que direito frágil, né? Depende do olhar e do julgamento de um outro.

Zuleide: Hoje em dia você depende tudo de julgamento, Coordenadora, já é entendi isso faz tempo ó (estala os dedos)... você depende do traje que você ta vestida, depende do jeito que você ta, se você tiver bem vestida você é bem tratada, se você tiver mal vestida (bate uma mão na outra)

São muitos os relatos de sentirem-se agredidas pelas políticas públicas, especialmente no exercício da maternidade, percebemos que de um lado elas não veem sentido nas ações de proteção social que partem do Conselho Tutelar, da Escola, do CRAS, da saúde, pois sim, qual é a contrapartida? Não há construção desse sentido, que então é sentido como agressão. Não há oferta de condições de dignas de vida para exigência de um modelo de exercício da função protetiva da família ideal. Além disso, a questão dos preconceitos alavanca a problemáticas dos estereótipos e rígidos papéis sociais que assumem na sociedade, demonstrando que se há luta, ela é desigual, assim como a sociedade:

Coordenadora: sabe o que eu percebo, gente, uma coisa, olha só, a gente começou falando de cidadania, né, aí a gente falou da questão da coletividade, igualdade, de todos os direitos que a gente tem de saúde e educação, de moradia, da luta que tem que ter pelo reconhecimento, mas o que eu percebo é que todas as suas manifestações do Estado de querer garantir alguma proteção social de garantir a cidadania vocês não veem sentido nessa ação... não tem sentido... porque o conselho veio aqui? Porque a escola ta me cobrando isso? Porque a psicóloga do posto? Como se realmente o modo como a gente trabalha a cidadania não fizesse sentido pra vocês e aí angústia fica maior, a raiva, o sentimento de injustiça e tudo isso fica mais exacerbado e dá até vontade de bater, se pudesse, né Natalia?

(...)

Coordenador: Existe um papel que de alguma forma, vocês acabam, todas vocês, vocês acabam meio que assumindo que é um papel de estereótipo, né? Então, vocês acabam assumindo um papel aonde vocês são as negligentes, as agressoras, as que de alguma forma todo mundo quer ver o circo pegar fogo pra culpar vocês, como se transferisse pra vocês de alguma forma, uma raiva, alguma coisa não sei dizer pra vocês diretamente o que seria, mas pra aproveitar pra direcionar pra vocês aquilo que elas, toda a violência que elas sofrem, toda discriminação que elas tem também, né, então assim, porque quando direciona pra você o que acontece? Elas tiram digamos assim, o papel delas, a figura delas, como um ator principal por exemplo e aí vocês acabam assumindo, assim, ó, minha situação é ruim, mas a da Denise é muito pior... (Jéssica concorda) a minha situação é complicada, mas a da Jéssica é bem pior, né, a Zuleide que tem um filho com problema, não sou eu...

Jéssica: E elas querem colocar pra gente que a gente é infeliz! A gente é feliz, não, mas tem que ser... e você se arruma... igual, quando eu uso lente, eu tenho que andar com esse óculos, se eu uso a lente, nossa, mas cê ta podendo, hein? Comprou lente? Entende, é como se você não pudesse ter lente, como se não pudesse ser feliz... não existe isso... é por isso que eu quero estudar muito e estar no seu lugar! Não no seu... mas ser assistente social, porque sabe, porque eu acho que ser, ser, estar ali no meio e quem já passou vai sentir na pele, né, igual falei pra elas...

- **Décimo primeiro encontro:**

Estavam presentes Fabiana, Jerusa, Gisele, Denise, Célia, Teresa, Caroline, Juliana e Roberta. A tarefa do encontro era assistir um vídeo de animação sobre violência intrafamiliar²⁶ e discutir sobre o vídeo. O filme retrata uma família reconstituída, em que a mãe trabalha o dia todo e o marido, que não é pai das crianças, é alcoolista e muito violento com as crianças.

As usuárias começam a partilhar suas impressões explicitamente identificadas com o filme, mas como vítimas de uma educação violenta. Associam o uso de substâncias (álcool e drogas) com as causas da violência, procurando defender-se e deixar de fora do grupo as situações de violência, já que nenhuma delas aparentemente usa qualquer tipo de substância de modo abusivo.

²⁶ O filme “Direitos do Coração”, uma produção canadense, veiculada em 1992 na TV Cultura e disponível no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=wmjeNpF1CXc>

Coordenadora: Vou acender a luz... é bom que não tinha fala porque o som não atrapalha tanto (os recursos são muito ruins, assistimos no computador, há uma TV no CRAS que não dá pra instalar por falta de suporte, e as caixinhas de som são muito baixas. Trouxemos caixinhas particulares, mas o computador não reconheceu...)

As falas a partir daqui são extremamente baixas e silenciosas... o terreno é delicado...

Gisele: É a realidade, né? De muitas famílias. Inclusive lá na Bahia também, (inaudível) e falando exatamente essa parte assim, os pais eles tavam trocando assim tipo de domingo, muita gente assim, pegava as crianças, arrumava as crianças pra igreja, tinham que ir pra missa e muitos, muitos, muitos, iam comprar cerveja pros pais, né... e teve até um comentário assim sobre isso e hoje os pais pede pra pegar pra eles, né, futuramente eles vão seguir aquela, aquela rotina ali, ah, eu pego pro meu pai eu posso pegar pra mim agora... muito, em muitos lugares vive isso aí mesmo... é a realidade...

Roberta: Enquanto a mulher sai pra trabalhar, o marido fica em casa se alcoolizando, as crianças saem pra trabalhar, ou o maior fica na casa tomando conta de uma criança menor e a responsabilidade...

Gisele: É, é, é... isso aí... eu vivi muito isso aí... minha mãe ia trabalhar, ficava com as minhas irmãs em casa... vivia mesmo... só que meu pai ele... fingia que ia trabalhar, minha mãe trabalhava até as 17 horas, então ele sempre chegava mais cedo, sempre chegava bêbado, e batendo em todo mundo, quebrando as coisas..

Roberta: Eu vivo essa realidade, né? O meu marido é alcoólatra, desempregado, eu que saio pra trabalhar e é do mesmo jeito...

Começam aos poucos revelar a violência como principal instrumento de educação e correção quando se sentem impotentes com relação aos filhos. Como se houvesse uma justificativa para o exercício da violência intrafamiliar.

Juliana: Eu apanhei de tudo quanto é coisa, do que você imaginar...

Fabiana: Mas precisa bater um pouquinho...

Gisele: Não, mas eu não batia, mas eu passei uma fase com ela que, ela fazia e quando chegava em casa, quando eu conseguia pegar ela a minha reação primeira era de bater, eu queria bater, bater, esbagaçar e aí depois de esbagaçada eu falava vem aqui...

Juliana: Aí me colocava no colo e falava eu te amo, eu faço isso porque eu quero o seu bem...

Gisele: A minha primeira reação era de bater...

Juliana: Aí imagina, eu apanhei tanto, mas nunca passei um dia sem falar com ela, tanto é que ela chegava assim e falava desfaz esse

bico agora. Eu pensava nunca mais vou falar com ela, e ela desfaz esse bico.

Gisele: A Mariana agora, a Mariana tem dois anos e não vou mentir, tem hora que eu to no momento de que eu to terrível, né, aí eu chego pra ela, nem eu, engula! Engula! Aí ela pega os brinquedos dela e faz que vai bater (ri) eu achei muito engraçado, ela pegou a boneca e falou engula! Engula! (ri)

Coordenadora: Olha a reprodução do comportamento, né?

Gisele: Eu falei com ela e ela já tava falando com a boneca.

Coordenadora: Uma criança que vive num universo de violência domestica, como que é né?

Gisele: Ela consegue assim... passa tudo, passa tudo...

Roberta: Outro dia peguei a minha, dei tanta cintada na minha, na Priscila, ela ta até esfolada, não na Carol que ta precisando de umas porradas, pegar a minha de 15 anos e dar tanta porrada nela...

Coordenadora: Porque bater? Porque?

Roberta: Pra descontar a raiva...

Gisele: A raiva é cega... faz olha...

Fabiana: então eu não ceguei ainda não... eu não sinto vontade de bater não... eu sinto assim, mas eu não tenho coragem, não sei se é porque eu nunca apanhei, né...

Roberta: A Carol apanhou esses dias atrás, dei tanta porrada nela, dei tanto tapão na Carol, quase que deitei ela, se não fosse... eu tinha matado a Carol...

Fabiana: Ah, não já fiquei cega sim, no dia que eu dei o tapa na cara dela.

Coordenadora: Você deu um tapa na cara dela?

Fabiana: Dei né, porque ela não veio me enfrentar? Por causa do menino... Falei você não me enfrenta! Ela: te enfrento! Eu pá! Ai ela chorou (imita choro) e eu fui lá pra cozinha (imita choro)

Aqui o emergente violência já pode ser reconhecido como igualmente operado por elas, numa escala de repetição, o outro como propriedade e a presença da heteronomia – a boneca é agredida pela filha, os filhos são agredidos pela mãe, a mãe é agredida pelo companheiro, eles foram agredidos pelos pais, indefinidamente, numa cultura presente no contrato narcísico de que a violência é legítima em alguns casos, basta saber operar com ela. Diversas situações de violência intrafamiliar são relatadas pelas participantes do grupo, que começam a reivindicar legitimação da violência em nome de uma suposta educação e controle. Ao mesmo tempo

reconhecem que lhes faltam recursos para agir de outra maneira. Nesse momento um interdito convoca sua enunciação:

Coordenadora: Gente, mas é um grave problema na minha opinião essa questão do bater. Qualquer forma de violência existe pra fazer o outro sofrer. E o outro vira um objeto do meu desejo. Ele não é mais um sujeito que tem uma vontade ali.

Gisele nesse momento é a porta-voz do grupo e expõe toda a sua ansiedade frente a fantasia de onipotência/impotência com relação aos filhos. No limite da onipotência agride para retomar o poder e o controle, no limite da impotência constata que as filhas não lhe entendem e não lhe obedecem. Aqui, observando a tensão na espiral dialética, a necessidade de transformar suas referências, seu ECRO, mas invadida por suas fantasias de perda de controle sobre as filhas, um caminho para o encontro com a potência tenta se desenhar pela movimentação da espiral dialética:

Coordenadora: Muitas vezes não é só ela compreender o que você ta falando, mas você compreender o que ela está querendo dizer, porque os adolescentes e as crianças, eles não vão falar, olha mãe eu estou com problemas por causa disso, disso e disso. Eles vão mostrar pelo comportamento, por problemas na escola, nos outros lugares...

Gisele continua relatando diversas vezes que usou de violência para controlar e educar as filhas. Por vezes Roberta, Jerusa e Fabiana também compartilham uma experiência de perda de controle e uso de violência com os filhos. A discussão se estabelece em torno da legitimidade de bater, quando a impotência invade com relação às projeções que são feitas aos filhos, como eu quero que ela brinque, o que eu quero que ela faça, que tipo de brinquedo eu quero que ela goste, sem permitir que a singularidade da criança possa se realizar, ou seja, a sua contrapartida no pacto narcísico.

Gisele: Ela quer, ela quer ali ficar comigo, mas eu não sei, tem hora que eu me perco, de verdade, tem hora que eu fico me perdendo com elas...

Coordenadora: Mas gente, é isso aí, né, a maternidade é se perder e se achar o tempo todo, não tem uma forma, é na experiência que você vai construindo, mas uma coisa é fato, pela violência a gente não vai construir muita coisa, a violência destrói, não constrói...

Gisele: E quando eu percebi assim que eu perdi muito, eu perdi muito Juliana quando eu batia nela, sabe porque, quando ela saía,

ela passava dias fora de casa, quando ela chegava, mas eu dava aquele pau...

Coordenadora: A despeito da gente falar pra você não bata na Juliana... (risos)

Gisele: É... eu dava aquele pau...

Juliana: Mas depois que ela começou a passar aqui... passou um tempo...

Gisele: Foi onde eu parei...

Juliana: foi onde ela parou... foi onde ela começou a ouvir...

Gisele: Foi quando eu voltei a mim, quando no caso há dois anos atrás, eu vim aqui e aí falaram, não, mas vem cá, aí sabe, eu fiquei ouvindo, aquilo foi entrando na minha mente, realmente, de que cada vez que ela vinha eu batia, batia pra descontar os dias que eu não comi, batia pra descontar os cigarros que eu fumava, a bebida que eu bebia, sabe, a noite que eu não dormia, então de tudo aquilo ali eu sentia raiva e aí eu falava quando ela chegar, eu falava assim escuta como eu falava, traz ela pra mim, traz ela pra minha casa...

Juliana: Que era pra bater!

Gisele: Ah, você chegou? Tum, Tum, Tum, eu não tinha, não tinha mesmo, a minha... aí depois que eu batia nela, aí eu sentava lá na cama, vem cá, Juliana eu não quero te bater... Ju, aí tinha hora que eu mesmo, eu mesmo não queria nem ouvir o que eu queria falar...

(...)

Coordenadora: Parece que vocês estão falando assim, que vocês imaginam que tem uma criança ideal e tudo o que sai desse ideal de criança vocês querem reprimir, engessar, mudar, e essas crianças ficam revoltadas, porque elas estão se sentindo amarradas, né? Então por isso é importante poder brincar com os filhos, porque é nessa brincadeira que vocês vão poder entender porque durante a brincadeira, na própria historinha que eles vão brincando ali, já dá pra entender o que eles estão pensando quando eles quebram, que será que ta acontecendo? Porque será que ta quebrando, qual será a história de fundo pra estar quebrando ali? Ou se nem tem história é agressividade pura? Como que é isso, quanto mais próximos vocês tiverem e aceitaram as crianças como elas são e irem ajudando elas, lógico a se desenvolverem de forma saudável, respeitando a todos, confiando nos adultos, mas se a gente olhar pra aquela criança e falar, não, você não é do jeito que eu imaginei na minha cabeça e agora você vai ser...

Gisele: Nossa... isso...

Coordenadora: Isso causa grande sofrimento...

Gisele: É verdade...

- **Décimo segundo encontro:**

Estavam presentes no encontro Neide, Fabiana, Caroline, Teresa e Denise. Propusemos como tarefa para o encontro a reflexão sobre direitos das crianças e adolescentes à educação não violenta apoiado em um vídeo de animação²⁷ sobre a elaboração e proposição do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Antes da exibição do filme, o grupo inicia com a partilha de situações de conflitos e agressões físicas, especialmente entre meninas na escola. Avaliam que as brigas em escola na atualidade podem ser fatais, contam alguns casos, dividem a angustia de morte que espreitou todos os encontros. Percebemos que o grupo está consolidado, elas já se preocupam com relação às faltas das outras participantes, se encontram fora do grupo.

Após algumas reverberações do grupo sobre o conselho tutelar, as eleições do conselho tutelar, o “estranho” interesse de vereadores na cooptação de eleitores para o cargo de conselheiro tutelar, o medo do conselho tutelar, a coordenadora desloca a discussão para as próprias famílias:

Coordenadora: Gente, vocês observam que de um modo geral a infância ta protegida do modo como esse vídeo demonstra que seria o ideal? Vocês acham, vocês observam no cotidiano de vocês as crianças exercendo esses direitos? Direito a saúde, a educação, a convivência familiar, lazer, esporte, vocês vem isso no cotidiano?

Neide: Assim, eles quer o melhor, né? Por isso que eles protegem nossos filhos, a mãe que vai presa e de repente os filhos ta tudo do lado de um barraco, eles pega, põe ali e leva, né?

Coordenadora: Não, não estou falando do conselho tutelar, estou falando das famílias... no cotidiano, o que vocês estão vendo aí com relação às crianças e adolescentes?

Neide: Ah... As nossas?

Coordenadora: As de vocês, as dos vizinhos, como que ta na comunidade isso?

Fabiana: Olha, não sei se uma vizinha lá perto da igreja que ela olhava a neta, mas a vizinhança toda falou que ela batia, não posso falar porque eu nunca vi, né, ela batia e o conselho levou a menina...

²⁷ O filme 5 direitos da criança e do adolescente, produzido pelo hospital Pequeno Príncipe, está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=-h3XQQWtI_I

Até aqui observamos que as famílias ainda não têm condições de suportar a constatação de que também são agentes de violação de direitos, atravessadas pela cultura e pelas transmissões, não podem pensar as próprias relações familiares ou o papel que exercem na fragilidade dos direitos de seus filhos, é sempre o outro que agride, que representa esse ataque aos direitos. Teresa assume o papel de porta-voz do grupo nesse momento e relata a relação conflituosa com o Conselho Tutelar, especialmente no que diz respeito ao fato de carregar consigo seus netos quando vai *“olhar carros na feira de domingo”*. Vivenciam uma situação de extrema vulnerabilidade e não contam com rede de apoio para cuidar dos filhos enquanto vão trabalhar na feira. A depositária familiar é Erica, a netinha que segundo elas *“é muito pirracenta”* e *“terrível”*, e comunica a imagem das relações do grupo com as crianças: *“Parece que vocês estão tratando as crianças como se fossem adultos...”*

Caroline: Ela xinga nós... quando a mãe dela bate nela, você tá olhando, ela fala que foi que você tá me olhando?

Coordenadora: Quando a mãe dela vai bater nela, quer dizer, a agressão já tá rolando...

Caroline: Porque ela é demais, não tem como, não tem como você passar mão... Erica não faz isso, ela vai e faz, Erica não faz aquilo, ela vai lá e faz...

Coordenadora: Vocês acham então que o diálogo é passar a mão?

Caroline: É... tipo eu, falo duro com ela, a mãe dela já não, já fala mansinho, a mãe dela já passa a mão na cabeça dela...

Coordenadora: Mas não é a mãe dela que bate?

Caroline: Oi?

Coordenadora: Não é a mãe dela que bate?

Caroline: Não, quando a mãe dela pega, ela bate... mas eu... às vezes tem que dar um tapa...

(risos)

Neide: É mas tinha que fazer alguma coisa pra não bater mais...

Caroline: É, não resolve, né....

Neide: Resolve não...

Caroline: Porque bate ela dá risada...

Coordenadora: Que ela tá querendo mostrar será com essa...

Caroline: Atenção, ela quer chamar atenção tudo pra ela

Coordenadora: Ela ta com ciúmes será, do bebe?

Caroline: Isso! Eu acho que é...

Coordenadora: Você já conversou com ela sobre isso?

Caroline: É, eu não consigo falar com ela porque ela me xinga... ela fala um monte pra mim, aí eu já fico estressada, quero bater nela, Erica suma da minha frente...

Teresa: Porque ela, Erica, era o xodó dela...

Neide: é...

Todos: ah....

Teresa: Quando ela não tava grávida, ela tratava bem, ela dava carinho...

Quando Teresa e Caroline abrem caminho para falar francamente sobre a banalização da violência no ambiente familiar, Denise, Neide e Fabiana podem reconhecer e compartilhar também da mesma realidade em suas casas: educação pela tortura, ameaça, chantagem, agressão.

Coordenadora: Assim, tudo o que vocês estão falando já dá pra ver que aquele direito de uma convivência familiar mais saudável ta ameaçado, porque vocês estão falando de ameaça, de castigo, de violência, de tortura, de chantagem, estão falando de uma série de métodos de educação que fazem a criança sofrer, né?

Caroline: Mas também se não fizer...

Neide: Mas elas também fazem nós sofrer, igual hoje olha o resultado do Leandro.

Coordenadora: Sem dúvida, mas a gente tem mais recursos pra...

Neide: Porque você dá amor, dá carinho, parece que a criança fica mais pior, nunca bati em Leandro e hoje Leandro vive... em forró, eu não durmo preocupada...

Fabiana: Quantos anos ele tem?

Neide: 18, eu sei que ele é de maior, mas mãe que é mãe...

Coordenadora: Mas você não acabou de falar que batia nele, você falou tá vendo, olha aí o Leandro ta pra provar que bater não adianta...

Neide: Não, eu nunca bati... não, eu nunca bati nele, o pai dele batia nele e não adiantava...

Coordenadora: Então, alguém batia...

Neide: Eu falava, não adianta, você bate agora, amanhã ele vai ta pior...

Caroline: Mas hoje em dia você vê, tipo, você vai na Lan House você vê criança de 10, 11 anos no face, não tem como dialogar, você vê essas coisas, minha sobrinha é uma ótima pessoa na escola, sabe, excelente aluna, essas coisas, mas quando você sai da escola, gosta de música de funk, essas coisas, não tem como falar...

Coordenadora: Gente é importante assim, que vocês entendam que as crianças estão numa fase de desenvolvimento emocional, cognitivo, menor do que o nosso, vamos dizer assim, mais primitivo do que é nosso, da gente que já é adulto, então a gente tem muito mais habilidades, capacidades pra poder lidar com o sofrimento que a criança causa na gente do que a criança ter recursos pra lidar com esse sofrimento que a gente ta causando nela... É uma relação desigual, a relação de criança e adulto, é por isso que o adulto representa a proteção pra criança, porque ela mesma, ela não tem muito recurso pra garantir a proteção dela, não é? Aí vocês estão falando desses métodos que são no mínimo questionáveis, vamos dizer assim, porque vocês mesmas na observação com os filhos de vocês percebem que não adiantou... Porque mesmo que a mãe represente esse lugar de acolhida, de apoio, de carinho, de amor e o pai vem e lasca o pau, essa criança está crescendo sob muito estresse e sofrimento e medo e desrespeito. Como que é por exemplo, a gente errar, quando a gente, nós adultos erramos, imagina se alguém vem e me bate porque eu cometi um erro, não quer me ouvir, não quer me perguntar, como que é a sensação de impotência, de raiva, de querer se vingar, né, como assim, essa pessoa veio me bater porque eu fiz uma coisa errada? Detalhe que todo mundo erra, né, todo mundo, criança, adulto...

Coordenador: Vocês sempre estão colocando a criança no mesmo pé de igualdade de vocês...

Fabiana: Do adulto...

A partir da análise dessa relação desigual entre criança e adulto, elas podem reconhecer que não puderam vivenciar a infância e adolescência com seus direitos e atributos, reproduzindo com os filhos sua referência introjetada desse ciclo de vida, a despeito de todas saberem, terem a informação de que os filhos tem direito à educação, saúde, convivência familiar.

Coordenadora: A Caroline ainda é um pouco adolescente...

Neide: Ela ainda é... Eles tiveram essa oportunidade, porque minha mãe nunca deu, eu sempre trabalhava, nós não tinha nem pensamento, só trabalhava, só trabalhava, eu e minha irmã que morava no Cabuçu...

Teresa: Eu não sabia nem o que era adolescência...

Coordenadora: Quer dizer que vocês tiveram o direito violado, de cara, que é poder viver uma infância e uma adolescência com todos

esses direitos que apareceram no vídeo... vocês não conseguiram exercer esses direitos...

Fabiana: Eu consegui, graças a deus...

Teresa: Apesar que eu morava com os outro, tudo o que as pessoas falavam eu... eu fui criada junto com os bandidos, criada com droga, arma...

A espiral dialética está em movimento, e de uma ansiedade persecutória que defende seus referenciais a despeito de observarem as contradições em seu discurso, passam a uma ansiedade depressiva que poderá abrir novas trilhas: *“E como que a gente faz com os fio da gente? O que fazer?”* Estão ali com as feridas abertas, a impotência, a trajetória de vida atravessada por múltiplos sofrimentos, mas mergulhadas no processo grupal. Admitem os riscos presentes no território, especialmente a gravidez na adolescência, as drogas, o envolvimento com o tráfico, a transmissão de DST's, a opressão pela violência presente no território que os encarcera em seus pequenos cômodos e quintais. O risco de morte novamente circula. Os fantasmas vão sendo nomeados, ainda sem muita resolução, mas ao menos reconhecidos e que o depósito e a repressão reativa nos filhos não favorece o desenvolvimento deles.

Coordenadora: Gente, eu queria assim, a gente precisa encerrar, mas eu queria refletir com vocês que a gente trouxe esse vídeo sobre os direitos e no começo parece que vocês estavam muito defensivas, no sentido de não, meus filhos, não tem nenhum direito violado, isso não acontece na minha casa... e aos poucos vocês foram conseguindo observar que sim, que isso acontece na casa de vocês, porque todo dia é dia da gente avaliar nossas práticas de educação em casa no cuidado com os filhos e ver que a gente pode melhorar...

Abrir para a potência delas produz uma ressonância de fortalecimento nas memórias de infância, disparando um investimento narcísico no grupo e no território. Lembram-se das praças do bairro em que frequentavam com as mães, especialmente a praça onde fica o CRAS. Conseguem acessar a infância que não lhes foi roubada.

Eis que a partir da potência investida no grupo, um emergente grupal organiza o processo do grupo, na elaboração de um projeto que surge do grupo: realizar um chá de bebe para Caroline. Quem propôs foi sua mãe Teresa, que se julgava morta, incapaz de cuidar dos filhos, desenganada ao nascer. O chá de bebe

que busca dar condições para acolher a vida que surge, que concretiza o fortalecimento dos vínculos comunitários, que cria um novo ECRO de protagonismo e cuidado.

Coordenadora: Gente, deixa eu também assim, já encerrando, a gente só tem mais dois encontros do que foi combinado e aí...

Caroline: Já ta acabando...

Coordenadora: É... e aí, mas a gente pode ou mudar o formato, ou continuar com o mesmo formato, aí a gente pode conversar no último dia sobre isso, na última quinta de novembro...

Fabiana: E a gente não vai fazer um comes e bebes?

Coordenadora: A Caroline deu a ideia com a Teresa da gente fazer um comes e bebes e fazer um chá de bebe, chá de fralda ou chá de bebe?

Caroline: Tanto faz... é porque eu vou fazer... daí eu pensei de fazer aqui...

- **Décimo terceiro encontro:**

Estão presentes no encontro Gisele, Fabiana, Neide, Juliana, Denise, Teresa, Roberta e Célia. A tarefa proposta foi uma dramatização de uma situação de conflito familiar com os filhos, com a inversão dos papéis. As participantes se organizaram em pares, dividiram uma situação de conflito e as representaram na situação oposta, ou seja, como filhas.

Antes de propor a tarefa, Gisele traz a notícia de que Caroline já havia ganhado o neném prematuramente e inclusive o bebe estava na UTI. Decidimos manter o chá de fraldas e levar em sua casa em uma visita.

As usuárias iniciam a tarefa, percebemos que Teresa e Neide são as que mais tiveram dificuldade na realização. Das reverberações posteriores à dramatização, falam sobre a experiência de se colocar no lugar do outro e de compartilhar histórias que desejariam esquecer. Do que os coordenadores notaram na dinâmica das apresentações é que diante da tensão entre impotência e a fantasia

de onipotência sobre os filhos, em que as mães são bastante autoritárias com seus filhos.

Coordenadora: Então, isso é uma coisa que chamou a atenção, que eu e o Coordenador a gente trocou a impressão, que ou as adolescentes ficam em silêncio absoluto e não se comunicam com a mãe nada, o caso da Maria, da Carol, da Juliana, ou a adolescente fica num conflito de rebater, a mãe rebate, a adolescente rebate, a mãe rebate, a adolescente rebate, e em nenhum momento parece que há de fato espaço para escutar o outro, de estar disponível pra olhar aquele outro, escutar e ver ele como uma pessoa diferente da gente... porque parece que quando vocês estão querendo escutar a filha de vocês é pra escutar o que vocês querem ouvir... e não o que elas tem pra dizer...

Fabiana: É...

Gisele: É...

Coordenadora: Então é óbvio que elas não vão falar pra você...

Fabiana: É isso mesmo... Eu nunca queria escutar aquilo da Maria... Não, não é assim, você não é assim, Mãe!

Coordenadora: Então vocês já estão perguntando falando: não fala!

Gisele: É...

Gisele reconhece essa dinâmica familiar, mas reivindica o direito de bater nas suas filhas. As usuárias relatam diversas situações que bateram nas filhas quando sentem sua impotência, que estão perdendo o controle que acreditam que deveriam ter. A partir da interpretação ofertada ao grupo, Gisele defende-se com mais veemência.

Coordenadora: Toda vez que vocês falam da situação do bater me lembra duas coisas, uma impotência, o outro não quis fazer o que eu queria que ele fizesse e duas, essa pessoa é um objeto que é meu e ela vai ter que fazer o que eu quero... só que não!

Teresa: E não é!

Coordenador: só que não...

Coordenadora: Essa pessoa não é seu objeto...

Todas começam a falar ao mesmo tempo, bem alto...

Gisele: Pense você...

Coordenador: O cabelo dela não é o seu cabelo! O cabelo dela é dela! Não é seu! O corpo é dela...

Coordenadora: A boneca é dela...

Gisele: Eu mudei! (ri) Sabe o que ela falou esses dias pra mim, é mãe, tanto dinheiro que você gastou no meu cabelo e eu não dei valor... Falei, não tem problema não, filha... Tudo o que eu passei com você não tem problema, agora tem o Raul, você vai passar, você vai ver, o melhor que você quer mesmo sendo o errado, você vai passar pra ele, entendeu... a gente que é mãe, de verdade, eu não sei... Ah, é porque eu sou psicólogo, porque eu sou assim a mais, um grau a mais, gente ser mãe é sim ter poder de posse, é sim você achar que é seu, eu falo a verdade, é um sentimento que assim, eu tenho minhas três filhas, todas as minhas três filhas são minhas! É minha! Foi eu que pari!

(...)

Gisele: Não, mas o bullying dela eu vim saber depois que não existia mais cabelo, que foi praticamente agora. Agora eu vim saber de bullying porque ela não falava pra mim... Eu ouvi ela falando e falei: Como é que é, Juliana? Ela falou, ah, mãe, eu sofria bullying e a senhora não sabia... Eu falei, como é que eu ia saber se você não me contava?

Coordenador: E se ela contasse que ela sofria bullying e pedisse pra cortar o cabelo, você ia cortar?

Juliana: Ela ia falar assim: ah, não, isso daí é o povo que acha...

Coordenadora: Ia falar, imagina filha, seu cabelo é lindo!

Gisele: É... eu ia falar desse jeito...

Juliana: Eu já sabia da resposta dela...

Gisele: Já sabia da resposta...

Juliana: Se eu já sabia da resposta, se era pra mim escutar tudo de novo... achava melhor ficar quieta...

Coordenadora: É disso que a gente tá falando, estabelecer pontos de confiança, por ir dando sinais aos seus filhos de que vocês estão disponíveis a entender o que eles são e não o que eu quero que ele seja... eles são pessoas diferentes... eles podem ser nossos, que nasceram da gente (Gisele ri), que a gente queria assim, assim e assado, mas eles são pessoas diferentes...

Gisele: É difícil...

As associações circulam entre as fantasias persecutórias de perda de controle sobre as filhas e as ansiedades depressivas da urgência em abandonar seus recursos já consolidados para pensar outras práticas de encontro com os filhos. Com relação à tarefa já puderam captar que do ponto de vista psíquico/emocional a violência intrafamiliar produz diversos impactos negativos no desenvolvimento dos filhos, sendo uma das consequências o abandono escolar e a exposição a situações de risco.

- **Décimo Quarto encontro:**

Estavam presentes no último encontro Fabiana, Neide, Denise, Célia, Teresa e Caroline. Definimos como tarefa, além do que foi proposto pelo grupo: a realização do chá de bebê, uma avaliação coletiva do percurso, a partir de algumas perguntas geradoras que elaboramos.

Da primeira questão: *“O que representou para vocês a participação nesse grupo?”*, as ressonâncias que foram circulando no grupo foram o papel da reflexão nas mudanças de comportamento e nas relações, a valorização da singularidade dos filhos, a noção de educar pela empatia, de encontrar um lugar de acolhida para suas experiências, de elaboração para suas dores. Teresa parece portar a própria imagem do processo da espiral dialética, uma mudança com relação ao seu reconhecimento como sujeito, um investimento narcísico que se avoluma a partir do fortalecimento dos vínculos.

Teresa: Agora sou eu... nós continua a mesma coisa, em casa, a minha menina é mais estressada, com ela não é de conversa, com ela é botar de castigo ou senão bater... Porque ela quer descontar né, que ela pegou uma infecção, aí eu tento ajudar ela em casa, aí ela fica nervosa e desconta em mim, desconta nela, desconta nos filho... Aí eu falei pra ela, Mara, não é assim...

Coordenadora: Talvez ela vir grupo seria bom né?

Teresa: falei não é assim que se funciona as coisa... ah, mãe, qualquer coisinha eu to estressada... falei pra ela, se você continuar assim ou você vai pro buraco ou senão você vai levar um dos seus filhos, porque qualquer coisinha é espancar e bater...

Fabiana: ela bate muito?

Teresa: ela fala assim, nossa mas a senhora tá morta... eu falei ah... A senhora tá tão sossegada, pensativa... falei melhor tá assim do que do jeito que você tá.. porque do jeito que você tá...

Fabiana compartilha sua experiência de extrema vulnerabilidade emocional diante dos conflitos familiares que estava vivenciando e do reconhecimento nas trocas no grupo para se reorganizar e enfrentar a situação além do limite que poderia suportar.

Fabiana: É porque assim, se talvez eu não tivesse vindo pra cá, né, o que taria acontecido hoje, onde eu taria? Será se eu tava aqui? Eu

tava muito mal, igual ela falou, a gente perde a cabeça que parece que a gente não acha um rumo... eu não pensei em me matar, embora assim, a gente pensa em cavar um buraco e se esconder e se fechar pro mundo. Ah, vou chorar (ri). Porque assim, foi um baque muito tamanho na minha vida, acho que eu nunca passei um baque pior do que a Maria me fez passar. Então o que seria de mim nesse tempo, 3 meses? Hoje eu olho pra trás e falo como cheguei aqui? Hoje eu olho pra Maria sabe, eu já não tenho mais ela como aquela menininha, nem é, não posso ter também né, ela me ensinou a viver... em vez de eu ensinar ela, Ma é assim, não, ela me ensinou, porque ela conheceu o mundo da maneira dela, né, não pude conhecer, não pude apresentar pra ela esse mundo, mas eu aprendi muito nesses 5 meses e eu espero que ela não passe pelo que ela fez comigo (ri). Porque é muito ruim, eu tenho ainda sabe, a dor, aquela dor... mas não aquela dor de...

Coordenadora: tá mais cicatrizada, mas tem a marca, né...

Fabiana: tem a marca, vai ficar a marca... Igual eu expliquei, a gente tem aquela menininha, fala filha é assim é assado...

Coordenadora: Mas são nessas crises que a gente vai conseguindo amadurecer, crescer...

Fabiana: É igual o que eu to falando, ao invés de eu ensinar ela, ela que me ensinou, Coordenadora... entendeu, tipo assim, mãe eu to uma moça, mãe eu tenho que viver, né e isso tudo eu preni ela... de amizade.. não, você não pode... você só tem 12 anos, você só tem 13 anos, você só tem 14 anos e assim foi, até o dia que ela falou chega, né?

A questão seguinte: “De que forma vocês se sentem apoiadas pelo grupo?”, teve como principal associação as trocas de experiência, que geram conforto e proteção baseado na formação de novos vínculos:

Teresa: eu acho assim, pra mim foi bom, e assim uma escuta as palavra, uma com a outra...

Fabiana: Conforta assim...

Teresa: Aqui você tá bem num paraíso, você quer descansar a cabeça, você quer ver uma coisa boa, ouvir uma palavra doce, aí você tá num lugar assim parece que você não tem mais compromisso pra fora...

Fabiana: Problema, né?

Coordenadora: Nossa, que legal, você sente uma proteção aqui... que bonito...

Coordenador: E ouvir o outro, você disse também, a Fabiana também disse..

Teresa: Porque foi gostoso... é porque eu não gosto muito de conversar e quando a gente participa e fica um bom tempo com as pessoas, e elas vão embora, você sente...

Coordenadora: vai criando um vínculo, né...

(...)

Célia: De conversar uma com a outra, como eu... os negócio em casa não era de conversar... tá saindo pra cima...

Coordenadora: Você se sente sozinha às vezes?

Célia (confirma com a cabeça e começa a chorar)

Fabiana: Você não tem amigos? Mas você tem sua mãe, né...

Coordenador: você quer falar sobre isso?

Teresa fala algo inaudível. Parece consolar Célia.

Teresa, que nesse último encontro já emergia como porta-voz do grupo, ela que tinha se desenganado em vida, que tinha muita dificuldade para se comunicar, toma o papel de coordenadora, e simbolizando a virada do grupo que pôde devir sujeito que propõe, que inventa, que cria, que reconhece sua potência, questiona:

Teresa: Você perguntou de nós todas, o que a gente achou, agora eu queria saber o que vocês, você e ele, achou de nós?

Todas riem muito.

Coordenadora: Gostei!

Fabiana: Desabafa, tira tudo daí de dentro, vocês dois.

Coordenadora: Gostei, gostei... é, vamos terminar o roteiro daí a gente fala?

A continuidade do roteiro seria sobre os possíveis prejuízos que sentiram por participar do grupo e a espontaneidade de Neide, nos resitua o frágil lugar onde estamos inseridos, a extrema vulnerabilidade social a que estão expostas: “Abrir mão de que, meu Deus? (gargalha) Do que? Nós não tem nada!”

Coordenadora: uma coisa que a gente percebeu que foi crescendo com o grupo, que a gente viu materializado na proposta da Caroline do chá de fraldas, foi que a gente começou a perceber que vocês estão conseguindo se olhar como rede de apoio: Um lugar que eu posso confiar, que eu posso contar, posso me abrir, eu posso dividir. Então, uma das coisas que a gente começou a pensar, eu e o Coordenador, é de como fortalecer essa rede de apoio entre vocês. Pra fora do grupo.

Coordenador: Pra fora do grupo.

Coordenadora: Não só no grupo. Porque a gente foi percebendo que conforme vocês foram sendo mais assíduas, mas vocês se veem contando umas com as outras e ficou muito claro quando veio a ideia do chá de fralda, que eu achei super legal, né, da gente pensar numa confraternização... O que eu achei do grupo, assim, primeiro que eu agradeço imensamente a vocês, a nossa experiência aqui do grupo foi gravada, porque vai colaborar, é um material de uma pesquisa né que eu desenvolvo, então vocês são parte da minha história também né, de pesquisadora e então agradeço a colaboração de vocês. Eu aprendi muito, aprendi muito sobre grupos, sobre como a gente pode trabalhar em grupos menores. A gente costumava muito a trabalhar em grupos grandes de 20 a 30 pessoas e acaba que as pessoas não conseguem se colocar tanto, não dá tempo de fazer isso e aqui a gente conseguiu promover mais essas trocas de experiência, a partir de uma tarefa, seja de apresentação, vocês fizeram a linha do tempo, vocês fizeram um mapa da casa de vocês, o que tava perto, como que é esse território, foi uma discussão super legal, vocês trouxeram tanto a percepção do espaço confuso do que tá dentro de casa e me incomoda e as coisas que são levadas pra fora, essa confusão de vocês morarem em um lugar onde o espaço de dentro e o de fora misturados, tudo muito coladinho um no outro (inaudível) Então a gente poder refletir, o que dá pra refletir e pra trocar, a gente pensando em como mudar, por isso que a gente trouxe essa questão “vocês sentiram mudança lá fora?” Pra gente é importante ter essa resposta, esse retorno de vocês, “ah, sim, né, depois que a gente começa a refletir a gente percebe que vai mudando um pouco lá fora” e quem sabe as pessoas que se relacionam com vocês também podem aprender com vocês e aí a gente vai vendo um outro jeito de se relacionar... vocês trouxeram muito no grupo situações de violência, cada uma a sua maneira trouxe. Seja no passado, seja hoje, seja com o marido, os filhos, na escola, no hospital, a gente escutou muito de vocês as situações de violência... Mas como construir um mundo não violento? Vocês estão ensinando a gente aqui... Eu aprendi muito, queria muito agradecer vocês... Por vocês terem vindo, aderido, eu to muito... é recompensador pra mim assim tudo isso...

Teresa: Agora é você Coordenador. O que eu acho assim, que despedida parece que nunca mais vai ver a pessoa, ou a pessoa morreu, ou foi pro Ceará, ou foi pra Bahia e nunca mais vai ver, então eu acho assim, se tá esse grupo, pra mim vai continuar, no meu coração é assim, quando eu vim pra cá, eu acho que... já pensou você vim pra um lugar e perguntar assim, cadê fulana? Nossa convivi com a fulana tantos anos, sei da vida dela, agora ela não tá mais aqui... Que nem a Dona Maria, a Dona Maria é uma excelente pessoa, todos os meus problemas eu contava pra ela, e agora, cadê ela?

Ao final do encontro, Teresa resgata sua condição de sujeito, podendo diferenciar a mulher da mãe. Quando chegou ao grupo, achando que seria um grupo informativo, pediu que a filha a acompanhasse, pois não entendia as coisas que lhe diziam. Conforme percebeu que a proposta era mobilizar seus próprios recursos no

encontro com outros, ela percebeu que poderia ter um espaço para si, um espaço que refletisse inclusive nas suas relações familiares. Ao mesmo tempo em que a participação da filha no grupo a expôs, pois diante da sua trajetória de violência, Caroline partilhou com as irmãs, inclusive rompendo o enquadramento de sigilo. “Eu pensava que não ia, sabe, mexer com a ferida, ir lá no fundo da ferida e...” Ao que retomamos a importância do sigilo, do enquadramento, para garantir o processo do grupo:

Coordenadora: Então respeitar isso, nesse grupo e em outros grupos, sempre lembrar que a gente tem que cuidar com muito carinho, preservar, a gente mexe sim com as feridas, mas porque mexendo com as feridas a gente pode entendê-las melhor...vai ficar com a marca, mas vai cicatrizando, né...então a ideia de você trazer e compartilhar as suas dores, poder pensar sobre elas, elaborar e aí guardar de um outro jeito, que não dói mais tanto...isso é muito sério.”

8.3 Análise do Processo Grupal e sua interface com a prática *psi*.

Seguindo as trilhas que o grupo foi percorrendo, a nossa hipótese é que o que está denegado e, portanto, sustenta a aliança inconsciente pelo pacto denegativo, é a própria condição de sujeito. Ninguém pode desejar, pensar, mudar. A fantasia revela o par onipotência divina - impotência feminina como mecanismo de defesa, encobrindo o acesso a potência de cada uma em emergir como sujeito.

Apoiada na tarefa, tal problemática desponta projetada nos filhos adolescentes, em especial, e nas reflexões sobre as relações familiares violentas e opressivas, onde todos estão negados como sujeitos. Como vimos, os contratos narcísico (ser um fim para si mesmo e para a transmissão da cadeia transgeracional) e civilizatório (troca simbólica da realização direta das pulsões por segurança em sociedade) são estruturantes e oferecem um metaenquadre para um desenvolvimento psíquico mais seguro, para uma malhagem com maior capacidade de continência e elaboração. Quando fragilizados fica evidente a vulnerabilidade psíquica e não apenas social dessas famílias, convocando uma modalidade de

atendimento psicossocial, em que o *psi* opera um campo necessário no trabalho social, qual seja mobilizar os espaços psíquicos intermediários que tem como função a elaboração simbólica e a continência. Diferente de palestras, reuniões de orientação, informação ou socioeducativas, o trabalho *psi* mobiliza a subjetividade de seus atendidos, e permite promover o desenvolvimento dos recursos internos dos sujeitos apoiado nos vínculos, propiciando maior suporte psíquico para enfrentar as adversidades e construir novos caminhos.

Os sentimentos constantes de humilhação, vergonha e medo presentes nas narrativas do grupo denunciam a intensidade do ataque narcísico difícil de ser elaborado, produzindo intenso sofrimento especialmente com relação aos registros de identidade e pertencimento, tão caros à política pública de assistência social. Há um desejo de não pertencer ao local que se é obrigado a pertencer, não se vislumbra possibilidades de escolhas e o contexto é o da necessidade. Ofertar um lugar de fala e escuta talvez proporcione o reconhecimento dos afetos e possivelmente, a partir daí, uma transformação.

Também nos chama atenção a relação que podemos verificar entre as situações de violência do Estado (podendo pensar aí a negligência e omissão com relação aos fenômenos de exclusão social em massa como violência) e o funcionamento psíquico:

Ao lado do conjunto de hipóteses que se levanta para a compreensão dos efeitos dessa lógica, uma delas diz respeito à liberação de condutas irracionais e violentas ou o recurso ao pensamento místico como consequência de um reforçamento defensivo de certos grupos de pertencimento e das ideologias que evitariam o conflito com a estrutura de poder. Os pactos denegativos se fortalecem. (Fernandes, 2005)

Essa dimensão defensiva dos pactos denegativos poderia explicar, por exemplo, de um lado a entrada incessante de jovens da periferia no crime organizado, no jogo de forças da luta por reconhecimento que acaba promovendo tantas outras violações de direitos no âmbito das relações pessoais e comunitárias. Uma vez envolvida com a criminalidade, as famílias sofrem mais algumas violações de direitos nas ações repressivas do Estado, e por outro a adesão às religiões como sustentação ideológica, onde verificamos uma resignação com relação a realidade

social, política e econômica vivenciada e até uma justificativa da desigualdade social. No entanto,

Os mecanismos psíquicos aqui envolvidos ao invés de estarem a serviço da defesa e manutenção do vínculo, instalam uma paralisia da atividade mental e causam o esfacelamento do Eu (alucinação negativa). Estamos na esfera do impensável. 'O sujeito percebe que o agente da violência é concomitantemente (ao mesmo tempo) condição inelutável de sua sobrevivência e porta-voz de sua sentença de morte'. (Costa, 1986). (Fernandes, 2005)

A violência e a destituição que não podem ser pensadas emergem como sintoma. Entendemos que a técnica do grupo operativo, que é centrado na tarefa permitiu aprendizagem e mudança, especialmente quando o grupo se organiza para o chá de Fraldas, se configurando como um lugar de cuidado, protagonismo e rede de apoio, desenvolvendo um projeto próprio que despontou com emergente grupal de seu processo de aprendizagem na espiral dialética, acolhendo a vida mesmo com tanta morte atravessando continuamente o grupo. Também julgamos importante a mobilidade dos papéis de porta-voz, porta-sintoma, porta-ideal, tendo como momento marcante Teresa toma a frente e assume o papel de coordenação, interpelando aos coordenadores sobre as impressões do grupo, no último encontro. Como líder, identifico Fabiana, um misto de resignação, acomodação e transformação, parecia portar o milagre, especialmente para Jerusa.

Os principais emergentes que surgiram no processo grupal foram a violência urbana e familiar; o desamparo com relação a todas as instituições que seriam de proteção, entre elas a família; a vulnerabilidade social associada ao gênero feminino; o modelo estereotipado da família nuclear, a despeito de não ser a experiência de nenhuma delas, tomando, portanto, o lugar de ideal do grupo; a resignação articulada com a religião operando as principais defesas/estereotipias; e a dimensão do direito sem nenhuma materialidade ou sentido. Tais emergentes se manifestaram acompanhados da percepção de que se trata de reproduções intergeracionais.

O projeto emergente do grupo a partir das tarefas foi vivenciar de fato uma continência a partir do chá de bebê. Quando a ideia emerge do grupo, a partir de seu movimento de espiral dialética, podemos vislumbrar o potencial restaurador do grupo, se não da realidade concreta, no sentido de atribuir imediatamente uma moradia digna à Caroline, da qual ela não sinta vergonha, ao menos podemos

cultivar um espaço compartilhado que porta experiências como sonhadas pelo grupo, como realizar um chá de bebê.

Com relação às análises que podemos vincular ao enquadre do grupo, no sentido de sua interpretação e manejo que fazem emergir questões inconscientes e indiferenciadas, aquelas que estão depositadas no enquadre, duas questões nos chamaram a atenção: o excesso de conteúdos violentos impossibilitados de serem elaborados tanto pela quantidade quanto pela qualidade são projetados no transbordamento no tempo das sessões sempre ultrapassados do teto limite, e também ultrapassados na quantidade total das sessões previstas (de 12 para 14); e com relação ao vínculo e ao lugar do sujeito no grupo, durante o processo notamos a lógica burocratizante historicamente relacionada aos serviços de assistência social. Em dois momentos diferentes, duas usuárias do serviço, por não poderem comparecer à reunião, enviaram suas filhas para substituí-las e assim garantirem a manutenção do recebimento do benefício.

Ao menos três intercruzamentos estão postos: a dessubjetivação do processo grupal, como se as usuárias fossem objetos intercambiáveis e substituíveis em um trajeto fragmentado; a urgência da necessidade que se impõe à possibilidade da construção subjetiva e desejante, ou vem primeiro numa escala de prioridade, onde podemos reenviar esse emergente à análise do quanto elas devem se submeter para dar conta da sobrevivência: comer, morar, beber, não morrer; que leva ao terceiro intercruzamento: a presença constante do fantasma da exclusão do benefício e do desamparo material caso não compareçam na reunião. Esse último pode se configurar como uma dimensão violenta do vínculo entre usuário e serviço ofertado, já que está sempre na chave do submetimento, de dominação simbólica do usuário pelo serviço, uma violência institucional atravessada no trabalho, o fantasma do desamparo em decorrência das quebras de condicionalidades dos programas.

Pois a preocupação com a sobrevivência está posta a todo o momento, seja nas necessidades básicas não supridas, na violência urbana, na violência de Estado ou na violência intrafamiliar. Como investir a vida se me preocupo em conter a morte?

Nesse contexto, a criminalidade também ganha seu espaço como possibilidade de denúncia e representação da realidade violenta que essas famílias estão expostas desde a omissão do Estado, e acaba promovendo tantas outras violações de direitos no âmbito das relações interpessoais e comunitárias. Uma vez envolvida com a criminalidade, as famílias sofrem mais algumas violações de direitos nas ações repressivas do Estado, e o ciclo de exclusão, humilhação, vergonha e violência se retroalimenta.

A violência de gênero e o modelo de sociedade machista e patriarcal afeta sobremaneira as relações familiares, particularmente as meninas, que assumem um misto de vulnerabilidade e culpa na iniciação sexual e gravidez precoce, e um investimento sexual exclusivo e excessivo limitando simbolicamente todas as suas potencialidades. As questões para as mulheres giram em torno de: ter ou não um marido, ter ou não uma família, ser ou não vulgar, ser ou não desejável, mas certamente ser um objeto para um homem e uma família. Esse encarceramento simbólico é absolutamente projetado e reproduzido nas filhas: da impotência na relação com os maridos e pais, são onipotentes e excessivamente controladoras e violentas com suas filhas, transmitindo em negativo, ou seja, sem elaboração, na cadeia psíquica transgeracional e reproduzindo os lugares de cada um na filiação absolutamente estereotipados.

Tal questão está relacionada tanto com o contrato narcísico que inscreve o sujeito na cultura sociofamiliar, que com tão poucas meta-garantias, provavelmente não permitem a ousadia de inventar o novo, tamanha insegurança e vulnerabilidade. O medo parece sustentar tais relações - podemos pensar em um desamparo básico e originário que atravessa todas as possibilidades de encontro. Nesse sentido, o grupo como lugar que oferece segurança e apoio, continência e vínculo, se configuraria como um proto-seio materno que reinscreve o espaço compartilhado como lugar de invenção de sentidos sem a angústia da dissolução?

Quanto a questão da malhagem e meta-enquadre, a todo o momento foi necessário a articulação intersetorial. Acreditamos que no processo grupal pudemos construir uma malhagem continente que suportasse as transformações psíquicas para elaborar ao menos uma crítica e o reconhecimento da violência nas suas variadas formas. No entanto, também realizamos os encaminhamentos para o

sistema de garantia de direitos, para a saúde, para a educação, para todas as famílias, sempre em conformidade com as mesmas e em relação ao seu Plano de Acompanhamento Familiar, nas quais observamos risco de violação de direitos em qualquer um de seus membros. Aqui a função psíquica da rede intersetorial é fundamental para atender a complexidade do trabalho com proteção social, que deve estar relacionada nos diferentes campos: saúde mental, jurídico, escolar, social, entre outros.

Com relação às condicionalidades, ou seja, a demanda inicial que as trouxe ao CRAS, das 11 famílias participantes, 7 superaram a situação de quebra de condicionalidades e as outras 4 parcialmente. Todas as crianças com problemas de frequência escolar superaram a situação; as 4 famílias que continuaram em quebra de condicionalidade, mantiveram tal situação por conta da evasão escolar dos adolescentes, dentre eles, duas grávidas.

Assim, podemos compreender que ao atender uma família que está com quebras reiteradas de condicionalidades do Programa Bolsa Família, uma série de construções partilhadas estão implicadas no adolescente desmotivado em ir às aulas e que começa a se envolver com drogas. Nesse adolescente, estão depositadas questões da família, da comunidade, do grupo escolar. E não se trata de um encaminhamento para psicoterapia familiar apenas, se fosse o caso, mas de construir um arranjo possível, com os diversos recursos presentes no território que possam dar suporte ao enfrentamento da vulnerabilidade em questão.

9. Considerações finais.

O trabalho do psicólogo está relacionado com as subjetividades, suas manifestações, seus efeitos, suas produções, suas transformações, mas na psicologia social, no campo da assistência social, há outras questões... Trata-se de uma psicologia voltada para a transformação social, para o empoderamento dos sujeitos e no horizonte, sua emancipação, através da emergência do sujeito de direitos e da apropriação da tal condição como cidadão de uma sociedade democrática e capitalista neoliberal. O que pressupõe, de saída, uma série de contradições, ou seja, de pressupostos muitas vezes inconciliáveis.

Como vimos em Foucault, a sociedade capitalista não prevê em seu projeto a justiça social, ao contrário a desigualdade social aparece como seu produto e seu motor, o sujeito de direitos muitas vezes é investido apenas como objeto de uma política pública, tendo sua vida administrada e capturada nas engrenagens da governamentalidade. Poderíamos inferir que na sociedade consumista e individualista em que vivemos hoje, com o constante processo de dessubjetivação dos sujeitos, tendo em vista que a constituição do sujeito se estabelece a partir de seus vínculos, suas condições de emergência como sujeito singular estariam cada vez mais vulnerabilizadas? Da mesma forma, os contratos e alianças psíquicas estruturantes igualmente fragilizadas, possivelmente estariam gerando sintomas sociais como a violência, tanto pelo desamparo quanto pelo excesso de sentido? Em contrapartida, sob o regime da biopolítica, as ações sociais na maior parte das vezes sendo realizadas para manutenção do poder e do *status quo* socioeconômico estariam contribuindo para o crescimento das situações de vulnerabilidade. A própria luta de classes estaria ainda mais asseverada, incluída aí uma nova classe, a dos excluídos, invisíveis inclusive aos olhos proletários, hoje identificados com a burguesia ao compartilharem certos itens de consumo e o papel social de consumidor.

A liberdade provavelmente seja um dos principais atributos humanos. A liberdade em comunhão com a responsabilidade dá condições para a autonomia, um dos principais objetivos do trabalho no CRAS/PAIF, e também a maior inovação da instituição do SUAS no campo social, desde que a centralidade da política pública de assistência social passa a residir na oferta de serviços socioassistenciais, uma

transformação no modelo, no modo de gestão, como aponta Sposati. Assim a autonomia pressupõe de fato a participação direta dos usuários das políticas públicas como sujeito de direitos, mas também como sujeitos dos vínculos. No registro do capitalismo, o elogio à diferença pela ilusão da escolha dos objetos de consumo que forjam uma pseudo-personalidade, transfere aos objetos de consumo a operação da individuação e do devir sujeito, um simulacro de autonomia. Como diz Santos “Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*.” (Santos, M. 2014, pag. 25). Se o consumidor é o cidadão e o cliente sempre tem a razão, abstraindo a relação mercantil, o que sobra para os usuários das políticas públicas? Estariam no limbo entre a cidadania e o consumo? Entendemos que o desenvolvimento da autonomia passa pelo deslocamento do acesso a bens de consumo para o desenvolvimento das potencialidades do sujeito. Dar condições para a emergência de suas potências, de sua singularidade, a partir de uma vida digna em uma sociedade justa.

Assim, trabalhar com o sujeito de direitos impõe a questão da emergência do sujeito do desejo, o que na nossa abordagem coincide com o sujeito dos vínculos. No decorrer da pesquisa, fomos observando que quanto maior a vulnerabilidade social com relação às necessidades básicas, maior a exposição à violência (nas suas variadas formas: doméstica, urbana, de Estado) e conflitos familiares, e menor a disponibilidade para pensar, tamanho desgaste psíquico frente à violência, já que o metaenquadre garantido pelos pactos estruturantes do psiquismo está fragilizado. A partir daí, compreendemos que o papel do psicólogo no CRAS está implicado primeiramente em ofertar um espaço possível para escuta, acolhida, trocas de experiência e continência dos efeitos emocionais das situações de violência (desamparo, abandono, omissão do Estado, violência urbana, violência doméstica, entre outras), que está articulado com o acesso aos direitos básicos de cidadania. E posteriormente, operar a formação de processos grupais que possam ser suporte para elaboração e transformação dessas cargas psíquicas excessivas, integrando tais experiências e possibilitando a partir daí o desenvolvimento da autonomia, e consequentemente a emergência do sujeito de direitos, uma vez que o sujeito do desejo, do inconsciente, dos vínculos está mobilizado e se reconhece como tal, com condições objetivas e subjetivas de ser protagonista de sua própria história.

Sabemos que não será o fornecimento de uma cesta básica que irá transformar realidades, mas uma nova escrita baseada no reconhecimento, onde os vínculos em toda sua complexidade ganham novos sentidos. Investidos a partir de uma escuta que reconhece seu potencial de significação e transformação poderemos operar na realidade compartilhada possibilitando abertura para a escritura de novas narrativas. Nelas cabem os movimentos sociais implicados com as questões daquele território singular, a luta pela garantia de direitos, por uma vida digna, pela inclusão social não-perversa, pela afirmação e valorização da vida em todas as suas manifestações.

Reconhecemos que a vida aqui é muito frágil - mas não é fraca; Paradoxalmente é ainda mais forte. A morte espreita a todo tempo. É um fio condutor – presença da morte, possibilidade da morte, vontade da morte, sensação da morte. As experiências da vulnerabilidade social e do desamparo repousam seu sentido na pulsão de morte. Ela tem seu apelo concreto, seu apoio concreto: a falta de recursos básicos de sobrevivência. A invenção da vida sobre o quase-nada é como a flor que nasce no asfalto. Sua beleza, resiliência, força e *(r)existência* nos convoca a valorizar a vida, investir na vida todas as nossas apostas. É o trabalho da sobrevivência que deseja ser vivência, aquele que esperamos vencer o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio, como diria Drummond.

A Flor e a Náusea

“Preso à minha classe e a algumas roupas,
Vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me'?

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

Vomitam esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.

Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.”

(Carlos Drummond de Andrade, *A flor e a Nausea* in *A rosa do povo*, 2012)

10. Bibliografia:

- Amarante, P. Manicômio e loucura no final do século e do milênio. In: Fernandes, M. I. A., Scarcelli, I. R., Costa, E. S. Fim de século: ainda manicômios? São Paulo: IPUSP, 1999.
- Aulagnier, P. A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- Barros, M. Poesia completa. São Paulo: Leya, 2013.
- Benghozi, P. Malhagem, filiação e afiliação. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social. São Paulo: Vetor, 2010. 1ed.
- Bleger, J. O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: Kaës, R. A Instituição e as Instituições: estudos psicanalíticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.
- Bleger, J. Temas de psicologia – Entrevistas e Grupos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Brasil, Política Nacional de Assistência Social. PNAS/2004.
- Brasil, Resolução Nº 33, de 12 de dezembro 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.
- CREPOP/CFP. Referência Técnica para atuação do psicólogo no CRAS/SUAS. Brasília: CFP, 2007.
- Carvalho, M.C.B. (org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- Castanho, P. Um modelo psicanalítico para pensar e fazer grupos em instituições. Tese de doutorado em Psicologia Clínica na PUC/SP. São Paulo, 2012.
- Castanho, P. Uma Introdução aos Grupos Operativos: Teoria e Técnica. Revista Vínculo, vol. 9, n. 1. São Paulo: NESME, 2012.
- Castro, E. V. A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

Clastres, P. Arqueologia da Violência. Pesquisas de antropologia política. 3 edição. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CNAS. Resolução n 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

Cruz, L. R. e Guareschi, N. (orgs). O Psicólogo e as políticas públicas de assistência social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção Psicologia Social).

Cruz, L.R. e Guareschi, N (orgs). Políticas públicas: diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção psicologia social).

Cruz, L.R. e Guareschi, N. A Constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: Políticas públicas: diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção psicologia social).

Drummond, C. A. A rosa do povo. RJ: Companhia das Letras, 2012.

Fernandes, M.I.A. Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (Coleção Psicologia Social, inconsciente e cultura/coordenadora: Maria Inês Assunção Fernandes).

Fernandes, M.,I.A. De como emerge a questão do narcisismo e da alteridade no grupo operativo. Tese de doutorado em Psicologia Social na USP. São Paulo: 1989.

Fernandes, MIA, Scarcelli, I. R., Costa, E. S. Fim de século: ainda manicômios? São Paulo: IPUSP, 1999.

Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, M. O Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979). Lisboa: Edições 70, 2012.

Dunker, C. I. L. Mal-Estar, sofrimento e sintoma. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

Freud, Sigmund. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Honneth, A. Sofrimento de indeterminação. Uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Editora Singular, 2007.

Iamamoto, M. V.. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho – 14 ed – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2001.

Kaës, R. Um singular plural. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

Kaës, R. Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

Kaes, R. Um pacto de resistência intergeracional ao luto. Transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência. In: Ruiz, O (org.). Os avatares da transmissão psíquica geracional. São Paulo: Escuta, 2000.

Mello, S. L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: Sawaia, B. As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petropolis, RJ: Vozes, 2014. 14ª edição.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF Vol 1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF Vol 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2012.

Pereira, A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

Pichon-Rivière, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Pichon-Rivière, E. Teoria do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 6 edição.

Ruiz, O (org.). Os avatares da transmissão psíquica geracional. São Paulo: Escuta, 2000.

Santos, M. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 7ª edição.

Sawaia, B. As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petropolis, RJ: Vozes, 2014. 14ª edição.

Soares, J. N., Susin, L. e Warpechowski, M. B. A Clínica aplicada na assistência social. In: Cruz, L. R./Guareschi, N. (orgs.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 5ª edição.

Sposati, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributivo: concepções fundantes. In Concepção e gestão da proteção social básica não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Unesco, 2009.

Torossian, S. D. e Rivero, N. E. Políticas públicas e modos de viver – A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: Cruz, L. R./Guareschi, N. (orgs.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

11. Anexo A – Termo de consentimento Livre e Esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: Do trabalho psíquico no Centro de Referência de Assistência Social – Da afirmação do sujeito de direitos ao sujeito do desejo.

Pesquisadora Responsável: Simone Piñeiro Bressan Robles

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade de São Paulo

Telefones para contato: (11) 98045-2661 - (11) 2421-0656

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos R.G. _____

O(A) Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Do trabalho psíquico no Centro de Referência de Assistência Social – Da afirmação do sujeito de direitos ao sujeito do desejo”, de responsabilidade da pesquisadora Simone Piñeiro Bressan Robles.

A pesquisa tem como objetivo compreender o campo de trabalho do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social e os processos psíquicos envolvidos nos atendimentos realizados no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Essa pesquisa é muito importante para melhorar o serviço que é oferecido no CRAS.

Serão realizados dois grupos de atendimento pelo PAIF. O grupo de Oficina com Famílias terá duração de 08 semanas, tendo cada encontro 1 hora e meia de duração, com temática de gravidez na adolescência e juventude e será composto por no mínimo 07 e no máximo 15 jovens grávidas, com idade entre 15 e 24 anos. O grupo de Acompanhamento Familiar terá duração de 20 semanas, tendo cada encontro 1 hora e meia de duração, será composto por no mínimo 07 e no máximo 15 representantes familiares de famílias que estão em situação de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Esperamos com a pesquisa, construir um espaço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que fortaleçam as famílias participantes com relação aos seus direitos, ao desenvolvimento de sua autonomia, de sua função protetiva e de suas capacidades e potencialidades a fim de que possam superar suas vulnerabilidades individuais, familiares e comunitárias. Como possíveis riscos, apontamos a possibilidade da não observação dos benefícios esperados acima descritos.

Durante a pesquisa, o participante voluntário poderá sanar suas dúvidas diretamente com a pesquisadora nos telefones de contato acima referidos.

A participação na presente pesquisa é *voluntária* e este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem prejuízos à continuidade do atendimento no CRAS.

Ao concordar participar da pesquisa, você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para eventuais dúvidas.

A presente pesquisa tem por compromisso ético garantir a confidencialidade das informações geradas e a privacidade do participante.

A presente pesquisa não cobrirá eventuais despesas dela decorrentes, bem como não indenizará caso os benefícios não sejam observados.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Guarulhos, _____ de _____ de 2015.

Assinatura da usuária

Simone Piñeiro Bressan Robles

Testemunha

Testemunha